A REPUBLICA

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO

Redactores—Chaves Filho, Antonio de Souza e Augusto Maranhão

ASSIGNATURAS

Por anno	5\$000
No avulso do dia	100
Do dia anterior	200

PAGAMENTOS ADIANTADOS

PUBLICAÇÃO SEMANAL

TIRAGEM 1200 EXEMPLARES

ESCRITORIO E TYPOGRAPHIA

2—Rua Senador José Bonifácio—2

As publicações serão feitas a 80 réis por linha, e annuncios por ajuste.

PARTE OFFICIAL

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Nós, os representantes do Povo do Rio Grande do Norte, reunidos em Congresso com poderes especiais para rever a Constituição existente e organizar um regimen livre e democratico, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO

(Conclusão)

Capitulo IV

Da responsabilidade do governador

Art. 37 O Governador e Vice-Governador serão processados e julgados nos crimes communs pelo superior Tribunal de Justiça, e nos de responsabilidade por um tribunal especial composto dos membros do Superior Tribunal de Justiça, menos o procurador Geral do Estado, que será substituído pelo Juiz de direito mais antigo, e de igual numero de membros do Congresso Legislativo por este eleitos.

§ 1º Não se iniciará processo algum contra o Governador sem que antes o Congresso tenha, por dous terços dos suffragios presentes, declarado procedente a accusação.

§ 2º Declarada procedente a accusação, o Governador será suspenso do exercicio de suas funcções.

Art. 38. São crimes de responsabilidade os actos do Governador que attentarem contra:

- 1º A Constituição e as leis;
- 2º O livre exercicio dos poderes politicos;
- 3º O gozo e exercicio dos direitos individuais e politicos;
- 4º A probidade da administração e do governo;
- 5º A tranquillidade e segurança do Estado;
- 6º A guarda e emprego constitucional dos dinheiros publicos.

§ Unico. Uma lei especial definirá esses delictos e regulará a accusação, o processo e julgamento.

Capitulo V

Da Policia

Art. 39. A policia administrativa e judicial do Estado é incumbida na conformidade desta Constituição:

- 1º Ao Governador, no exercicio da suprema inspecção que lhe compete como primeira autoridade do Estado, encarregado de manter a segurança e tranquillidade publica e de fazer executar as leis;
- 2º Ao chefe de policia com jurisdicção em todo o Estado;
- 3º Aos delegados e subdelegados de Policia nos municipios e districtos de sua jurisdicção e a outras autoridades e funcionarios a quem a lei der esta attribuição.

Art. 40. O Chefe de Policia é de livre nomeação do Governador, que o escolherá dentre os cidadãos graduados em direito e que tenham, pelo menos, tres annos de pratica de foro, ou como juiz ou como advogado, e será conservado enquanto bem servir.

§ Unico. Os delegados e subdelegados são de livre nomeação do Chefe de Policia e serão também conservados enquanto bem servirem.

Art. 41. A Secretaria de Policia terá o typo e o numero de empregados que o Congresso determinar.

O Secretario será nomeado pelo Governador sob proposta do Chefe de Policia.

SECÇÃO III

Do poder Judiciario

Art. 42. O Poder Judiciario terá por orgãos:

- 1º Um Tribunal Superior de Justiça com jurisdicção em todo o estado;
- 2º Juizes de Direito com jurisdicção nas comarcas;
- 3º Juizes districtaes com jurisdicção nos districtos;

4º Tribunaes do jury e outras autoridades e funcionarios que forem necessarios á boa administração da justiça.

Art. 43. Os Desembargadores e Juizes de direito serão vitalicios e só por sentença ou nos casos de incapacidade physica ou moral, averiguados mediante processo, poderão ser suspensos ou perder os seus cargos.

§ 1º Os Juizes de Direito, alem de vitalicios, serão inamoviveis, só podendo ser removidos a pedido para igual ou inferior ontrancia, por accesso, se nelle convieram, ou mediante processo em que se prove ser prejudicial aos interesses da justiça ou da ordem publica a sua permanencia na comarca.

Este processo poderá ter começo por iniciativa do Procurador Geral do Estado, mediante representação do Promotor Publico ou de qualquer pessoa do povo.

§ 2º Os Juizes de Direito, que não aceitarem as remoções por accesso, ficarão considerados como os mais modernos na ordem da antiguidade para os casos de remoção.

§ 3º No caso em que o Superior Tribunal de justiça julgar conveniente a remoção, communicar-a-ha ao Governador do Estado, que declarará o juiz avulso, até haver vaga, que por elle será preenchida.

Art. 44. O Superior Tribunal de Justiça será composto de cinco membros, denominados Desembargadores, que serão nomeados pelo Governador dentre os Juizes de Direito por antiguidade absoluta.

§ 1º O Tribunal elegerá o seu presidente, que servirá por um anno, podendo ser reelecto, organizará seu regimento e nomeará seu Secretario e demais empregados.

§ 2º Alem de outras attribuições que lhe forem conferidas em lei, compete ao Superior Tribunal de Justiça:

- 1º Processar e julgar o Governador e o Vice-Governador nos casos e segundo as prescrições desta Constituição;
- 2º Processar e julgar os Juizes de Direito e o Chefe de policia nos crimes communs e de responsabilidade;
- 3º Decidir os conflictos de attribuição entre as autoridades judicias e entre estas e as administrativas;
- 4º Conceder habeas-corpus;
- 5º Organizar a lista dos juizes de direito pela ordem de sua antiguidade, contando para esta os serviços anteriores, e julgar as reclamações que forem feitas;

6º Julgar em gráo de recurso as questões decididas pelos juizes de primeira instancia em todas as causas civis e criminaes;

7º Julgar as suspeições postas ao Juiz de direito da sede do Tribunal.

8º Tomar assentos, para a intelligencia das leis, quando ocorrerem duvidas na sua execução.

Art. 45. Os desembargadores serão processados e julgados nos crimes communs e nos de responsabilidade pelos membros do Tribunal despedidos e pelos Juizes de direito das comarcas mais proximas chamados para fazer o numero de que se compo o mesmo Tribunal.

§ Unico. Quando o crime de responsabilidade for commetido por todos os membros do Tribunal, a denuncia ou queixa será apresentada ao Juiz de direito da Capital, o qual convocará os das comarcas vizinhas para constituir o tribunal julgador.

Art. 46. Um dos Desembargadores, designado pelo Governador, servirá de Procurador Geral do Estado e não terá voto nas decisões dos negocios em que for parte como advogado da justiça.

Art. 47 Para ser nomeado Juiz de direito é preciso ser doutor ou bacharel em direito por faculdade dos Estados Unidos do Brazil, ter servido com distincção, por um triennio completo, os cargos de Juiz Municipal e de Orphãos, de Juizes districtaes ou Promotor Publico, ou ter servido, pelo mesmo tempo, a profissão de advogado.

Art. 48. Os Juizes de Direito serão nomeados pelo Governador sob proposta do Superior Tribunal de Justiça em lista de tres nomes. O que for assim proposto por tres vezes será o preferido.

Art. 49. Os Juizes de Direito exercerão em toda sua plenitude a jurisdicção de primeira instancia, podendo conceder habeas corpus, ficando extinctas as jurisdicções privativas.

Art. 50. Os Juizes districtaes, nos districtos das sedes das comarcas, cooperarão por declinatoria dos Juizes de Direito no preparo da causas civis e criminaes que a estes incumbe processar e julgar.

§ 1º No impedimento ou faltado Juiz de Direito, esse preparo será independente de declinatoria, como também selo-ha nos districtos que não forem sede da comarca, não se achando nelles o Juiz de Direito ainda que temporariamente.

§ 2º Os juizes districtaes só poderão proferir julgamento ou despacho definitivo nas causas de sua alçada e competencia.

Nas outras, cujo preparo lhes é permitido nos termos do presente artigo, os despachos definitivos e julgamentos serão proferidos pelo Juiz de Direito ou na falta ou impedimento deste, pelo Juiz de Direito da comarca mais proxima.

§ 3º Os districtos correspondem aos termos da antiga organização judicciaria, não podendo haver mais de um em cada municipio.

Art. 51. Os Juizes districtaes serão electivos e servirão por tres annos, tendo as attribuições dos antigos Juizes de paz com as alterações que a lei determinar.

Art. 52. Sempre que as partes preferirem, nas causas civis, dar-se-ha o julgamento por arbitros nas questões em que não forem interessados menores, orphãos e interdictos.

Art. 53. Nas sedes das comarcas haverá um Promotor Publico, que será nomeado pelo Governador dentre os graduados em direito. Exercerá o cargo durante tres annos e só poderá ser removido a pedido, ou mediante representação documentada do Procurador Geral do Estado.

§ Unico. Os Promotores Publicos acumularão ás suas vigentes attribuições as do Curadores Geraes dos orphãos, ausentes e interdictos e de Promotores de residuos.

Art. 54. Uma lei organica regulará a administração da justiça em primeira e segunda

instancia, fixando o numero e vencimentos dos magistrados e outros funcionarios, marcando as competencias judicias e preservando a ordem e forma do processo, segundo os casos diversos.

§ Unico. Enquanto assim não se verificar, serão observadas as leis vigentes.

Art. 55. Os vencimentos de que falla o artigo antecedente, uma vez fixados, não poderão ser diminuidos.

TITULO II

Do municipio

Art. 53. O municipio, base da organização politica e administrativa, será autonomo e independente na gestão de seus negocios.

§ Unico. Considerar-se-ha municipio a circumscripção territorial que tenha, pelo menos, dez mil habitantes, uma cidade ou villa que lhe sirva de sede, observadas as demais condições da respectiva lei organica, respeitadas, porem, os municipios existentes.

Art. 57. O poder municipal será exercido por um Conselho de Intendencia, composto de nove membros na Capital e de sete nos demais municipios.

§ 1º Os membros do Conselho serão eleitos por suffragio directo, garantida a representação da minoria, e servirão durante tres annos.

§ 2º São gratuitas as funcções dos membros do Conselho. Estes serão substituídos pelos seus immediatos em voto.

Art. 58. Dous ou mais municipios poderão annexar-se para formar um só, mediante aquiescência dos respectivos conselhos municipais, em quatro sessões consecutivas, e approvação do Congresso Estadual.

Art. 59. São elegiveis para os cargos de membros de conselho de Intendencia os cidadãos alistavos eleitores que residirem no municipio desde dous annos, pelo menos, antes da eleição.

Art. 60. O Conselho elegerá dentre si o seu Presidente e Vice-Presidente. O Presidente, em sua falta, o Vice-Presidente será encarregado da execução de todas as resoluções do Conselho.

Art. 61. Dous ou mais municipios poderão unir-se de mutuo accordo para a realização dos serviços que lhes interessarem.

Art. 62. Uma lei especial regulará a organização dos Conselhos, tendo em vista as seguintes bases:

- 1º Serão attribuições dos Conselhos:
 - a) Organizar annualmente a receita e fixar a despesa do municipio, decretando de accordo com as leis do Estado impostos e contribuições;
 - b) Sobre o gozo e exploração de minas;
 - c) Sobre o exercicio e profissão das sciencias, industrias e artes;
 - d) Sobre o commercio a retalho e em grosso;
 - e) Sobre viação, vehiculos e transportes;
 - f) Sobre a pequena lavoura e miúças.
- 2º Administrar livremente os bens e rendas municipais, fiscalizando a arrecadação, applicação e destino dellas, podendo alienar, nos casos e pela forma determinados em lei, os bens do municipio;
- 3º Celebrar com outros Conselhos ajustes, convênções e contractos de interesse municipal e fiscal;
- 4º Alienar os bens immoveis do patrimonio municipal, procedendo autorisação do Congresso Legislativo;
- 5º Contrahir empréstimos;
- 6º Organizar a força de policia e vigilancia do municipio, como parecer mais util;
- 7º Criar e manter escholhas de educação civica e instrução primaria gratuita;
- 8º Reconhecer os poderes de seus membros com recurso para o Superior Tribunal de Justiça no caso de duplicata ou contestação eleitoral;
- 9º Decretar desapropriação por utilidade municipal nos casos e pela forma determinada em lei.
- 10 Dividir o municipio em districtos fiscaes.
- 11 Nomear e demittir os empregados municipais;
- 12 Administrar os cemiterios que terão caracter secular;
- 13 Prestar esclarecimentos e informações ao Governador sempre que o exigir e apresentar-lhe no fim do anno civil o relatório de todos os negocios do municipio para ser levado ao conhecimento do Congresso Legislativo.

§ 2º Nenhum contracto ou obra municipal se fará sem prévia concurrencia.

§ 3º Os bens do municipio são isentos de penhora executiva.

§ 4º Os Conselhos não poderão crear impostos de transitio pelo territorio do municipio sobre productos de outros municipios.

§ 5º Os estrangeiros alistados eleitores no municipio podem ser eleitos membros do Conselho de Intendencia.

§ 6º Os membros dos Conselhos, pelos abusos que commetterem, podem ser levados aos tribunaes de justiça por queixa do quem houver sido prejudicado, ou mediante denuncia de qualquer municipio, sendo também sujeitos á indemnisação pelos danos que causarem.

TITULO III

Disposições geraes

Art. 63. A presente Constituição garante a todos, nacionaes e estrangeiros no Estado, a inviolabilidade dos direitos relativos á liberdade, á segurança individual e á propriedade, e adopta as disposições da Constituição Federal

sobre a declaração de direitos e capacidade eleitoral.

Art. 64 São garantidos os direitos adquiridos antes desta Constituição e mantidos igualmente os contractos legalmente celebrados pelos Governos anteriores do Estado.

Art. 65. Os actuaes empregados do Estado, exceptuados os de que trata o artigo 18 n. 17 a, serão considerados vitalicios desde que forem aproveitados na organização definitiva do Estado, e seus ordenidos não poderão ser diminuidos.

Art. 66. Os funcionarios publicos são estritamente responsaveis pelos abusos e omissões em que incorrerem no exercicio de seus cargos, assim como pela indulgencia ou negligencia em responsabilizaem os subalternos

§ Unico. O funcionario publico obrigar-se-ha por compromisso formal no acto da posse ao desempenho de seus deveres.

Art. 67. O Estado não concede aposentadoria.

§ Unico. O funcionario já aposentado que for nomeado para qualquer emprego remunerado perderá a aposentadoria si aceitar a nomeação.

Art. 68. Uma lei ordinaria creará um montepio obrigatorio para as familias dos funcionarios do Estado.

§ Unico. O funcionario que, a jnizo de uma junta medica de nomeação do Governador, for considerado absolutamente invalido, terá direito ao beneficio do montepio.

Art. 69. É vedado a accumulção de empregos remunerados.

Art. 70. A força publica será organizada por voluntariado ou engajamento, regulado em lei ordinaria.

Art. 71 Continuum em vigor, enquanto não revogadas, as leis do antigo regimen no que implicita ou explicitamente não forem contrarias ao sistema de governo estabelecido pela Constituição Federal ou a esta Constituição e mais leis da Republica.

Art. 72. Terão fé publica no Estado os documentos officiaes devidamente authenticados do poder federal e dos outros Estados.

Art. 73. A presente Constituição só poderá ser reformada por deliberação do Congresso tomada por dous terços dos seus membros sob proposta de dous terços dos Conselhos de Intendencia municipal.

§ Unico. Será então convocada uma Constituinte, cuja eleição se procederá na forma da lei eleitoral. Esta Constituinte terá poderes especiaes para a reforma e será dissolvida logo depois.

Art. 74. Approvada esta Constituição será promulgada pela mesa do Congresso e assignada pelos membros deste.

Disposições transitorias

Art. 1º Promulgada esta Constituição, o Congresso elegerá uma commissão para promover a solução das questões de limites do Estado perante os poderes competentes.

Art. 2º O Governador fará livremente as primeiras nomeações dos membros do Superior Tribunal de Justiça e Juizes da primeira instancia, preferindo tanto quanto permittir o interesse da melhor composição da magistratura os Juizes de Direito com exercicio no Estado e os actuaes Juizes Municipaes.

Art. 3º O Governador também fará livremente na organização do Estado a primeira nomeação de Chefe de Policia.

Art. 4º Quasquer incompatibilidades estabelecidas por esta Constituição não affectão aos Deputados desta primeira legislatura.

Art. 5º Para regular a arrecadação das rendas estaduais pelas respectivas mesas de rendas, ou estações fiscaes, o Congresso creará um corpo de fazenda, cujo pessoal e condições uma lei organica estabelecerá.

§ Unico. Na elaboração desta lei serão adoptados quante possivel os principios da organização federal, relativos ao assumpto.

Art. 6º O Congresso, tendo em vista as condições em que se achar a Instrução Publica do Estado, reformará o ensino sobre as seguintes bases:

1º Garantindo a inamovibilidade dos professores, que só poderão ser removidos por accesso ou a pedido.

2º Estabelecendo um curso profissional de tres annos annexo ao curso secundario do Atheneo, aproveitadas as cadeiras deste estabelecimento e augmentadas as que forem necessarias para complemento do ensino secundario e profissional.

3º Dispensando os professores sem concurso e os de concurso que tiverem a menos de cinco annos de nomeação. Estes ultimos, quando apresentando-se a concurso, serão em igualdade de approvação, preferidos para o provimento das cadeiras.

4º Aproveitando para a nova organização da Instrução primaria os professores do curso que tiverem mais de cinco annos de nomeação, ou aposentando-os com os vencimentos correspondentes ao tempo do ensino no magisterio publico.

Aquelles que se acharem nas condições do n. 4º do presente artigo e que não aceitarem a nomeação perderão o direito á aposentadoria relativa ao seu tempo de serviço.

Art. 7º O subsidio do primeiro Governador do Estado será fixado em lei ordinaria pelo actual Congresso Legislativo.

Sala das Sessões do Congresso do Estado do

Rio Grande do Norte em 7 de Abril de 1892.
4.ª da Republica.

Jeronymo Amaral Raposo da Camara, presidente, **Augusto Securo de Albuquerque Maranhão** 1.º Secretario, **Manoel Idoreira Dias,** 2.º Secretario, **José Climaco do Espirito Santo,** **Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco,** Vice-Presidente, **Dr. Affonso Moreira de Loyolla Barata,** **Alfonso Francisco Barros,** Capitão **Francisco da Paula Moreira,** Capitão-Tenente **Arthur José Reis Lisboa,** **Luis Manoel Fernandes Sobrinho,** **Dr. Francisco de Paula Salles,** **Antonio José de Mello e Souza,** **Felippe Nery de Brito Guerra,** **Joaquim Cavalcante Ferreira de Mello,** **Jodo Gurgel de Oliveira,** **Dr. Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcante,** **Manoel Augusto Bezerra de Araujo,** **Dr. Manoel Augusto de Medeiros,** **Luis Antonio Ferreira Souto,** **Jannuicio da Nobrega Filho.**

LEI N.º 2.ª DE 29 DE ABRIL DE 1892

Abre o credito necessario para a decoraçao da casa do Governo e mobiliamento do edificio que for designado para o funcionamento do Superior Tribunal de Justiça.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Governador do Estado autorizado a abrir o credito necessario para a decoraçao da casa do Governo e mobiliamento e decoraçao do edificio que for designado para o funcionamento do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposicoes em contrario.

Palacio do Governo, 29 de Abril de 1892, 4.ª da Republica.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, — **Joaquim Soares Raposo da Camara,** Secretario interino.

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

Lei n.º 1. de 29 de Abril de 1892.

Especifica os crimes de responsabilidade do Governador do Estado.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º São crimes de responsabilidade do Governador do Estado os que esta lei especifica.

Art. 2.º Esses crimes serão punidos com o a perda do cargo somente, ou com esta pena e a incapacidade para exercer qualquer outro, impostas por sentença do Tribunal Especial, sem prejuizo da açao da Justiça ordinaria, que julgará o delinquente segundo o direito processual e criminal commum.

Art. 3.º O Governador do Estado é tambem responsavel por complicitade nos crimes de que trata esta lei quando perpetrados por outrem.

CAPITULO I

Dos crimes contra a existencia politica do Estado.

Art. 4.º Tentar directamente e por factos submeter o Estado ao dominio estrangeiro, separal-o da União, ou qualquer parte do seu territorio.

Art. 5.º Entretar directa ou indirectamente intelligencia com um governo estrangeiro para provocal-o ou instigal-o a fazer guerra ou a commetter hostilidades contra a Republica; prometter-lhe assistencia e favor, ou dar-lhe qualquer auxilio nos preparatorios ou planos de guerra contra a Republica.

Art. 6.º Auxiliar alguma nação inimiga a fazer a guerra ou a commetter hostilidades contra a Republica:

I Fornecendo-lhe gente, armas, dinheiro, munições ou embarcações;

II Comunicando-lhe o estado das forças, os meios de defeza, recursos ou planos da Republica ou dos seus aliados;

III Dando entrada e auxilio a expedições mandadas a pesquisar os meios de defeza ou as operações da Republica ou dos seus aliados;

IV Favorecendo ou facilitando por qualquer modo e intencionalmente as operações do inimigo.

Art. 7.º Entregar de facto ao inimigo interno ou externo qualquer porção do territorio do estado, ou que elle tenha occupado, ou quaesquer objectos que lhe pertencão ou de que esteja de posse tendo meios de defeza, ou não empregar contra o inimigo os meios de defeza que poderia ou deveria empregar.

Art. 8.º Revelar negocios politicos ou militares que devem ser mantidos secretos a bem da defeza, da segurança interna ou dos interesses do Estado.

Art. 9.º Violar ajustes e convenções legitimamente feitos com os outros Estados.

Art. 10 Commetter actos de hostilidade para com alguma nação estrangeira, que compromettam a neutralidade da Republica, ou exponham a Republica a perigo de guerra.

CAPITULO II

Dos crimes contra a Constituição e leis do Estado e sua forma de governo.

Art. 11 Tentar directamente e por factos: I Contra a forma de governo do Estado; II Contra a Constituição e leis do Estado.

CAPITULO III

Dos crimes contra o livre exercicio dos poderes politicos.

Art. 12 Oppor-se directamente e por factos a que o congresso se reúna Constitucionalmente; tentar directamente e por factos dissolver o Congresso.

Art. 13 Entrar tumultuosamente no recinto do Congresso, obrigar este a exercer ou deixar de exercer qualquer das suas funções constitucioaes, ou exercel-as a seu contento.

Art. 14 Usar de violencia ou ameaças contra algum deputado para arredal-o do congresso, ou para coagil-o no modo de exercer o seu mandato, ou pelo que tiver dito ou praticado no mesmo exercicio.

Art. 15 Usar de violencia ou de ameaças contra os agentes do poder executivo para forçal-os a fazer de maneira illegal um acto official, ou a deixar de fazer legalmente um acto official, ou a fazer como official um acto para que não estejam autorizados.

Art. 16 Oppor-se directamente e por factos ao livre exercicio do poder judiciario do Estu-

do, impedir ou obstar, por meios violentos, o effeito dos actos, mandados ou sentenças que forem da competencia de mesmo poder.

Art. 17 Usar de violencia ou ameaças para constranger algum Juiz ou jurado a proferir ou deixar de proferir algum despacho, sentença, ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer algum acto official.

Art. 18 Praticar contra o poder municipal e sua administração, ou contra cidadãos no exercicio das funções desse poder ou administração os crimes especificados neste capitulo.

Art. 19 Intervir nos negocios peculiares aos municipios fora dos casos previstos na Constituição do Estado.

Art. 20 Vilipendiar de publico as instituições ou algumas das instituições constitucioaes.

Disposicoes Communs.

Art. 21 Conspirar, concertando-se com uma ou mais pessoas para pratica dos crimes especificados nos capitulos 1.º e 2.º e nos arts. 12, e 13 desta lei, ainda que o concerto não seja seguido de algum acto preparatorio.

(Continúa)

ADMINISTRAÇÃO DO CIDADÃO DR. PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO G. DO NORTE

EXPEDIENTE DO DIA 12 DE ABRIL DE 1892.

Officios :

Ao Inspector do Thesouro do Estado — Declarando approvadas as bazas para a arremataçao do dizimo do gado grosso dos diversos municipios deste Estado.

Ao Inspector da Thesouraria de Fazenda— Commnicando haver o Juiz de Direito da Comarca de São Miguel, Bacharel Candido Gonçalves d'Albuquerque, deixado, por iucommodos de saude, no dia 26 de Março ultimo, o exercicio do respectivo cargo; passando-o ao seu substituto legal.

EXPEDIENTE DO DIA 22

Officio :

Ao Inspector do Thesouro do Estado — Communicando haver o Congresso, em virtude de attribuição conferida pela Constituição, e unanime deliberação, prorogado por trinta dias a presente sessão legislativa.

Mandando pagar em termos ao Superintendente da Estrada de Ferro a quantia de 92\$600 rs. proveniente de passagens concedidas, e telegrammas expedidos em serviço do Governo, durante o mez de Março ultimo.

Ao Inspector da Thesouraria de Fazenda— Communicando haver o Ministerio da Justiça em data do 1. do corrente solicitado do da Fazenda a expedição de ordem, afim de ser essa Thesouraria indemnizada da quantia de 100\$000 rs. importancia do primeiro estabelecimento do Bacharel Miguel Carlos da Costa Rocha, Juiz Municipal do termo do Mossoró.

THESOURO ESTADUAL

Thesouro do Estado do Rio Grande do Norte, 25 de abril de 1892.—Ao Ilustre Cidadão Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, D. Governador do Estado.—Hoje recebi o officio junto por copia sob n. 1. que me dirigio o illustre cidadão Manoel Leopoldo Raposo da Camara, offerecendo em beneficio do Hospital de Caridade o donativo de 200\$000 reis.

Immediatamente mandei recolher aos cofres deste Thesouro a importancia offerecida, e respondi ao digno e benemerito cidadão nos termos constantes do officio desta data, sob n. 2, agradecendo-lhe em nome do Governo a generosa e louvavel açao, que piedosamente acaba de praticar, auxiliando ás despesas que, por conta do Estado, se fazem com aquelle estabelecimento, em que os pobres e infelizes procuram soccorro e alivio aos seus males.—Saude e fraternidade.—O Inspector, **Joaquim Guilherme de Souza Caldas.**

Copia.—N. 1.—Ceará-mirim, em 20 de abril de 1892.—Sr. Inspector do Thesouro.—Tenho a satisfação de enviar-vos duzentos mil reis para serem recolhidos aos cofres desse Thesouro em beneficio do Hospital de Caridade do Estado.—Aproveito a occasião para reiterar-vos os meus protestos de alta estima e consideração.—Saude e fraternidade.—Ao Sr. Commandador Joaquim Guilherme de Souza Caldas, D. Inspector do Thesouro do Estado.—Manoel Leopoldo Raposo da Camara.—Conforme.—O Secretario da Junta, **Alcibiades Lustosa de Araujo Costa.**

Copia N. 2.—Thesouro do estado do Rio G. do Norte, em 25 de abril de 1892.—Ao Ilustre Cidadão Manoel Leopoldo Raposo da Camara.—Tenho a honra de accusar a recepção de vosso officio datado de 20 do corrente, a que acompanhau a quantia do duzentos mil reis, que vos dignastes de offerecer como donativo ao Hospital de Caridade desta Capital.—Mandando agora mesmo recolher aos cofres deste Thesouro aquella importancia, como vereis do conhecimento junto, sob n. 316, cumprio o grato de-

ver de, em nome do Governo, agradecer a vossa generosa e louvavel offeria que bem trazos os piedosos sentimentos de que vos achaeis possuido como benemerito cidadão que sois, auxiliando espontaneamente ás enormes despesas que, por conta do Estado, se fazem com aquella humanitaria instituição.—Saude e fraternidade.—O Inspector Joaquim Guilherme de Souza Caldas.—Conforme.—O Secretario da Junta, **Alcibiades Lustosa de Araujo Costa.**

DESPACHOS

Dia 18

Joaquim Gomes Monteiro—Como requer.

José Geminiano da Silva—Indefrido, em vista da informação do dr. director geral da instrucção publica.

Thomaz Antonio Nunes Monteiro—Sim, mediante recibo.

Dia 20

José Gomes de Mello—Como requer.

Dia 22

João H. Morant—Informe o inspector do thesouro do Estado.

EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE POLICIA

NATAL, 16 de Abril de 1892.

Ao Ilustre Cidadão Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, M. D. Governador deste Estado.

Participo-vos que, no dia 14 do corrente, foi recolhido á cadeia desta cidade, de ordem do juiz Municipal supplente, deste termo, o individuo de nome Simplicio Pereira da Silva, vindo da cidade de Macau como accusado aqui por crime de roubo.

Na mesma data foram postos em liberdade de ordem do delegado de policia do 1.º districto Manoel Joaquim do Nascimento, José Antonio e Francisco Antonio da Silva que se acham presos por disturbios, e de ordem do Subdelegado de Policia do 2.º districto João Pedro que havia sido preso pelo mesmo motivo.

Por acto de hoje foram exonerados Manoel Joaquim Victor de Lima do cargo de 2.º Supplente do delegado de policia do termo de Port'Algre, Manoel Nobre de Almeida e Joaquim Soares da Silva dos 1.º e 2.º Supplentes do Subdelegado de policia do districto da respectiva Villa, e nomeados, para substituí-los, os cidadãos José Joaquim Fialho, Gonçalo José de Freitas e Silva e Olyntho Lourenço de Oliveira, na ordem em que vão os seus nomes collocados.—Saude e Fraternidade.—**Braz de Andrade Mello,** Chefe de Policia.

Dia 20

Ao Ilustre Cidadão Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, M. D. Governador deste Estado.

Tenho a satisfação de levar ao vosso conhecimento, que, das partes diarias hoje recebidas nesta Repartição não consta factio algum digno de especial menção.

Por acto desta data foi exonerado do cargo de delegado de policia do termo do Caicó o Capitão Manoel Fernandes d'Araujo Nobrega, por assim o haver pedido, em officio de 13 Março ultimo, e nomeado, para substituí-lo, o 1.º Supplente respectivo, Manoel Osorio de Barros.—Saude e Fraternidade.—**Bras de Andrade Mello,** Chefe de Policia.

ACTOS OFFICIAES

Dia 18 de Abril

Por portaria desta data, foi exonerado o professor de instrucção primaria da povoação de Larangeiras dos Cosmes, Luiz Gonzaga de Figueiredo, por ter infringido o art. 73 § 1.º e 5.º do Regulamento n. 32 de 11 de janeiro de 1887.

Por portaria da mesma data foi exonerado do logar de membro da intendencia municipal de Canguaretama, o cidadão Francisco Antonio Alves Teixeira, e nomeado para substituí-lo, o cidadão Manoel Joaquim da Costa.

Dia 19

Por portaria desta data foi exonerado do logar de Delegado escolar da povoação do Rozario, Joaquim Antonio de Sena, por se achar exercendo os funções de administrador da meza de rendas especies da cidade de Macau.

A REPUBLICA

Telegrammas

RIO 33 do abril.

Governador.—Em hora do Marechal Floriano Peixoto realizou-se hoje, dia do seu anniversario natalicio, no theatro S. Pedro, uma matinee promovida por commissão composta representantes classes sociaes e sendo extraordinaria a concurrencia.

Foi-lhe offerecido o seu busto em bronze sendo orador official o Dr. Paranhos Pederneras, entre acclamações, que se repetirão a retirada do Marechal. Na estrada do ferro central assistio á inauguração da locomotiva que tem o seu nome, percorrendo um trecho da linha; estações ornadas estavam apinhadas de povo, que levantava vivas saudações.

Em palacio tem sido muito cumprimentado por familias e representantes de todas as clas-

ses.—**Fernando Lobo,**—M. do Interior **Victoria, 3 de Maio de 1892.**
Governador do Estado.—Congresso promulgou hoje com solemidade a constituição do Estado no meio geral regosijo, presentes Junta Governativa, senhoras, grande massa de cidadãos de todas classes e hierarchias. Em seguida elegeo Presidente do Estado Dr. Muniz Freire, primeiro, segundo e terceiro Vice-Presidentes Dr. Graçano Nino, Galdino Loureiro e Coronel Augusto Casario de Figueiredo Cortez.

Congratulamos-nos com vosso pela organisação definitiva deste Estado.

Junta Governativa.

Dr. Pedro Velho, Governador—Rio—Penhorado agradeço felicitações.—**Floriano.**

Cidadão Governador—Victoria—Assumi hoje o governo do Estado, na qualidade de seu presidente, hontem eleito unanimemente. Cada um dos meus distinctos collegas terá em mim um auxiliar para estreitar mais e mais os laços de amizade entre os estados.—**Muniz Freire,** presidente.

RIO, 6 de Maio.

Redação Republica.—Agradeço felicitações.—Saúdo-vos.—**Floriano**

Rio 6.

Dr. Pedro Velho—Agradeço felicitações. Saúdo-vos.—**Floriano.**

MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

O anniversario natalicio do invicto Marechal que duas vezes se assignalou heroe, defendendo no exterior a honra da patria e consolidando no interior o regimen de governo, estabelecido pela gloriosa revolução de 15 de Novembro de 1889, foi saudado nesta capital com as mais solemnes manifestações de publico regosijo.

Pelas 5 horas da manhã do dia 30 do mes passado a população da cidade foi agradavelmente despertada ao som do hymno nacional que a banda de musca do 34 Batalhão de infantaria executava no respectivo Quartel, onde ao mesmo tempo fazia-se ouvir o toque de alvorada por cornetas e tambores, snbido do ao ar enorme gyrandola de foguetes, precedida de uma salva de 21 tiros.

Concluida essa imponente manifestação, de bellissimo effeito; as bandas de musica, cornetas e tambores dirigiram-se ao palacio do Governador, ao Quartel de Aprendizes, ao Hospital Militar e ao Quartel de Policia e em frente de cada um desses edificios repetiram o toque de alvorada, recolhendo-se ao Batalhão ás 6 horas da manhã e tocando novamente no Quartel por occasião de íçar-se o pavilhão nacional.

Ao meio dia repetio-se a mesma manifestação no Quartel, onde compareceo o nosso distinctissimo amigo, honrado Tenente Coronel Pedro Antonio Nery, que, na qualidade de Commandante do Batalhão, fez baixar a ordem do dia que publicaremos em nosso proximo numero. Publicada a ordem do dia, o honrado Commandante e seus dignos camaradas, officiaes do 34, passaram telegrammas de felicitações ao inelyto Marechal Floriano Peixoto, ao Ministro da Guerra, ao Ajudante General e ao Commando do 2.º districto militar.

As 4 horas da tarde o Batalhão formou em parada geral, para uma passeata militar, associando-se-lhe a companhia de Aprendizes, commandada pelo nosso illustre amigo, o distincto 1.º Tenente Jeronymo de Lamare.

O Batalhão e a companhia mostraram as melhores condições de aeio e uniformidade, provando, assim, mais uma vez o espirito de disciplina e corceta direccão dos dous illustres commandantes e distinctos officiaes.

Ao desfilar a passeata, que offerecia brilhante aspecto, uma gyrandola de innumerous foguetes fendeo novamente os ares. Os valentes defensores da patria percorreram diversas ruas dos dous bairros da cidade e ás 5 e meia horas da tarde deram, durante 10 minutos em frente ao Quartel do 34, uma descarga cerrada, em fogo de ategria.

As 6 horas, ao descer a bandeira, que fora içada no frontal do Quartel, repetiram-se as manifestações constantes da primeira parte desta noticia.

Durante a noite, até a hora de recolher, a banda de musica executou, com proficiencia, as melhores peças de seu repertorio, salientando-se entre todas a batalha «21 de Maio», em cuja execução tomou tambem parte, como 1.º piston, o Alfaz de Maia, distincto inspector da banda de musica. O Quartel conservou-se até ás 12 horas brilhantemente illuminado.

No palacio do Governo, quando desfilava a passeata, compareceram representantes de diversas classes que, por intermedio do Ex.m Governador, dirigiram felicitações ao inelyto Marechal.

Em nosso proximo numero publicaremos, alem da ordem do dia, a que nos referimos, outras peças officiaes expedidas pelo illustre commandante do 34, a quem, como ao digno commandante da Escola, saudamos pelo brilhantissimo que souberam dar ás manifestações do dia 30 do mez passado.

Seria incompleta a noticia, que damos acima, se deixassemos de referir que o distincto corpo de saude, da guarnição militar, tendo a sua frente o illustre chefe, nosso honrado amigo, Major Dr. José Lopes da Silva Junior, tomou tambem parte nas manifestações de publico regosijo pelo anniversario natalicio do Marechal Floriano, acompanhando espontaneamente á luzida passeata. Não podemos igualmente calar a participacão que em todo o movimento festivo teve a Escola da companhia de Aprendizes, em cujo Quartel foi tambem deslumbrante o effeito da alvorada, sendo á noite brilhantemente illuminado, como o foram os edificios das diversas repartições federaes e estadoaes.

ESCOLA DE APRENDIZES

No dia 1.º do corrente fez dous annos que se realisou a transferencia da Escola de Aprendizes do Estado do Parahyba para este. Solemnisando tã o grato anniversario o digno Commandante, tenente de Lamare, fez decorar brilhantemente o Quartel, que esteve franqueado ao publico até ás 9 horas da noite, tocando das 6 horas da tarde em diante lindas peças de seu repertorio a banda de musica do 34 de infantaria.

O edificio conservou-se, durante a noite, elegantemente illuminado interna e externamente, havendo ás 7 horas uma salva de bombas e gyrandolas.

Diversas familias e cavalheiros da nossa melhor sociedade visitaram o Quartel, onde foram todos delicadamente recebidos pelo distincto commandante, tenente de Lamare, a quem cumprimos, fazendo votos para

que se reproduzam festas de igual natureza.

ALISTAMENTO DE MENORES

O Ministro da Marinha expedio aviso ao Chefe do Estado Maior General de Armada declarando que foi concedido o credito de 20 contos de réis para a conducção de menores, destinados ás escolas, devendo ser proporcionalmente dividido pelos Estados, dando disto sciencia o Quartel General aos Commandantes das Escolas para que estes, a seu turno, o façam ás autoridades e interessados. A despeza com a conducção de cada menor não excederá de 20 mil réis.

Cumpra que as autoridades judicarias e policiaes da Capital e do interior auxiliem ao digno commandante da Escola de Aprendizes neste Estado, fazendo remessa de menores que venham preencher os claros de tão proveitosa instituição.

E' relevantissimo o serviço que se dignarão prestar as autoridades para quem appellamos.

O bacharel amynas Barros ainda não restituio, segundo ordenou o Ministro da Fazenda, a quantia de 500:000, excesso da ajuda de custo que recebeu como chefe de policia no anno de 88.

A ELEIÇÃO DE 22 DE MAIO (AUGUSTO MARANHÃO)

O Partido republicano apresenta candidato á vaga aberta no Congresso Nacional, pela eleição do illustre Dr. Pedro Velho, nosso prestigioso e estimadissimo chefe. para o cargo de Governador do Estado, o nosso distincto collega Augusto Severo d' Albuquerque Maranhão.

A sua fé ardente, a sua inexcedivel dedicacão á causa da Republica, pela qual sempre lutou com o maior denodo, a nobre elevação do seu caracter, a sua lucida intelligencia, são preceitos que não precisamos encarecer no nosso candidato, que sobradamente os tem evidenciado em todos os actos de sua vida.

O eleitorado republicano, cuja independencia e lealdade não foram ainda uma só vez desmentidas, quando chamado a depositar nas urnas o voto de sua soberana vontade, pode estar seguro de que, suffragando o nome de Augusto Maranhão, terá um representante genuinamente democrata e um advogado vigilante dos direitos do Rio Grande do Norte.

Damos em seguida a Circular que o nosso collega dirige ao Corpo eleitoral.

AO ELEITORADO REPUBLICANO DO RIO GRANDE DO NORTE

CARTA CIRCULAR

Cidadão:

O partido republicano deste Estado acaba de fazer-me a elevada e immercedida honra de apresentar-me seu candidato á eleição federal, que se tem de effectuar a 22 de maio p. futuro, para preenchimento da vaga deixada na Camara dos Deputados pelo Dr. Pedro Velho.

Tão alta não seria a minha ambição, se ambições eu tivesse.

Obreiro muito convencido das ideias democraticas, que concretizam a aspiração politica dos povos occidentaes, não aspirarei jamais outro galardão para o meu esforço, alem da grandeza e da felicidade de minha terra.

Penhoradissimo me sinto, portanto, com a designação que me fizeram os meos correligionarios para occupar uma cadeira no parlamento, e considero um rigoroso dever dizer-vos em synthese qual será a norma de minha conducta, se tiver a fortuna de ser por vós distinguido com a honrosa e ardua missão de representar o nosso querido Estado.

Felizmente, para honra da nação e do benemerito Congresso Federal, que tão brilhantemente se tem sabido resgatar do vicio de sua eleição, possuímos uma lei garantidora do voto como as que mais o forem, e pela qual o deputado será realmente o eleito do povo.

As grandes circulares eleitoraes muito promissoras e espectaculosas cahiram num merecido descrédito, pelo frequente esquecimento dos programas apregoados, e pela não rara ingratidão dos mandatarios.

De mim, como candidato, direi apenas duas palavras.

No problema politico e governamental da União vos asseguro que serei sempre pura e convencidamente republicano, que outras crenças nunca tive, desde que pisei a trilha da vida politica; declarando ainda que apoio a heroica reivindicação constitucional de 23 de novembro, como uma nobre affirmacão democratica, vindadora do mais ultrajante despotismo.

No que respeita ao Estado: sou solidario e corresponsavel, como eleitor e deputado, com a actual situação que veio firmar o pensar e o sentir republicanos no governo como já o havia firmado em poderosas raizes na alma do povo.

Assim, pois, apoio e apoiarei a presente gestão politica da União e do Estado, enquanto bem servirem, como até hoje, á causa da Patria e da Republica.

Eleito, não me vereis jamais fóra do circulo que aqui fica traçado.

Pela Republica e pelo Rio Grande do Norte farei, com dedicacão e lealdade, quanto me permittirem as minhas forças.

Saúde e fraternidade.

Natal, 29 de abril de 1892.

Augusto Severo d'Albuquerque Maranhão.

HOSPEDES ILLUSTRES

Estiveram alguns dias nesta Cidade, d'onde já regressaram para os logares de suas residencias, tendo vindo tratar de negocios particulares, os nossos presados amigos e prestimosos correligionarios, coroneis Luiz Manoel Fernandes e Luiz Pereira Tiba. Come, distinctos chefes republicanos dos municipios de Caraubas e Triumpho.

Dirigindo-lhes os nossos cumprimentos, fazemos votos para que tenham excellente viagem.

CORONEL OVIDIO MONTENEGRO

Este nosso honrado amigo e distincto co-religionario tomou assento no Congresso Estadual, de que é digno representante, sendo poucos dias depois obrigado a retirar-se, por incommodo de saúde, para o municipio de Sant'Anna de Mattos onde reside e exerce extensa e benéfica influencia.

Desejando-lhe boa viagem, estimamos seu rapido e completo restabelecimento.

O orgão aracatyense (Rio Grande do Norte é figura de rhetorica) o orgão aracatyense, depois de estradada serie de declamações banaes contra o governo, honrado e patriota, do inelyto Marechal Floriano Peixoto, volta-se agora, possuido de falsa colera e fingida indignação, contra o governo, igualmente honrado e patriota, do Exm. Dr. Pedro Velho.

Administracão infeliz, esteril, negligente é como o orgão opposicionista conceitua a administração do estado.

Como se vê, nem ao menos na gradação dos adjectivos foram correctos os nossos adversarios. Outros, que não elles, que soubessem ler bem e dizer melhor, teriam adoptado a inversa da adjectivação. E' que até o bom senso litterario se achia completamente obliterado no espirito desses opposicionistas que só transudam despeitos, só manifestam rancores.

Elles suppoem que fazer opposição é simplesmente amontoar despropósitos, sem orthographia e sem syntaxe, fazendo completa abstracção dos principios, tendo somente em mira ferir a torto e a direito a pessoa do adversario.

Nú inteiramente de factos, vazio completamente de critica, o orgão opposicionista reedita apenas pela millesima vez uns desafórros muito sediosos e muito batidos e, suppondo-se n'um plano superior, diz talvez lá consi-gio mesmo: isto é que é fazer opposição!

Como são pobres e tolos! Todos sabem que, na actual phase politica do estado, pouco, muito pouco mesmo tem a fazer o governador.

Quando nos achamos em periodo de organisação, difficil e pezadissima tarefa que só pode ser desempenhada depois das leis que o Congresso ahi se achia a elaborar, comprehendese que bem restricta é a esphera de accção do governo, que não deve nem pode desenvolver actividade, enfrentando problemas e praticando actos que dependem de leis e autorisações que não foram ainda votadas nem concedidas.

E' que o habito do cachimbo põe a bocca torta.

Os nossos adversarios não sabem fazer politica, não sabem fazer governo, senão mostrando a maior actividade no sentido da reacção, procedendo sempre, fóra da lei e contra a lei.

Si o governador do estado estivesse ahi a lavar demissões e nomeações, a remover pro-fessores, a comprimir os direitos dos adversarios, a sequestrar as liberdades publicas, não mereceria, com certeza, o conceito do orgão opposicionista.

Si ao em vez de proceder, como tem feito, respeitando todas as normas do direito, observando todos os dictames da lei, o governador se inspirasse no omniuso periodo governamental dos amynas e dos castros, e então armasse a machina selvagem de brutal reacção, negasse o direito ao adversario, comprimis-selle a liberdade, infamasse-lhe a reputação, amordagasse a imprensa, fizesse das urnas uma mentira, que administração activa, fecunda e feliz, bradaria no ange do entusiasmo a turba insincera dos nossos adversarios!

Desengauem-se, porém; o actual governador que tem um nome vantajosamente conhecido no estado e no daiz, que é um republicano sincero e convencido, um espirito culto e superior, como o proprio orgão da opposição já reconheceu e muitas vezes proclamou, ha de proceder invariavelmente como lhe dicta a consciencia, como lhe inspira o dever, como lhe impõe a merecida posição em que foi collocado, tendo somente em vista o bem da patria norteario-grandenso em consonancia com os principios, largos e focundos, do systema republicano.

As suggestões dos adversarios, injustos e rancorosos, não o desviarão da senda do dever que lhe impõe—tudo pela republica e para a republica.

Dominado desse nobre intuito, e não obstante a phase em que nos achamos, o Exm. Governador nao se tem descurado dos melhoramentos que o Estado reclama.

E' assim, q' graças á sollicitações suas, o Exm. Ministro da Agricultura acaba de comunicar-lhe, em telegramma, que já expodira ordens para iniciar-se os trabalhos de ligação da estrada do ferro de Nova Cruz á da Parahyba; que trata de resolver, com promptidão, as obras do melhoramento do porto desta capital, e finalmente autorisa o Exm. Governador a escolher e organizar nucleos coloniaes

em lugares apropriados; para o que por a sua disposição á competente verba.

E' uma excellente nova que transmittimos aos nossos amigos; é uma resposta eloquente que damos ao orgão opposicionista.

O bacharel francisco amynas da costa Barros, depois de intimacão feita pela Thesouraria de Fazenda, restituio a quantia de duzentos e cincoenta mil réis [250\$] que, como juiz aposentado, recebeu cumulativamente com o ordenado de governador.

FALLECIMENTO

Victima de angustiosos padecimentos falleceu, no dia 25 do mez passado, na cidade do Recife, onde foi tentar os ultimos recursos da sciencia, o dr. Heraclio de Araujo Villar, proprietario e residente que foi no Ceará-mirim, onde gozava de geral estima e merecida consideração. O illustre finado teve posição saliente no partido liberal da antiga provincia, conservando-se ultimamente afastado das luctas politicas.

Nossos sentidos pezames á sua exma. familia, com especialidade aos nossos distinctos amigos, coronel Villar, drs. Hemeterio e Ferreira Mello, pai, sogro e cunhado do illustre morto.

Tratando de negocios de seu particular interesse, estiveram ultimamente nesta cidade os nossos amigos e co-religionarios, Antonio Carlos Benicio de Farias e Francisco Justino de Oliveira Cascudo, o primeiro residente no municipio de Caraubas, o segundo no do Martins e o ultimo no do Triumpho.

Cumprimentando-os, lhes desejamos feliz regresso.

Eis o que podemos saber, pouco, «mas certo» do Plano dos conspiradores.

O eixo, a base capital da conspiração, consistia em «trez assassinos», os do Marechal Floriano Peixoto.

Almirante Custodio José de Mello, General João Baptista da Silva Telles, commandante da brigada policial.

Houve tentativa de peita a uma das ordenanças do marechal Floriano, que, segundo consta, o avisou. De resto, ninguém ignorava na cidade esta parte do plano. Todos fallavam nesse crime, como o primeiro da conspiração. e viam como era facil de executar o, conhecida á temeridade com que o marechal Floriano expunha diariamente a vida.

Em diferentes occasões procuraram alliciar praças e inferiores em varios regimentos, para, procedendo ao «assassinato» dos officiaes amigos do governo, empossarem-se do commando dos corpos e com elles sahirem a rua—reedição correcta e augmentada do que aconselharam em Santa Cruz, ao sargento Silvino.

Como já o dissemos, nem todos os conspiradores conectam os pormentores da machinação urdida pelos cerebros dirigentes e por elles dispostos. Entre esses cumpre, entretanto, fazer honra ao general Almeida Barreto, que, segundo consta, oppoz-se aos assassinos, preferindo as cousas por meios mais mansos. O celebre manifesto dos 13 parece ter sido obra sua, constituindo um ensaio para conseguir esse fim pela intimidação do General Floriano. Não tendo, porém, sortido o desejado effeito, era seguro que se recorreria á violencia do punhal ou do revolver.

Em alguns regimentos houve largas tentativas de suborno a diubheiro, feitas a soldados e inferiores— a maioria, dos quaes soube repellit-as. Ao que consta, as sommas para tal fim eram fornecidas pelos dos capitalistas da conspiração, principalmente o Sr. de Leopoldina.

Não bastava, todavia, o movimento em terra; era preciso a parte naval. Dessa estava incumbido. O capitão-tenente Duarte H u e l e B e l l a r P i n t o G u e d e s que devia, logo em começo da revolução, assumir o commando do «Bachuelo».

Como? Com outros crimes? Não se conhecem os elementos de que dispunha o Sr. Huet que, aliás, pelo unanime testemunho dos camaradas, era de todos os implicados da marinha, o mais instruido e digno até—então.

E' evidente que só com os elementos que achamos de mencionar trama não estava completa. Falta, outros, que não conhecemos, nem conseguimos saber—ou porque ainda não estivessem designados, ou por outras razões. Ser-nos-hia facilissimo phantasiar um commandante para cada fortaleza e navio de guerra, em vista da abundancia de militares que faziam parte da conspiração.

Mas esta confissão de ignorancia em certos pontos, fazemol-a mesmo, como signal de lealdade nas informações que ministramos.

Vingando a revolução, seria aclamado presidente o general Deodoro, que immediatamente passaria o poder á junta governativa composta dos Srs: Vice-almirante Eduardo Waudenkolk, General Almeida Barreto, e outro general, de cujo nome temos duvida, parecendo que a escolha recahiria, ou sobre o general Mallet ou sobre o general Clarindo,—mas provavelmente sobre o primeiro.

A Junta Governativa com illimitados poderes dictatoriaes, convocaria para seis mezes depois uma constituinte.

Durante este tempo serviria o seguinte ministerio: Ministro da fazenda—Matta Machado.

Ministro da justiça, interior e instrução—Senhor Ministro da Agricultura—Dr. Francisco Portella.

Os ministros das duas pastas militares não estavam ainda designados. E' mesmo natural que assim procedessem até ao final triumpho, para que, desde a conspiração, não commecassem logo uma luta de competencias e rivalidades.

Uma pasta, porém, que ia ficar bem servida era a dos negocios exteriores. Ia ser o clow, o successo do novo governo —sucesso, tão grande, que, ao mencionol-a aqui, precisamos lembrar que não es-

tamos inventando novellas, nem dando curso aos boatos da rua do Ouvidor. O nome do futuro chefe da nossa diplomacia nos casouo tambem impresso comica, que o programamos ludagar com todo o cuidado. Hoje, porém, podemos garantir que seria Ministro das relações exteriores: o bacharel Parial Mallet.

E' evidente que as nações estrangeiras occorriam pressurosamente resolver todas as graves questões que pendem da impotente pasta. O Brazil ia subir a uma colação extraordinaria... nas operetas e evar-devillees... [Que triumpho internacional!]

Deixando, porém, esse prodigioso ministerio, cumpre dizer qual seria um dos seus primeiros actos. Isto revela uma das moias occultas do plano.

Tudo o processo da «geral» ficaria annullado por decreto d'ictatorial do novo governo, que encamparia a companhia, assumindo o Estado a responsabilidade das dividas.

Vá-se, por conseguinte, que o novo estado de cousas seria notavel pela sua honestidade!

E dito isto, está dito o essencial. Resta agora a enunciação de uns detalhes curiosos.

Querem saber quem era o novo director geral dos Correios? Nada mais simples: era o Capitão tenente José Carlos de Carvalho.

Querem ser apresentados ao director geral dos Telegraphos?—Não precisamos esforço do imaginação para saber que seria o Capitão tenente João Nepomuceno Baptista.

Talvez, porém, não conheçam o projectado governador do visinho Estado do Rio? Pois, senhores, a estas horas talvez elle esteja uiratrado pelas setteiras da fortaleza de S. João a sua perdida capitania O Governador seria o Dr. Demerrial da Fonseca.

O redactor do Diario Official com certeza viram logo que seria o redactor da Cidade do Rio José do Patrocinio

Acertaram.

O que resta dizer desta annuneração de pessoas e factos? Não lhes parece que o Brazil ia chegar a pinaculos inacessíveis de gloria?

Nem cabe aqui a ironia. Vá-se, por esta providencia na repartição de quinhões, a gana soffrega do tudo repartir, cobrando desde os primeiros momentos o salario de uma revolução partida de trez assassinos como primeira base.

Em favor de taes condemnados pode haver a excusa sentimental, que se dá aos que se allicinam por nobres ideias politicas, e por ellas chegam até ao desvario dos crimes? Não. Os homens que, fria e calculadamente, sem alto ideal nem sonho de gloria, discutindo cautelosos o prego pelo qual iam entrar em accção, começavam por premeditar trez assassina-tos, não podem pedir equidade. Podem, quando muito, por uma misericordia mal entendida, merecer o esquecimento.

(D' O Figaro de 19 de Abril.

Na cidade do Martins falleceu, no dia 16 do mez passado, o honrado cidadão, tenente José de Souza Martins Pereira, pai de numerosa prole.

Nossas condolencias á Ex. Familia, especialmente ao dr. Almino Alvares Affonso, genro do illustre finado.

No mesmo dia e cidade falleceu tambem a virtuosa consorte do nosso amigo, cidadão Manoel dos Santos Rosa, a quem sentimentamos, e igualmente a seo digno sobrinho, Manoel dos Santos, nosso prezado amigo e distincto co-religionario.

No ultimo paquete, da Companhia Pernambucana, veio para esta cidade o nosso distincto collega e amigo, dr. Vicente de Lemos, acompanhado de sua Exma. familia.

Nossas saudações.

O QUE DEVEMOS FAZER

Bem sei que é domasiada ingenuidade hoje, cousa de Simplicio até, fer firmemente em alguma cousa, seja o que for e, principalmente, declarar-o em publico.

Sei tambem que é moda affectar-se um scepticismo absoluto sobre tudo e especialmente sobre os negocios politicos do paiz, e que essa descrença foi elevada á altura de um principio de bom gosto, de uma especie de criterio por onde se costuma medir a perspicacia intellectual de cada um e a elevação de suas ideias fin de siècle.

Não obstante, creio firmemente, que o Estado do Rio Grande do Norte vai progredir com o estado de cousas actual e que ante si abre-se, larga e plana, a estrada do progresso.

Creio firmemente que esta terra em que nasci dispoe de elementos sufficientes para marchar n' esta estrada, como dispoe de patrioticos auxiliares que lhe hão de arrear do caminho algum obstaculo que por ventura se lhe autohe.

Creio ainda que o Rio Grande do Norte, terra sympathica e eminentemente hospitaleira, não conta somente com seus filhos para guial-a, mas tambem com alguns estrangeiros, como approveu aos baírristas chamal-os alias com bastante infelicidade, muitos dos quaes adquiriram o direito sagrado de trabalhar por ella.

Feliz ou infelizmente, não sei bem dizel-o. ha até estrangeiros que tem lutado pelo Rio Grande do Norte, que tem empregado todas as energias de seu talento em favor d' elle, tanto quanto o tem feito os seus proprios filhos.

O Estado do Rio Grande do Norte, entrando no caminho de sua organização definitiva com a promulgação de uma Constituição que, si não é perfeita, pelo menos pode sem receio passar pelo confronto com a de qualquer dos seus irmãos mais adiantados, e com a eleição de um governador, seu filho, ao qual nam os seus mais despeitados adversarios poderão negar o muito amor que lhe tem, precisa, todavia, agora mais do que nunca, da coadjuvacão de todos os seus filhos bem intencionados—e n'esta categoria o Estado está habituado a incluir os estrangeiros.

Mais do que de todos, o Estado precisa actualmente dos seus representantes no Congresso Legislativo, onde, de resto, quasi todas já tem dado tão valentes provas de seu patriotismo, como de seu talento.

O Estado precisa terminar a sua organização;

O tempo urge... elle appella para aquelle patri-

oismo e para aquelle talento. Está lançado o bilroete da grande edificio — a

Constituição; e está reclama os caletos — suas

leis organicas, corollarios necessarios e urgen-

tes d' aquelle especie de theorema. Muitos são os assumptos que reclamão a atten-

ção do Congresso e todos de grande importancia;

ha muito que fazer e o tempo é pouco. A Instrução publica, a organisação municipal,

a organisação judicial, a força publica, a magna

questão financeira, a reforma das reparti-

ções, são outros tantos assumptos que exigem

urgente solução e carocem de toda a atenção, de

tudo o patriotismo de seus representantes, má-

ximé d' aquelles que no Congresso se toem sabi-

do distinguir pelo seu talento. Já foi discutida e

aprovada a organisação da força publica; discute-se a organisação judicial,

mas outros orgãos não menos importantes do

mecanismo constitucional são ainda simples

projectos. Entretanto o tempo corre; está prestes a findar

o prazo da prorogação dos trabalhos legislativos,

e — si o Estado que tão erradamente, (é a unica

centura que lhe faço) me ellegeu seu representa-

nte como membro d' aquella corporação, con-

cedesse-me agora poderes especiaes para repre-

sentar o perante ella, eu penso que traduziria

bem o seu pensamento, a sua aspiração, a sua

vontade, dizendo, com muita ousadia embora:

— Meus illustres collegas, discutiamos menos, e vo-

temos mais.

3 Maio 92.

Antonio de Souza.

O bacharel amyntas barros já recolheu os vencimentos de juiz

aposentado, que recebeu cumu-

lativamente com os de governa-

dor; deve agora recolher os

500,000, excesso da ajuda de

custo recebida como chefe de

policia em 1886.

JOSÉ RUFINO

Este leal e prestimoso co religio-

nario, que deo-nos o prazer de sua

companhia durante a semana finda,

retirou-se para Angicos, municipio

de sua residencia, e onde, o partido

republicano, chegado pelo nosso ex-

cellente amigo, constitue um balu-

arte inabalavel em prol da boa cau-

za.

DIZIMOS DE GADO

Avaliada em 50 contos no orça-

mento vigente, esta verba de recei-

ta rendo, nas arrematações ulti-

mamente havidas no thezouro do

estado, a quantia de 61 contos de

réis, importancia muito superior ás

previsões geraes.

JUIZ DE CASAMENTOS

Na audiencia de 5 do corrente, foi publicado

o 1.º proclama de Manoel Luiz de Mello com An-

tonia Maria da Conceição, residentes nesta cidade

CA THEDRAES

A Hespanha tem 60 egrejas-cathedraes, 89

collegiaes, 19.000 parochias, 3.000 egrejas de

conventos, 3.000 ermidas e 2.000 capellas.

O numero de sinos de todos os tamanhos

eleva-se a 84.108.000 e o seu pezo total calcula-

la-se em 3.654.430 arrobas.

O valor do metal de todos elles deve subir

a vinte milhoes de cruzados.

A IMPRENSA NO BRAZIL

Foi em 1808, anno em que veio de Portugal

para o Rio de Janeiro a familia real, que

se começou a publicar a Gazeta do Rio de

Janeiro, e na Bahia a Edade de ouro do Brazil.

Até 1820 houve no Brazil apenas estes dons

periodicos bi-semanaes.

Em 1821, segundo testemunho do Sr. Barbi,

existiam oito jornaes nas localidades já men-

cionadas e em Pernambuco.

Esses occupavam-se com a politica do dia,

cenjuravam os funcionarios publicos, gosa-

vam immenso das correspondencias virulen-

tas e muito de longe tratavam de planos de re-

formas sociaes.

Esta era então a missão exclusiva do jorna-

lismo.

Em 1822 appareceu o Diario do Rio de Ja-

neiro, que foi o primeiro a publicar annuncios;

em 1827 começou a sahir a Aurora Fluminen-

se, periodico que durante os oito annos que vi-

veu foi o director da opinião publica; em Se-

tembro de 1828 existiam trinta e dous jornaes

no imperio, inteiramente politicos, feita a ex-

cepção de uns tres ou quatro que publicavam

annuncios e noticias commerciaes; em Dezem-

bro de 1835 os jornaes existentes elevaram-se

a cincoenta e seis, não havendo jornaes n'esse

anno no Pará, Piahy, Goyaz, Matto Grosso e

Espirito-Santo; em 1846 o numero de perio-

dicos attingia a setenta e oito, contando-se

litterarios e scientificos, só na corte, onze pe-

riodicos.

Os assignantes do «Journal do Commercio»

subiam n'esse anno a 4.000, de Diario a 2.200

e do Mercantil a 2.700.

O «Journal do Commercio» principiou do ta-

manho de uma folha de papel de marca vint-

gar.

«(O)»

SOLICITADAS

O BACHAREL JANNUCIO DA NOBREGA E O SEU MANIFESTO-CIRCULAR DE 8 DE MAIO

O partido republicano do Rio Grande do Nor-

te, a sua organisação, a sua direcção espirital

não se desfazem ao sopro gelido das desillusões.

Não—antes se consolidam e retemperam ca-

da dia mais e mais pela razão, pela justiça e pe-

la verdade. O que nasceu desfeito e par si mesmo invia-

vel na consciencia publica foi o papel diante do

qual escreveu estas linhas movido apenas pelo de

ver que me imponho de dar uma satisfação ao

partido republicano do R. G. do Norte, a que

me orgulho de ter pertencido sempre e não me-

nos como uma prova de deferencia, embora im-

merecida ao signatario da circular-protesto, tão

acertadamente justa e falsa em seus conceitos.

«A minha candidatura foi apresentada em con-

cluído de familia, sem audiencia do partido, com-

binada immoral e affrontosamente nas aguas fur-

tadas de palacio.» diz avaravel e corlezmente o

meo collega. A isto respondem, sem replica, as publica-

ções assignadas, estampadas no presente nume-

ro d'A Republica, e a accettazione e apoio que

tenho recebido de quasi todos os municipios do

Estado, por parte de suas mais legitimas e presti-

giosas influencias politicas. Não penso o illustre collega que o partido re-

publicano é a sua pessoa—Não. O partido republicano é a grande e honra-

dissima familia politica, composta de cidadãos

que soberão querer a Republica em todos os

tempos, e dos q' quando o Estado soffria o jugo

compressor do prepotente bacharel de Lucena

tiveram a civica attivez de abandonar, sem sa-

udades do poder, uma politica errada e má, para

virem soffrer commoço um ostracismo, incapaz

de captular e de render-se. Tivesse ficado o meo collega no Estado e mais

direito teria ao auxilio que solicita para a sua

eleição. Diz mais que a minha candidatura não é a-

presentada pelo partido: e como remedio—a si

mesmo se apresenta como mais legitimo candi-

dato. Ora—a ingenuidade popular não chega até a

cegueira e toda gente vê claro a modestissima

e desinteressada intenção do remedio proposto

pelo auctor do manifesto. Ha certas proposições que trazem, dentro de

si mesmo, o commentario e a resposta; le-las

e refuta-las. Não me cabe aqui defender o governador.

Elle tem a seu lado o povo em suas classes to-

das. Proseguindo diz o auctor do manifesto que al-

tamente escandalosa, soberanamente condemnada

pela moral social e politica é a minha candida-

tura. Um periodo a impar de rhetorica, polvilhado

de despeito. «Accresce que sou ESCRITURARIO de uma

casa commercial», diz ainda o bacharel Jannu-

cio. Escripturnario não é o termo: eu sou caixeiro;

exerço essa profissão honrada sem que isso

me cause nenhum desgosto ou pejo; e saiba o

meo contendor que não é menos ser caixeiro

do que ser bacharel. A aprendizagem do dever, a formação do ca-

racter publico não se fazem somente nos ban-

cos academicos; fazem-se tambem em todas as

officinas do trabalho. Para merecer o suffragio do eleitorado rio-

grandense, não basta dizer que se tem serviços

incontestaveis á Republica, amor á terra natal e

firmeza de principios, o que afinal não é um

privilegio de S. S.; é preciso mais não — ter a-

bandouado o Estado, quando elle, desgovernado

e infeliz, mais necessitava do serviço de seus

filhos. Concluída a leitura do papel que ao povo do

Rio Grande do Norte dirigiu o Bacharel Jannu-

cio Nobrega, papel que não é, em synthese,

mais do que um fôfo e valioso elogio de si mes-

mo, de envolta com as mais acrimoniosas

injusticias, em ousa por minha vez fazer um

franco appello ao bem, ao generoso povo do

meo Estado, que nos conhece a ambos, e que

affirmará nas urnas se ser caixeiro é um es-

tilizma. Natal, 7 de maio de 1892.

Augusto S. de A. Maranhão.

Empregado do Commercio, deputado ao Con-

gresso legislativo do Estado.

A DIRECÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO E A CANDIDATURA DE AUGUSTO MARANHÃO

Obsenro sertanejo sou um convencido soldado do

partido republicano, antes e depois de 15 de Novembro

Nunca vi a frente da propaganda, á frente da orga-

nisação politica estadual, á frente dos destinos demo-

craticos do Rio G. do Norte senão o meo illustre amigo

—estremecido chefe Dr. Pedro Velho, cuja lealdade

abnegação e serviços não precisam ser lembrados,

e se achão acima de todos as investidas dos ingratos

e dos ambiciosos desavairados. Quanto a Augusto Ma-

ranhão, o cachorro, sempre o vi lambem, com deno-

do e constancia, sem poupar sacrificios, sem pensar

nunca em si e só preocupado com a cauza que abra-

çou, ao lado do chefe propagandista. A insolente accuzação que por ahí se quer levantar

contra a direcção politica, chamando a arranjo de fa-

milia não tem resposta: os factos valem o mais so-

lemne desmentido. Assim, pois, continuando na li-

nhã recta que me tracei, e que repeto um ponto de

hora pessoal e politica, protesto contra os protestos

e asseguro ao meo partido, por mim e pelos meos

liaes companheiros de luta no municipio de Angicos

que o chefe é o chefe, nem temos nem reconhecemos

outro, e que a candidatura de Augusto Maranhão é

legitima, honesta e justa, como as que mais o forem.

Natal, 5 de Maio de 1892.

José Rufino Pinheiro

OS CORONEIS

Tem-se fallado muito nos coroneis, nessas terriveis

influencias locais, e a proposito: Visitarão ultimamente a nossa capital 3 illustres

cidadãos, todos coroneis e todos sertanejos. Tivemos

o prazer de conversar com todos elles, e não resisti-

mos ao desejo de externar, com a devida veia, a im-

pressão que deixou em nosso espirito cada um dos

ditos visitantes. E não sendo nós nem redactor, nem

colaborador, nem reporter da «Republica», só deite

canthão modesto, a tantos réis por linha, podemos

deixar aos honrados patriotas o nosso cartão de des-

pedida.

TITO JACOME

Muito intelligente, conhece bem as cousas e melhor

os homens. Ligemente ironico e malicioso por temperam-

to. Em Campo Grande pontifica, na sua fazenda da A-

rijoza, para uma multidão de crentes, que ouvem reli-

giosamente os conselhos da sua experiencia e a sua

voz de commando nos momentos de lida.

E' um batalhador rijo na politica, não conhecendo

desanimo, nem fraquezas. E' um amigo de dar a cam-

isa do corpo ao seu amigo; mas tambem como ad-

versario não é para graças.

Vale o que peza.

LUIZ MANOEL

Um matuto l mas um matuto que seduz, captiva

pela simplicidade sympathica de suas maneiras, pela

sinceridade llhana de seu caracter, espelhadas numa

physionomia boa e franca.

O sertão inteiro conhece o commandante, como

o chamão. Na familia tem os habitos patriarchaes dos velhos

tempos, em qua honra se empenhava num fio de

barba; na vida publica é um exemplo de nobreza e

desinteresse.

OVIDIO MONTENEGRO

Sacudido nos modos e nas accões. Rijo de aço no

corpo de uma completição atletica, e forte de bronze

no caracter inflexivel, com uns tons de altanería,

que não exclue a delicadeza.

Hospitaleiro como um arabe. Possui um latifundio

enormes municipios de Assú e S. Anna.—A Ponta

Grande—um potozil, uma mina, onde não ha seccas,

e onde se abrigão centenas de familias.

Rude e bom.

Natal 7 de Novembro.

Um agresteiro

DECLARAÇÃO

Cumpro um dever de lealdade declarando

aos meus amigos que accetto e apoio a candi-

datadura do cidadão Augusto Severo de Albu-

querque Maranhão, a uma cadeira no Congres-

so Nacional, na vaga deixada pelo Illustrado

Governador do Estado Dr. Pedro Velho.

Natal, 3 de Maio de 1892.

A REPUBLICA

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO

Redactores—Chaves Filho, Antonio de Souza e Augusto Maranhão

ASSIGNATURAS

Por anno 50000
No avulso do dia 100
Do dia anterior 200

PUBLICAÇÃO SEMANAL

TIRAGEM 1200 EXEMPLARES

ESCRITORIO E TYPOGRAPHIA

2—Rua Senador José Bonifácio—2
As publicações serão feitas a 80 réis por linha, e annuncios por ajuste.

PARTE OFFICIAL

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

Lei n.º 1. de 29 de Abril de 1892.

(Conclusão)

CAPITULO IV

Dos crimes contra o gozo e exercicio legal dos direitos publicos e individuaes

Art. 22. Impedir, por violencias ou ameaças que o eleitor exerça livremente o seu direito de voto; comprar votos ou sollicita-los, usando de promessas ou abusando da influencia do cargo.

Art. 23. Impedir, por violencias, ameaças, ou tumultos, que alguma mesa eleitoral ou junta apuradora exerça livremente as suas funcções; violar o escrutinio ou inutilisar ou subtrahir livros e papeis referentes ao processo eleitoral.

Art. 24. Impedir que o povo se reuna pacificamente nas praças publicas, ou em edificios particulares, para exercer o direito de representar sob os negocios publicos, perturbar a reunião, bem como dissolver-a fora dos casos em que a lei o permittir, ou sem as formalidades que a lei prescreve.

Art. 25. Toller a liberdade da imprensa, impedindo arbitrariamente a publicação ou circulação de jornaes ou outros escriptos impressos, ou attentando contra os redactores, ou contra os empregados ou material das officinas typographicas.

Art. 26. Perturbar ou impedir illegalmente as praticas do culto de qualquer confissão religiosa.

Art. 27. Privar illegalmente alguma pessoa da liberdade individual, ou obrigar dolosamente a quem a fazer o que a lei não mandar ou a deixar de fazer o que a lei permittir.

Art. 28. Infringir as leis que garantem a inviolabilidade do domicilio, o segredo da correspondencia ou a plenitude do direito da propriedade.

CAPITULO V

Dos crimes contra a segurança interna do Estado

Art. 29. Provocar algum tumulto ou desordem publico, ou perturbar a ordem pública em praças, mercados ou postos em circumção.

Art. 30. Praticar ou concorrer para que se pratiquem os crimes especificados no titulo 2.º da 2.ª parte, capitulos, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do codigo Penal.

Art. 31. Não dar as providencias que couberem em suas attribuições para obstar a execução desses crimes ou d'aquelles a que se refere o art. 29 desta lei, tendo conhecimento delles.

CAPITULO VI

Dos crimes contra a probidade da administração

Art. 32. Expedir decretos, instrucções regulamentos ou ordens, a fazer requisições contrarias as disposições expressas da constituição do Estado ou das leis.

Art. 33. Deixar de cumprir as disposições expressas da constituição do Estado e das leis.

Art. 34. Não publicar ou retardar dolosamente a publicação das leis e resolução do Poder Legislativo.

Art. 35. Toller, dissemular ou incobrir os crimes de seus subordinados, não procedendo ou não mandando proceder contra elles.

Art. 36. Recusar as providencias de seu officio que lhe forem requeridas por parte ou por autoridade publica ou determinadas por lei, e nomeadamente as informações, esclarecimentos, exhibição de peças ou documentos que o Congresso sollicitar, não havendo segredo.

Art. 37. Uzurpar alguma das attribuições de outro poder.

Art. 38. Usar mal de sua autoridade, commettendo abusos ou excessos não especificados na lei que tenham produzido algum dano provado a algum particular ou ao Estado.

Art. 39. Receber qualquer donativo ou aceitar promessa directa ou indirectamente para praticar ou deixar de praticar algum acto do officio contra ou segundo a lei, bem como receber qualquer recompensa por ter praticado ou deixado de praticar um acto official.

Art. 40. Deixar-se corromper por influencia ou peditorio de outrem para proceder contra os deveres do cargo.

Art. 41. Subornar ou peitar a outrem para proceder contra o que deve no desempenho de funcções publicas.

Art. 42. Exigir para cumprir o seo dever que algum de ou prometta induzir algum a dar ou a prometter gratificação, emolumentos ou premio não determinado por lei, e ainda que seja para a fazenda publica.

Art. 43. Comprometter a honra e a dignidade do cargo por incontinencia publica e escandalosa, por vicios de jogos prohibidos ou de embriaguez ou portando-se com inaptidão no

toria ou desidia habitual no desempenho de suas funcções.

CAPITULO VII

Dos crimes contra a guarda e emprego constitucional dos dinheiros publicos

Art. 44. Desapilar ou gerir mal os bens do Estado.

I Ordenando despezas não auctorizadas por lei ou contra a forma ou antes do tempo determinado por lei;

II Excedendo ou transportando illegalmente as verbas do orçamento;

III Abrindo credito sem as formalidades ou fora dos casos em que as leis facultam;

IV Celebrando contractos manifestamente lesivos;

V Contrahindo empréstimos, emitindo apolices ou effectuando outras operações de creditos sem autorisação do poder legislativo;

VI Alienando os immoveis Estaduaes ou empenhando rendas publicas sem a mesma autorisação;

VII Apropriando-se, consumindo ou estraviando ou consentindo ou concorrendo para que outrem se aproprie, consuma ou extravia dinheiros ou valores pertencentes a fazenda publica;

VIII Negligenciando os meios ao seo alcance para a conservação dos bens moveis e immoveis e arrecadação dos impostos e rendas do Estado.

Art. 45. Não prestar ao Congresso, no prazo legal, conta menuciosa das condições economicas do Estado nos termos do art. 30 n. III da Constituição.

Art. 46. Não apresentar ao Congresso no prazo legal as propostas do orçamento e fixação de força publica.

Art. 47. Revogação-se as disposições em contrario.

Palacio do governo, 25 de abril de 1891, 4. da Republica.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão
Joaquim Soares Raposo da Comara.
Secretario interino,

ADMINISTRAÇÃO DO CIDADÃO DR. PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO G. DO NORTE

EXPEDIENTE DO DIA 18 DE ABRIL DE 1892.

Officios :

A Intendencia municipal de Macaé—Comunicando a Intendencia municipal de Macaé a Intendencia municipal de Macaé para a concessão do aforamento perpetuo de terrenos de marinha, nesse municipio, que pretende a companhia nacional de salinas «Mosso-ró Assú,» cabe-me declarar-vos que fica approvada a dita concessão.

EXPEDIENTE DO DIA 20

Officio :

Ao Conselho da Intendencia municipal de Papary—Comunicando haver sido approvado o orçamento da receita e despeza desse municipio para o anno financeira de 1892.

Ao Conselho da Intendencia municipal do Acary—Declarando approvados não só o balanço da receita e despeza desse municipio do anno proximo passado, como também o orçamento da receita e despeza para o corrente exercicio, com excepção do imposto sobre compradores de peles, visto se achar consignado na lei orçamentaria do Estado,

Ao Conselho da Intendencia municipal do Jardim—Declarando, em resposta ao seu officio de 9 do corrente, haver sido approvado o orçamento da receita e despeza d'esse municipio, para o anno financeiro de 1892, com excepção dos impostos sobre mascates e de licença para compradores de couros, que se achão consignados na lei orçamentaria do Estado,

EXPEDIENTE DO DIA 26

Officios :

Ao dr. juiz de direito da comar-

ca de Sant' Anna do Mattos, bacharel Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda—Recommendo que passe o exercicio do cargo de suas funcções ao respectivo substituto legal, visto achar-se pronunciado em processo crime no municipio de Canguaretama.

Ao juiz municipal do termo de Sant' Anna do Mattos—Recommendo que assuma o exercicio do cargo de juiz de direito da comarca de Canguaretama, por se acharem suspensas as funcções publicas do juiz de direito bacharel Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda, em face do art. 29 da lei n. 2633 de 20 de setembro de 1871.

EXPEDIENTE DO DIA 28

Officio :

Ao inspector de thesouro do Estado—Declarando que o pagamento da illuminação publica da cadeia, corpo de guarda e quartel do destacamento da cidade de Macaé, deverá ser feito a razão de 300 reis, por noite e não de 2006, como, por equivooco, foi requisitado pelo dr. chefe de policia em officio n. 134 de 10 de março ultimo.

EXPEDIENTE DO DIA 29

Officios :

Ao inspector do thesouro do Estado—Declarando ficar inteirado de haver a junta da fazenda estadual, em sessão de hontem habilitado na forma da lei, oito cidadãos afim de concorrerem ás arrematações do dizimo do gado grosso que se tem de proceder no thesouro do Estado.

Ao inspector da thesouraria de fazenda—Comunicando a haver o bacharel Visconde Simões Pereira de Lemos, juiz de paz desta capital, reassumido no dia 2 de abril ultimo, o exercicio de juiz de paz, que havia deixado por motivo de molestia.

DESPACHOS

Dia 25 de abril

Manoel Marques da Costa—Como requer.

Dia 26

João Joaquim de Salles e Silxa—Ao inspector do thesouro do Estado para mandar pagar, em termos.

Bacharel José Guilherme de Souza Caldas—Como requer.

H. Andnasen, capm. da barca noruega «Constant»—Como requer.

Borje, capm. do lugar dinamarquez «Arken»—Como requer.

Dia 27

Manoel Pessoa de Andrade—Ao inspector da thesouraria de fazenda para mandar pagar, em vista de sua informação contida em officio n. 36 de 25 do corrente.

Dia 28

A companhia de salinas «Mosso-ró e Assú»—Como requer.

P. E. Henriksen, capm. da barca noruega «Frey Smith»—Como requer.

Jorge Correia, capm. da galera portugueza «America»—Como requer.

O. Borreser, capm. da barca noruega «Skilladner»—Como requer.

Strakelder, capm. do patacho allemão «Augusto»—Como requer.

L. Beck, capm. da barca noruega «Cortes»—Como requer.

C. Verlrodt, capm. do lugar allemão «Diana»—Como requer.

R. Adersen, capm. da barca noruega «Vega»—Como requer.

H. P. Gundruceu, capm. do patacho noruega «Frode»—Como requer.

L. Olsen, capm. do patacho noruega «Larihya»—Como requer.

EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE POLICIA

NATAL 28 de Aril de 1890

Ao Illustre Ceadão Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, M. D. Governador deste Estado.

Participo-vos que, de ordem do Delegado de Policia do 1.º districto da Capital, foi hontem preso correcionalmente e recolhido a respectiva cadeia, o individuo de nome João Manoel da Silva Vianna, e posto hoje em liberdade de ordem da mesma autoridade.

Por acto desta data, foi nomeado para o lugar vago de Subdelegado de Policia do districto da Ponta Negra, o cidadão João do Vasconcelles Fagundes.—Saude Fraternidade—Braz de Andrade Mello—Chefe de Policia.

DIA 28

Cumpro-me participar-vos, que foi hontem recolhido a cadeia desta cidade, de ordem do Delegado de Policia do 2.º districto, o individuo de nome Martinho Inambú, por embriaguez e distribuios; de ordem do Delegado de Policia do 1.º districto, foi, na mesma data posta em liberdade, o de nome Joaquim José Ignacio, que do ordem da referida autoridade, se achava correcionalmente preso.

Por acto desta data, foi nomeado para o lugar vago de 1.º suppleto do Delegado de policia do termo de Santo Antonio o cidadão Pedro Guedes Bezerra Cavalcante.—Saude e Fraternidade—Ao Illustre Cidadão Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, M. D. Governador deste Estado.—Braz de Andrade Mello, Chefe de Policia.

ACTOS OFFICIAES

Dia 26 de Abril

Por portaria desta data, foi exonerado a pedido do titular de presidente e membro do conselho municipal de Cuitezeiras, o cidadão João de Medeiros, e nomeado para substituí-lo o cidadão João José da Cruz.

Por portaria desta data, foi nomeada uma comissão composta dos officiaes de 24 batalhão de infantaria, capm. Manoel Joaquim de Nascimento Machado, como presidente, tenente José Geminiano Cidade e alferes Joaquim Vitor Barreto Coutinho; bem como do commandante do corpo de policia capm. Miguel Augusto Soares de Mello e tenente Manoel Lins Caldas Sobrinho, para se encarregar da confecção do regimento do corpo militar de segurança do Estado.

Por portaria de 29 do mesmo mez foi aberto um credito supplementar á rubrica Congresso Estadual, da quantia de 5:412:000 reis, para occorrer a despeza a effectuar-se por conta do § 2.º do Decreto n. 2 de 24 de Dezembro de 1891, até o dia 20 de maio proximo vindouro.

Por portaria de 2 do corrente foi exonerado a pedido, o coronel Ovidio de Mello Montenegro Pessoa, do lugar de presidente e membro do Conselho de Intendencia municipal da Sant'Anna do Mattos, e nomeado para substituí-lo, o Intendente Juvenal de Macedo Cabral, e para preenchimento desta vaga o cidadão José Ferreira da Silva.

Por portaria da mesma data foi exonerado a pedido, o cidadão Vitaliano Justino de Oliveira do lugar de membro da Intendencia municipal do Triunplo, e nomeado para substituí-lo o cidadão Luiz Florencio Jacome Filho.

Por portaria da mesma data foi exonerado, a pedido, o cidadão João Tolentino Freire, do lugar de professor publico de instrucção primaria da 5.ª cadeia d'esta Capital, em consequencia de ter accettato a nomeação de Praticante da administração dos Correios deste Estado.

Dia 6

Por portaria de 6 do corrente foi aberto um credito extraordinario da quantia de 1:435:000 reis, para occorrer a despeza feita com a decoração da casa do Governo deste Estado.

Por portaria de 7 do mesmo mez foi nomeado o cidadão Gabriel Augusto Raposo da Cunha para o lugar de Delegado Escolar da povoação do Rozario.

A REPUBLICA

A ELEIÇÃO DE 22 DE MAIO (AUGUSTO MARANHÃO)

O Partido republicano... A sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República...

AO ELEITORADO REPUBLICANO DO RIO GRANDE DO NORTE

CARTA CIRCULAR

Cidadão: O partido republicano deste Estado acaba de fazer-me a elevada e imarcescível honra de apresentar-me seu candidato à eleição federal...

Obreiro muito convencido das ideias democráticas, que consubstanciam a aspiração política dos povos occidentaes, não aspirei jamais outro galardão para o meu esforço...

Felizmente, para honra da nação e do bem-querido Congresso Federal, que tão brilhantemente se tem sabido resgatar do vicio de sua eleição, possuímos uma lei garantidora do voto como as que mais o forem...

Assim, pois, apoio e apoiarei a presente gestão política da União e do Estado, omquanto bem servirem, como até hoje, a causa da Pátria e da República.

Pela República e pelo Rio Grande do Norte farei, com dedicação e lealdade, quanto me permitirem as minhas forças.

Augusto Severo d' Albuquerque Maranhão.

ARMAMENTO PARA O CORPO DE SEGURANÇA

O Exm. General Ministra da guerra, a pedido do illustre e zeloso governador do Estado, prometteo fornecer ao nosso corpo de segurança um armamento sufficiente e da melhor qualidade.

MANIFESTAÇÃO

Na tarde do dia 8 do corrente, o Exm. Governador do Estado, Dr. Pedro Velho, foi alvo de brilhante e imponente manifestação popular.

Effectivamente, no dia seguinte, pelas 4 e 1/2 horas da tarde, grande massa de povo reuniu-se no local designado, onde compareceu banda de musica do 3º Batalhão de Infantaria.

... manifestaram a sua admiração e veneração... A esta ocasião, o illustre governador...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... manifestaram a sua admiração e veneração... A esta ocasião, o illustre governador...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... manifestaram a sua admiração e veneração... A esta ocasião, o illustre governador...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

... a sua fé ardente, a sua inextinguível dedicação à causa da República... O partido republicano deste Estado...

meza uma emenda. Apoiada e posta em discussão.

O sr. Espirito Santo falla contra a emenda do sr. Medeiros, sendo em seguida sustentada pelo seu autor.

O sr. Ferreira Souto offerce uma emenda, que depois de apoiada e posta em discussão.

O sr. Manoel Augusto declara votar pela emenda do sr. Medeiros, e o sr. Espirito Santo pela do sr. Ferreira Souto.

O sr. Hermogenes Tinoco manda uma emenda que é apoiada e posta em discussão.

E' approvedo o projecto n. 2 em 2ª discussão com as emendas dos srs. Luiz Fernandes, Ferreira Souto e Hermogenes Tinoco, e rejeitada as dos srs. Espirito Santo e Medeiros. A commissão de redacção.

2ª parte da ordem do dia: Entra em discussão o projecto n. 4, que trata da organização do corpo de fazenda do Estado. E' approvedo sem debate e passa a 2ª discussão.

Entra em discussão o projecto n. 5, que trata da autorização ao governador de um credito para a decoração da casa do governo.

Falla contra o sr. Ferreira Souto e a favor o sr. Medeiros. E' approvedo e passa a 2ª discussão.

O sr. Espirito Santo, pela ordem, requer dispensa de intersticio dos projectos citados para entrarem em 2ª discussão. E' concedida.

O sr. Ferreira Mello, tambem pela ordem, requer que seja dado para ordem do dia o projecto n. 7.

Ordem do dia 22: 2ª discussão dos projectos ns. 4 e 5 e 3. do projecto n. 1.

Levanta-se a sessão. Acta da sessão de 23. Presidencia do sr Jeronymo Camara

Ao meio dia comparecendo deputados em numero legal, abre-se a sessão. Expediente: Petição de Thomaz Antonio Nunes Monteiro, reclamando contra o prejuizo que soffrora como administrador das obras do mercado publico desta cidade, e pedindo para, pelos cofres estaduais, ser-lhe indemnizada a quantia que demais dispendera com as obras do referido mercado.

A commissão de fazenda. Idem de José Paulino Teixeira de Souza, pedindo a este Congresso para autorisar ao actual governador a expedir a portaria de sua jubilação, e respectivo titulo, visto já haver sido dada sua aposentadoria, como professor de Angloes, por despacho de 25 de Outubro de 1890. A commissão de Instrução Publica.

Ordem do dia: Entra em discussão o art. 1º do projecto n. 4.

O Sr. Luiz Fernandes apresenta uma emenda, que é apoiada e posta em discussão.

O Sr. Espirito Santo falla contra a emenda que é sustentada em seguida pelo sr. Arthur Cavalcante.

Foi approvedo o artigo com a emenda. Entra em discussão o art. 2.

O Sr. Ferreira Mello manda uma emenda, que depois de apoiada e posta em discussão.

Falla contra o requerimento do sr. Augusto Severo, sendo em seguida sustentado pelo seu autor e combatido pelo sr. Espirito Santo.

O sr. Hermogenes Tinoco sustenta ainda o seu requerimento.

O sr. Espirito Santo manda um requerimento, que depois de apoiado é posto em discussão.

O sr. Ferreira Mello declara votar pelo requerimento do sr. Ferreira Souto e concluindo pede dispensa de membro da commissão de fazenda e declara votar contra o requerimento do sr. Espirito Santo; que é em seguida sustentado pelo seu autor.

Falla, pela ordem, o sr. Ferreira Souto. E' rejeitado o requerimento do sr. Espirito Santo.

Falla pela ordem o sr. Hermogenes Tinoco. Continuando a votação do requerimento foi approvedo o do sr. Ferreira Souto e prejudicadado do Sr. Hermogenes Tinoco.

Vai o projecto com a emenda a commissão de fazenda.

Entra em 2ª discussão o projecto n. 5. Foram approvedos sem debate os arts. 1 e 2. Passa o projecto a 3ª discussão.

O sr. Espirito Santo requer dispensa do intersticio, que lhe é concedida.

Entra em discussão o requerimento do sr. Ferreira Mello pedindo dispensa da commissão de fazenda e orçamento.

Fallam os srs. Ferreira Souto e Hermogenes Tinoco, o primeiro explicando o seu voto e o 2º contra o requerimento do sr. Ferreira Mello. Consultada a casa, resolve negativamente.

O sr. Ferreira Mello insiste pela sua dispensa da commissão.

Dia 4—Vapor lugres Scholar, procedente dos portos do Sul.

Capitania do Porto, 4 de Maio de 1892.

Dia 5—Sahio o vapor Ingles «Scholar» para Pernambuco.

Dia 6—Sahio o lugar «Hébea» para Hampton Roads.

Dia 7—Entrou o vapor Planeta No Loyd—fôcou fundeado no Lazareto—Seguiu para os portos do norte.

Dia 11—Entrou Vapor «Jacuhy» dos portos Ceará e intermediários de arlos.—seguiu para a Parahyba.

Dia 12—Entrou do Sul «Paqueta Brazil»—fôcou fundeado no Lazareto—Seguiu para os portos do Norte.

Capitania do Porto 19 de maio de 1892.

THESOURO DO ESTADO

Demonstração dos saldos existentes no dia 19 de Maio de 1892.

Table with columns: 1891, Parcial, Total. Rows: CAIXA GERAL, Em dinheiro, CAIXA DE DEPOSITO POR CAUÇÃO, Em dinheiro, Em apolices, Em lettras, CAIXA DE DIVERSAS ORIGENS, Em dinheiro, Em lettras, CAIXA GERAL, Em dinheiro, CAIXA DE LETTRAS, Em lettras.

FELICITAÇÃO

AO Tenente-Coronel Pedro Antunino Nery por mais um feliz anniversario

Em Caruabas falleceu o scotogenaris José F. da Camara honrado pae de Familia, soldado firme e leal das fileiras republicanas—Nossos pezames á sua familia.

No dia 11 deste mez morreo nesta cidade, de uma febre perniciosa o cadete, Pedro Leite, irmão de nosso amigo alferes L. Leite. A' sua familiar apresentamos nossos sentimentos.

No mesmo dia falleceu o innocente Orlando, filho de nosso amigo, João C. Galvão. —Uma alegria de menos—nossos sentimentos aos extremecidos paes de Orlando.

SOLICITADAS

Município de Papary

Do Art. da Acta da sessão do Conselho do Governo de dez de Março de 1837 relativo á divisião da Freguesia de Papary—Leo-se o Parecem da Commissão nomeada para mar-ar os limites de Freguesia de Papary, com os da villa de S. José, designando os limites na forma seguinte —Pegara na margem do Rio Gajupiranga, pela parte do Sul e estrada geral que vai desta Cidade para Goyaninha até o marco do Puxy e d'ahi procurando a nasçença do Rio Mipibu (que fica para leste) e por elle abaixo até a paragem da estrada que vai da Villa de S. José para Papary, da mesma estrada seguirá pela que d'ahi sai para a Pituba a encontrarse na estrada geral de Pernambuco e por ella em seguimento até o Rio Urucacari, que divide a Freguesia da Villa de Arez e pelo rio abaixo até findar, ficando pertencendo a Freguesia de N. S. do O' de Papary, tudo quanto fica dentro dos limites marcados para a parte do Leste, inclusive Cururú e o mais que fica pela divisião dos termos, competindo ao Município da Villa de S. José o que fica pertencendo a Freguesia de S. José tudo quanto fica ao Este dos sobre-ditos limites.—Fica limitando a freguesia de Papary pelo Norte com a desta cidade do Natal pelo Sul com as freguezias de Arez e Goyaninha pelo Leste com o Oceano e pelo Oeste com a villa de S. José cuja divisião foi approveda, e resolveo que fosse communicada a Camara Municipal da dita Villa para fazer constar aos Pa-roschos das duas Freguezias. Estavam assignados Exm Presidente Torrião e Conselheiros, Castro, Rocha, Mello, Garcia, Nunes, —Conforme o Secretario da Presidencia João Carlos Wanderley.—Conforme o Vigaro José Manoel dos Santos Brigado.

A Lei Provincial de 1852 que criou o Município de Papary deo como limites os da Freguesia.

A população é segunda o reconciamente ultimo de 6750 almas.

Existam no Município 34 engenhos, sendo 24 de fabricar assucar que em safras regulares fabricam 30 mil saccos de 75 kilos cada um e 10 exclusivamente de fabricar agnardente de canna da melhor qualidade.

Alguns dos primeiros engenhos tambem possuem alambiques sendo ao todo o n. de 27.

O Município tem 3 legoas de beira mar a comecar pelo sul da Povoação de Perangy a findar pelo norte com a barra do Camurupim.

A edificação da villa está um pouco decadente contando mesmo assim hoje com uma casa propria da Intendencia que se presta para as Sessões do Jury, feita no fim de 1891 devido aos esforços da Intendencia composta dos Cidadãos, —Manoel Antonio de Oliveira Barrós, Jesolino d'Oliveira Pedro Marques da Silva e Araujo Joaquim Januario de Carvalho tendo como Presidente o Intendente—José Joaquim de Carvalho o Araujo.

A commissão de soccorros de 1887, realiso relevantes servicos neste Município como fossem os aterros da Pasta, Unarys, paragem da ilha e do porto na estrada publica que vai desta villa para a d'Arez, Goyaninha, Penha e sul de outros estados, onde o transito era feito por dentro d'agua e em lugares pantanosos tendo

apenas um estreito caminho d'agua onde tinha de pagar caro aquelle que se desviasse della; hoje porém ha-se o transito por cima da aterros em cerca de 900 metros e livres de qualquer perigo.

A lagoa de Papary é abundante de peixes, e-rys e camarões e recebe as aguas dos rios Trahery, Araraby Una e Jacu despejando estas na barra Camurupim pelo rio Carurú.

Até 1875 dava a quella barra franca sahida as aguas das enchentes dos rios por um canal que passa por baixo do arteficio que tapa a embocadura do rio, que media 8 braças de profundidade, succedendo que n'aquelle anno devido as grandes enchentes fez baixar o arrefe e tapar a canal ficando o curso das aguas por cima das pedras e d'ahi para cá saço e rio sem força para carregar as areias despeladas peços mortos que ficam ao sul do rio, succedendo assim estar aterrado de forma que onde tinha 8 braças de profundidade hoje nas marés secas passa-se a pé enchido.

Os agricultores voem-se a moçados de perder suas safras ainda mesmo com pequenas enchentes por quanto as aguas despejadas pelos rios Trahery, Araraby, Una e Jacu na lagoa Papary não tem sahida.

E' conveniente que o Exm. Governador do Estado mande um engenheiro examinar a referida barra para providenciar, evitando assim grande prejuizo aos senhores de empregos, ao estado, que cobra os impostos do producto das safras os quaes em um só annos serão superiores as despezas que são necessarias.

AO PUBLICO

Escolhidos pelo partido republicano deste municipio, para dirigilo, e convencidos de que é necessario, imprescindivel a manifestação livre e sincera do partido, neste momento, em que se procura fazer crer que a candidatura do intemerato republicano cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, ao Congresso Nacional, não é apoiada pelo partido republicano do Rio Grande do Norte; vimos declarar em nosso e em nome dos republicanos de Macahyba que estamos de accordo e apoiamos francamente a referida candidatura.

O cidadão Augusto Severo de A. Maranhão, é o legitimo e unico candidato do partido republicano.

E' esta a occasião de, expendendo as nossas ideias e interpretando as dos nossos correligionarios deste municipio, declaramos com franqueza e lealdade: apoiamos o governo do distincto republicano, Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, porque tem sido patriótico, honesto e bom, assim como estamos solidarios com a orientação verdadeiramente democratica, genuinamente republicana que tem dado aos negocios politicos deste Estado. E' este o nosso pensar, o nosso sentir; é este o sentimento unanime do partido republicano de Macahyba.

Macahyba, 9 de Maio de 1892. João Baptista de Albuquerque Vasconcellos, Aureliano Clementino de Medeiros, Manoel Mauricio Freire

AO PARTIDO REPUBLICANO

Declaramos que aceitamos e apoiaremos com toda a lealdade a candidatura do cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão na proxima eleição de 22 do corrente. Nova Cruz, 10 de maio de 2892.

José Ignatio Moreira, Abdias Emiliano Pereira do Lago, Luiz José da Silva Lins

Ceará-mirim, 11 de maio de 92.

Nós abaixo assignados viemos declarar em nosso nome e no de nossos amigos deste municipio que a candidatura do cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão á uma cadeira no Congresso Federal foi apresentada de accordo e com o apoio nosso, sendo-nos inteiramente sympathica.

Miguel Ribeiro Dantas, Felismino do Rego Dantas, Laurindo Pereira Simas, José Justino de Oliveira Pinto, Francisco Dantas Cavalcante, Francisco Xavier Pereira Sobral, José Paulino de Castro Barroca

EDITAL

ACTA DA ELEIÇÃO DAS MEZAS ELEITORAES

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e dous, «quarto da Republica». Aos dezoito dias do mez de Abril pelas dez horas da manhã na sala das sessões do Conselho de Intendencia Municipal, presentes os Cidadãos Manoel Joaquim de A. Garcia, Francisco Antonio dos Santos, Estevão José Marinho, Mauricio Theodoro de Sousa, José Lucas da Costa, Francisco Gomes da Rocha Fagundes, Bernardo Joaquim da Costa Leite, Francisco Pereira da Silva, Antonio Ferreira de Oliveira, Miguel Pinheiro Cavalcante Lobo, Vestermundo Artemio Coelho, Joaquim Xavier de Souza Torres, Eneas Leocracio de Moura Soares, Jo-

se Francisco de Albuquerque, Luiz de França Mello, presidente e membros da antiga Camara Municipal em falta de Intendencia eleita, Juiz de Paz e seus suplentes e sob a Presidencia do primeiro procedeo-se á eleição das mesas eleitoraes que tem de servir na eleição do dia 22 de Maio proximo futuro, para preenchimento de uma vaga na Camara dos Deputados do Congresso Federal, n'este Município de accordo com a lei numero 23 de 30 de Janeiro do corrente anno verificando se terem sido eleitos para a meza da secção numero um, os cidadãos Antonio Jose Barbosa Junior, João Tolentino Freire, Urbano Joaquim de Loyolla Barata, Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho e Theodosio Soares de Oliveira, supplentes Doutor Augusto Carlos de Mello L'Eraistré, Afonso Moreira do Loyolla Barata e Euzébio Bizerra Cavalcante; para a secção numero dous, os cidadãos Vestermundo Artemio Coelho, Balbino Jose Cavalcante, Antipho Aprigio de Almeida, Francisco Theophilo Bizzerra da Trindade e Jose Fernandes Barros, para supplentes, Apolinario Joaquim Barboza, João Manoel de Arango Castro Junior, e Raimundo Bizzerra da Costa; para a secção numero tres, Theodosio Xavier de Paiva, Joaquim Soares Raposo da Camara, Pedro Fernandes da Camara, Jose Flavio Machado França e Antonio Argemiro de Moura, para supplentes Genezio Xavier Pereira de Brito, Jose Francisco de Albuquerque e Theodosio Ribeiro de Paiva; para a secção numero quatro, Doutor Diogenes Celso da Nobrega, Raimundo da Cunha Capella, Antonio Climaco Rodrigues Machado, Adelino Augusto de Albuquerque Maranhão e Antonio Pereira Pexoto, e supplentes João da Fonseca Varella, Urbano Hermillo de Mello e Antonio Gomes de Lima; para a secção numero cinco, Arsenio Celestino Pimentel, Joaquim Jose Gomes, João Capistrano Pereira Pinto, José Mendes da C. Filho, e Antonio Francisco de Oliveira, supplentes, João Alves de Mello, Manoel Salustiano de Carvalho e Americo Vespuccio Simonetti; para a sexta secção Francisco Thomaz de Oliveira Mello, Manoel Onofre Pinheiro, Tertuliano da Costa Pinheiro, Jose Dubeux e Godofredo Xavier da Silva Brito, e supplentes Antonio de Souza Ribeiro, Joaquim Torquato Barboza e Miguel Juvianino de Araujo, findo o que, foi encerrada a reunião por nada mais haver a tratar, do que para constar lavrei a presente acta de ordem do Presidente. Eu Joaquim Severino da Silva, Secretario da Intendencia a escrivi. O Presidente da Camara Municipal Joaquim de Amorim Garcia, Francisco Gomes da Rocha Fagundes, Jose Lucas da Costa, Antonio Pereira de Oliveira, Estevão Jose Marinho, Bernardo Joaquim da Costa, Francisco da Silva, Mauricio Theodosio de Souza, Francisco Antunes dos Santos, Vestermundo Artemio Coelho, Joaquim Xavier de Souza Torres, Jose Francisco de Albuquerque, Victor Jose de Medeiros.—Conforme.—O secretario, Joaquim Severino da Silva.

ANNUNCIOS

Photographia Allemã DE BOURGARD & Ca. Successores de Frederico Ramos. Recife—Rua 15 de Novembro (antiga do Imperador) N.º 44. O abaixo assignado offerce ainda aqui os seus prestimos em photographia durante um mez, seguindo depois para a casa a cima no Recife, aonde, auxiliar pelo primeiro artista de lá, garante a maior perfeição e nitidez nos seus trabalhos. Natal, 12 de Maio de 1892. B. Max. Bourgard.

MOVIMENTO GRAVE Os abaixo assignados estando em liquidação com sua caza commercial à rua Tarquinio de Souza, n. 59 desta cidade, pedem aos seus amigos e freguezes, com a maxima urgencia, venham liquidar suas contas especialmente a firma Bakker & C. pois os mesmos abaixo assignados fazem observar que teem compromissos. Natal, 13 de Abril de 1892. Andrade & Muniz. Terá lugar no dia 15 do corrente a missa solemne do Glorioso S Benedito na Igreja de N.S. do Rosario pelas 10 horas do dia e procissão as 4 horas da tarde que percorrerá diversas ruas da cidade e Ribeira. Natal, 10 de Maio de 1892. O Thesoureiro Julião Bento da Costa. Typ.d'A Republica

A REPUBLICA

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO

Redactores—Chaves Filho, Antonio de Souza e Augusto Maranhão

ASSIGNATURAS

Por anno 50000
No avulso do dia 100
Do dia anterior 300

PAGAMENTOS ADIANTADOS

PUBLICAÇÃO SEMANAL

TIRAGEM 1200 EXEMPLARES

ESCRITORIO E TYPOGRAPHIA

2—Rua Senador José Bonifacio—2
As publicações serão feitas a 80 réis por linha, e annuncios por ajuste.

PARTE OFFICIAL

GUARNIÇÃO MILITAR

LEI Nº. 3 DE 12 DE MAIO DE 1892

Crea um corpo militar de segurança do Estado.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º Aforga publica do Estado do Rio Grande do Norte compor-se-ha de um corpo militar de segurança, em serviço activo, e de uma milicia de reservar, denominada Guarda Republicana.

§ 1.º O corpo militar de segurança constará de um estado maior, um estado menor e tres companhias, com o pessoal e vencimentos da tabela n. 1 e será organizado sob as seguintes bases:

I Ser o corpo permanente, regendo-se a sua instrucção e disciplina interna pelos regulamentos dos corpos de infantaria do exercito federal;

II Garantir a estabilidade dos officiaes, que só poderam ser excluidos do quadro por sentença condemnatoria, em conselho de guerra, ou por demissão apedido;

III Crear uma lei de promoções para o acesso dos officiaes, inferiores e praças.

IV Tornar extensivo aos officiaes do Corpo o monte-pio obrigatorio, nos termos da Constituição estadual.

a) O fardamento será fornecido pelo Estado, de accordo com a tabella n.º 2.

b) O tempo legal do serviço será de seis annos para os voluntarios e de tres para os empregados, e o alistamento mediante attestado de uma junta medica.

c) Aos officiaes, quando em viagem de serviço publico, será abonada, como ajuda de custo, a quantia de quinhentos réis por cada seis kilometros de ida e volta.

d) Na organização do Corpo de Segurança, deverá ser elle commandado por officiaes do Exército.

I O Commandante é de livre nomeação do Governador.

e) O Corpo Militar de Segurança estará sob as ordens do Governador, de cuja autoridade emanam todas as providencias relativas a sua administração e conservação.

f) Para os effectos desta disposição será anexada a Secretaria do Governo uma Secção Militar, composta de um officiaes do quadro e dous inferiores, sem outros vencimentos alem dos estipulados na respectiva tabella.

g) As licenças e outros casos não previstos nesta lei serão especificados no regulamento do Corpo.

§ 2. A guarda republicana é uma milicia civil, constituindo uma reserva do Corpo Militar de Segurança do Estado.

a) A Guarda republicana terá sua sede na Capital e compor-se-ha de cem homens constituindo uma companhia.

b) Os guardas só serão chamados a serviço nos casos de urgencia e quando for insufficiente o effectivo do corpo de Segurança. Quando em actividade, serão os guardas empregados de preferencia na guarnição da Capital. Só destacando por força maior.

c) A Guarda republicana será organizada por voluntariado, sendo de tres annos o tempo de serviço.

d) Os guardas só poderão ter baixa por incapacidade plus ca, a juizo medico, ou por outros motivos que tornem impossivel a sua permanencia no quadro, a juizo do Governador.

e) Como o Corpo de Segurança, a Guarda republicana será utilizada e mobilizada pelo Governador.

f) Os officiaes da Guarda não podem ausentar-se da Capital, por mais de tres dias, sendo mediante permissão do Governador, e as praças sem licença do commandante.

g) Quando em serviço, os guardas perceberão os mesmos vencimentos de patente igual no Corpo de Segurança e mais 50%.

h) A Guarda republicana terá o seu aquartelamento no proprio quartel do Corpo de Segurança, e todo o seu expediente correrá pela secção militar anexa a Secretaria do Governador.

i) Os guardas fardar-se-hão a sua custa; o armamento, porém, será fornecido pelos cofres do Estado.

j) O guarda que for funcionario publico do Estado estando em serviço não perderá de seus vencimentos sonão a parte correspondente ao que tiver de perceber, caso sejam esses vencimentos maiores do que os de sua patente.

k) A guarda republicana fica sujeita ás leis e regulamentos disciplinares adoptados para o Corpo de Segurança.

1) Havendo necessidade, fica o Governador autorizado a crear em outros municipios companhias de guarda identicas á da Capital.

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 12 de Maio de 1892.—4.º da Republica Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, —Joaquim Soares Raposo da Camara. Secretario interino.

N.º 1

TABELLA do pessoal e vencimentos do «Corpo militar de Segurança

CLASSIFICAÇÃO	NUMEROS	VENCIMENTO MENSAL		VENCIMENTO ANNUAL	TOTAL
		SOLDO	GRATIFICAÇÃO		
Estado maior	Major Commandante	1	1:50\$000	70\$000	2:20\$000
	Capitães	3	100\$000	50\$000	1:50\$000
	Tenentes	3	90\$000	30\$000	1:20\$000
	Alferes	6	80\$000	20\$000	1:00\$000
Estado menor	1.º Sargento ajudante	1	30\$000	18\$000	48\$000
	Mestre de musica	1		60\$000	60\$000
	Corneteiro-mor	1	27\$000	12\$000	39\$000
MUSICOS	1.ª Classe	10		36\$000	36\$000
	2.ª Classe	10		30\$000	30\$000
Companhias	1.ª Sargentos	3	30\$000	12\$000	42\$000
	2.ª Sargentos	9	24\$000	12\$000	36\$000
	Forrieis	3	21\$000	12\$000	33\$000
	Cabos	30	21\$000	10\$500	31\$500
	Corneteiros	9	21\$000	10\$500	31\$500
	Soldados	240	21\$000	9\$000	30\$000
	TOTAL	330	615\$000	392\$000	12:204\$000

Palacio do Governo do Estado do Rio G. do Norte, 12 de Maio de 1892
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,
Joaquim Soares Rapouzo da Camara, secretario interino.

N.º 2

TABELLA do fardamento do Estado menor e praças

N.º	CATEGORIAS	FARDAMENTO ANNUAL	TOTAL
1	Sargento-ajudante		84\$000
1	Mestre de musica		84\$000
20	Musicos à	72\$000	1:440\$000
295	Praças a	60\$000	17:700\$000
			19:308\$000

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 12 de Maio de 1892.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão

Joaquim Soares R. da Camara, secretario interino.

LEI Nº. 4 DE 14 DE MAIO DE 1892.

Proroga o prazo concedido aos actuaes devedores á Fazenda do Estado para saldarem os seus debitos, com isenção de multas e juros.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º Fica prorogado até 30 de Junho de 1892, o prazo concedido pela lei n.º 2 de 17 de Outubro de 1891 aos actuaes devedores á Fazenda do Estado para saldarem os seus debitos com isenção de multas e juros.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 11 de Maio de 1892.—1.º da Republica.—Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, —Joaquim Soares Raposo da Camara. Secretario interino.

ADMINISTRAÇÃO DO CIDADÃO DR. PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO G. DO NORTE

EXPEDIENTE DO DIA 2 DE MAIO DE 1892.

Officios :

Ao inspector do thesouro do Estado — Approvando a deliberação tomada pela junta da fazenda Estadual, accetando o offerecimento de 61,000\$000 réis, que fizeram os cidadãos João Antonio Ferreira, Felinto Florentino da Rocha, João Duarte da Silva, Manoel Alves Vieira de Araujo e Elias Cardoso de Souza, pelo dizimo do gado grosso de todos os municipios do Estado.
Recommendo a expedição de

ordens no sentido de serem fornecidos ao carcereiro da cadeia desta capital, dous lampeões para o 1.º e 2.º calaboiços e um outro para o portão do pavimento superior.

Mandando pagar ao cidadão Antonio Argemiro de Moura a quantia de 50\$000, pela impressão de cem folhetos avulsos do regulamento eleitoral.

Mandando pagar, em termos, ao commandante do corpo de policia deste Estado, capm. Miguel Augusto Seabra de Mello, a quantia de 140\$000 réis, por elle despendida com a compra de quatro cornetas para o mesmo corpo.

Communicando haver fallecido no dia 20 de abril ultimo, o professor publico da villa de Santa Cruz, Hermillo Fernandes Fernando Lima.

Ao inspector da thesouraria de fazenda — Communicando haver o bacharel José Theotônio Freire, juiz de direito da comarca de Pão dos Ferros, reassumido, no dia 8 de abril ultimo, o exercicio de seu cargo, renunciando o resto da licença em cujo goso se achava.

DESPACHOS

Victor José de Medeiros—Ao inspector do thesouro do Estado para informar.

M. O. Pinheiro & C.—Ao inspector do thesouro do Estado para mandar pagar, em termos.

Paulino Dantas da Silva—Não tendo o peticionario cumprido a pena que lhe foi imposta, conforme a informação ministrada pelo juiz de direito de Potengy, não ha o que defirir.

Antonio Campello Maresco e outros—Indeferido.

Maria Izabel da Rocha—Como requer.

Bacharel José Ferreira Muniz—Como requer.

EXPEDIENTE DO DIA 4

Officios :

Ao inspector da thesouraria de fazenda — Communicando haver o juiz de direito da comarca de São Miguel bacharel Candido Gonçalves de Albuquerque, reassumido, no dia 17 de abril ultimo, o exercicio de seu cargo, que tinha deixado por incommodo de saude.

Ao inspector do thesouro do Estado—Mandando pagar as diarias dos deputados ao Congresso Legislativo do Estado, a contar do dia 21 á 30 de abril ultimo.

DESPACHO

Bacharel Vicente Simões Pereira de Lemos—Como requer.

EXPEDIENTE DO DIA 5

Officio :

Ao dr. chefe de policia—Recommendo a expedição de ordens as autoridades policiaes do Estado, a fim de empregarem toda a solicitude na remessa de menores da classe desvalida para terem ingresso na escola de aprendizes marinheiros, devendo despender com a remessa dos mesmos, até a quantia de 20\$ réis, por cada um, conforme decisão do ministerio da Marinha.

DESPACHOS

Bacharel José Ferreira Muniz. E. Broern, commandante do vapor inglez «Scholar»—Como requer
Dia 7

Basilio Soares da Camara Pinto Filho—Informe o commandante do corpo de policia.

Luiz Ferreira Nobre Sobrinho—Como requer.

Dia 10

Bacharel Candido Gonçalves de Albuquerque—Como requer.

Dia 11

Basilio Soares da Camara Pinto Filho—Deferido com o acto desta data.

D. Balbina Carolina Soares da Camara—Como requer.

O. Biiher, capm, do patacho allemão «Wega»—Como requer.

Dia 12

José Melchisedes Augusto Freire—Informe o sr. inspector do thesouro do Estado.

Maria Irinda da Costa Pinheiro—Informe o dr. director geral da instrucção publica.

José Prospero Camargo—Como requer.

A REPUBLICA

A'S URNAS

Cidadãos! Amanhã sois chamados ao comicio popular que tem de preencher a vaga, que na representação federal deo-se, com a liberrima eleição do nosso sympathico e intemerato chefe republicano, dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, para o cargo de Governador deste estado!

Pela primeira vez vai ter execução o dec. n. 35, de 26 de Janeiro do corrente anno, cuja constructura é baseada em preceitos garantidores da liberdade de voto e da verdade eleitoral.

No regimen republicano, no regimen do povo pelo povo, o comparecimento dos eleitores nos comicios populares é a affirmação mais eloquent da consciencia que tem o cidadão da sua cooperação effectiva na governação do paiz.

Cidadãos! O governo honesto e democraticamente republicano do inclyto e benemerito Marechal Floriano Peixoto, que vive cercado das invençoes sympathias populares, precisa de cooperadores sinceros, denodados e leaes, — de luctadores que desinteressadamente combatão pela republica!

Vós tendes dado ao paiz inteiro inequivocas provas do vosso inexcedivel patriotismo em defeza da causa publica.

Contra o vosso criterio se quebrão as insidias impatrioticas dos inimigos pouco generosos da paz, da honestidade e da consolidação da republica, — na qual vós e os vossos filhos, todos os cidadãos dignos e honestos, terão direitos e aspirações iguaes.

Cidadãos! Ao comicio popular do dia d'amanhã!

O nosso candidato, o candidato do partido republicano norte-riograndense, é o cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, vosso companheiro constante nas lutas pela republica, sob cuja bandeira sempre militou.

As urnas, cidadãos republicanos!

DR. APRIGIO CHAVES

Nomeado agente de imigração o nosso prestante correligionario Manoel Alves Vieira de Araújo, vem substituí-lo na administração dos correios do Estado o dr. Aprigio Augusto Ferreira Chaves. O nosso bom e corajoso companheiro de lutas, uma das victimas da reacção luconiana, volta, pois, ao seio dos seus amigos, honrado com uma nomeação de confiança do governo federal, e trazendo pelas ideias republicanas que aqui sustentou com a maior firmeza, a mesma dedicação e o mesma ardor.

Parabens ao nosso illustre amigo, parabens á repartição, que vai ter no dr. Aprigio um digno continuador da administração prohibida de Manoel Alves.

A ELEIÇÃO DE 22 DE MAIO (AUGUSTO MARANHÃO)

O Partido republicano apresenta candidato á vaga aberta no Congresso Nacional, pela eleição do illustre Dr. Pedro Velho, nosso prestimoso e estimadissimo chefe, para o cargo de Governador do Estado, o nosso distincto collega Augusto Severo d' Albuquerque Maranhão.

A sua fé ardente, a sua inexcedivel dedicação á causa da Republica, pela qual sempre lutou com o maior deudo, a nobre elevação do seu caracter, a sua lucida intelligencia, são preceitos que não precisamos encarecer no nosso candidato, que sobradamente os tem evidenciado em todos os actos de sua vida.

O eleitorado republicano, cuja independencia e lealdade não foram ainda uma só vez desmentidas, quando chamado a depositar nas urnas o voto de sua soberana vontade, pode estar seguro de que, sufragando o nome de Augusto Maranhão, terá um representante genuinamente democratico e um advogado vigilante dos direitos do Rio Grande do Norte.

Damos em seguida á Circular que o nosso collega dirige ao Corpo eleitoral

AO ELEITORADO REPUBLICANO DO RIO GRANDE DO NORTE

CARTA CIRCULAR

Cidadãos: O partido republicano deste Estado acaba de fazer-me a elevada e immerecida honra de apresentar-me seu candidato á eleição federal, que se tem de effectuar a 22 de maio p. futuro, para o preenchimento da vaga deixada na Camara dos Deputados pelo Dr. Pedro Velho. Tão alta não seria a minha ambição, se ambicões eu tivesse.

Obreiro muito convencido das ideias democraticas, que concretizam a aspiração politica dos povos occidentaes, não aspirei jamais outro galardão para o meu esforço, alem da grandeza e da felicidade de minha terra.

Penhoradissimo mo sinto, portanto, com a designação que me fizeram os meus correligionarios para occupar uma cadeira no parlamento, e considero um rigoroso dever dizer-vos em synthese qual será a norma de minha conducta, se tiver a fortuna de ser por vós distinguido com a honrosa e ardua missão de representar o nosso querido Estado.

Felizmente, para honra da nação e do benemerito Congresso Federal, que tão brilhantemente se tem sabido reagir do vicio da sua eleição, possuímos uma lei garantidora do voto como as que mais o forem, e pela qual o deputado será reelecto ao eleito do povo.

As grandes circulares eleitoraes muito promissoras e espectaculosas cahiram num merecido descredito, pelo frequente esquecimento dos programmas apregoados, e pela não rara ingratiidão dos mandatarios.

De mim, como candidato, direi apenas duas palavras.

No problema politico e governamental da União vos asseguro que serei sempre pura e convencidamente republicano, que outras crenças nunca tive, desde que pize a trilha da vida politica; declarando ainda que apoio a heroica reivindicção constitucional de 23 de novembro, como uma nobre affirmação democratica, vingadora do mais ultrajante despotismo.

No que respeita ao Estado: sou solidario e corresponsavel, como eleitor e deputado, com a actual situação que veio firmar o pensar e o sentir republicanos no governo como já os havia firmado em poderosas raizes na alma do povo.

Assim, pois, apoio e apoiarei a presente gestão politica da União e do Estado, enquanto bem servirem, como até hoje, á causa da Patria e da Republica.

Eleito, não me vereis jamais fóra do circulo que ahí fica trago.

Pela Republica e pelo Rio Grande do Norte farei, com dedicação e lealdade, quanto me permitirem as minhas forças.

Saúde e fraternidade. Natal, 29 de abril de 1892.

Augusto Severo d' Albuquerque Maranhão.

O bacharel amyntas barros ainda não restituiu, segundo ordenou o Ministro da Fazenda, a quantia de 300:000, excesso da ajuda de custo que recebeu como chefe de policia no anno de 88.

DR. JOÃO GURGEL

No vapor Jacuhy tomou passagem para Mossoró o nosso illustre amigo Dr. João Gurgel, deputado ao congresso legislativo e digno juiz de dirdito da comarca do Triumpo.

Incommodos de saúde em pessoa que lhe é muito proxima e querida determinão a auzencia do nosso amigo, antes de ultimados os trabalhos do congresso.

Bóa viagem e que encontre saos e felizes todos os seus.

O NUMERO 120 DO CURUJÃO

Chócho, uma mizeria; aquillo já vai de restos.

Pobres christãos! os 30 dinheiros da traição são compensação o anathema, o ferrete com que a opinião publica sellou para sempre as calvas reluzentes dos transfugas.

Mas vamos ao nosso triste fadario. Temos obrigação de ler e commentar o orgão sebastianista, e ainda que enojados, procuremos dar conta da tarefa.

A Mascarada, Administração do Estado. O nosso numero passado e Timandro constituem em resumo, o fructo principal das locubrações da christinada na sua edição de 11 do corrente.

A Mascarada, Politica é uma estopada de columna e meia, escripta sob a impressão de uma inveja amarga e torturante. A pega não dá para fazer raiva a ninguém; uem a nós que conhecemos a insensatez incorregivel da botica, nem ao povo, que sorri de pena a tedio, ouvindo fallar em democracia a uma gente, que nunca sentiu, nem sera capaz de comprehender a republica. Parece cousa do José Gervasio, o 3º doutor da redacção, tão insipida, desalinhada e deslambida está aquella prosa de boticario.

A Administração do Estado é um imbroglio que compromette consideravelmente os creditos jornalisticos do Curujão. Se os collegas relessem aquillo com cuidado, puzão para fora da redacção o articulista. O homem não tem senso commum, é desmaachado, seu gesto... uma desgraça. Charlato inconsciente, pegou n'um jornal velho dos piores tempos da monarchia, cortou ao acaso um artigo de opposição ao presidente recém nomeado pelo partido convidado pelo rei para salvar a patria, e collou-o ao cilindro do seu reallejo de escriptor de carregação. Ouçamos o estafado charivari:

«Apenas se tem tratado da derrubada dos funcionarios publicos, das demissões e remoções aciniosas no magisterio, do desbarato das rendas publicas, em fim de tudo que tem sido destrutivo para o mesmo Estado, que se vio deado logo sob o juço ominoso de uma politica ferrenha, que tudo desorganizon, só tem produzido o mal á actual administração do Estado; e quando por facto positio não se tenha feito sentir a accção malfica do poder, observa-se a inercia, a esterilidade, o atropellamento em todo progresso do Estado.»

Uma só palavra de commentario sobre isto tiraria o effecto. Os leitores, que acompanhão os actos da administração, conhecem se houve uma só remocção ou demissão e se é real o tal desbarato de rendas.

O proprio acuzador não articula um facto e confessa que não existe um só acto que seja seu uravel!

Isto é malar tolamente n'uma bigorna de sebo. Sãos! São hyperbolicos, vehementes na apostrophe, mas não mintão com tal desfaçatez.

No mesmo artigo maisina-se o governo pelo resultado das aromatações ultimamente

feitos no theatro. Não desceremos ao terreno das villozas torpes em que se apraz o articulista. O sindicato, o arraço, o tributo, o contracto, a patota são justamente o ideal de certa gente, que vive a blazonar a probidade; mas cousa de ver assim são obliterados os estímulos do pudor publico, que um jornalista e patriota venha queixar-se porque os cofres do thesouro luerarão. n'uma tranzação honrada e liza, para mais de 15 contos.

Seguem artigos de transcripção e noticias. Destacaremos uma q' é enormemente paudega: A extraordinaria procura que teve o ultimo numero do Curujão, a porfia com que o povo disputava, por elevado preço, o criterio periodico, a aurea, o favor publico etc. Do hoje por diante; tiragem—duzentos milhões de exemplares!... Eu só queria ver a cara do Zesinho, quando elle escrevia aquella bandeira, commovido, quase lacrimojante.

Para concluir temos Timandro, o grande, o incomparavel Timandro.

Botou mais letra; sempre pelludo.

Do ultimo artigo para cá não aprendeo nada; vem cada vez mais bronco.

Procurou glozar um artiguete solicitado da «Republica», e sem habilidade, apenas arranjou uma caldeirada enjoativa e nebulosa, destacando-se principalmente do que escreve a sua grande imbricação pela palavra latifundio.

Não seja, Timandro; latifundio não é couza de mal, nem palavra feia. Parece assim á primeira vista, mas não é.

Um conselho, Timandrinho da minha alma. Cede a tua columna de colaboração ao—Mucio de Goayinha, que é muito mais apreciavel. Tu não dás para isto; estás perdendo o teu tempo e dando-te a disfrute. Olha, se não fosse o respeito aos leitores, eu mandava-te ás favas, aquellas contadas e decantadas favas.

O CORONEL PEDRO NERY

No dia 13 de maio, data gloriosa em que a nossa patria comemora a confraternisação social dos brasileiros, completou mais um anno de sua honrada e laborioza existencia o nosso amigo coronel Pedro Antonino Nery, illustre commandante da guarnição federal neste estado.

S. S. foi durante todo o dia muito cumprimentado por militares e paizanos, e á noite, n'uma brilhante soirée, esteve repleta a sua rezidencia, sendo-lhe offertados numerosos e delicados presentes.

E' mais uma prova que acaba de receber o nosso amigo de quanto o aprecia e respeita a população desta cidade.

Acceite S. S. os nossos affectuosos parabens.

LEIS DE ORGANISAÇÃO DO ESTADO

No intuito de inteirar os nossos concidadãos da marcha dos negocios publicos, e em homenagem ao regimen de publicidade que deve ser strictamente observado nos governos livres, de que é synthese a republica, iremos dando conta aos nossos leitores dos trabalhos legislativos do Congresso estadual; á proporção que forem elles sendo convertidos em lei.

Depois da Constituição, que é um colligo de preceitos republicanos, em que a liberdade do cidadão e a mais completa independencia dos poderes receberam perfeita affirmação, foram sancionadas as leis de responsabilidade criminal do governador, do força publica, e de organização municipal.

A de responsabilidade do Governador foi moldada na mais severa observancia dos preceitos que a escola democratica prescreve ao poder executivo em sua norma de accção, em ordem a não serem invadidas as attribuições do poder legislativo e do judiciario.

A de força publica creou um corpo de segurança activo, militarizado, — capaz de ser um elemento de força tão respeitavel pela sua disciplina como os corpos de 1ª linha, — formado de voluntarios e enajados, — e uma guarda republicana, força de reserva, chamada á actividade quando a ordem publica exigir.

Esta guarda é organizada somente pelo voluntariado; tem instrucção militar, habilita o cidadão a aprender a manejar as armas, e renova-se de trez em trez annos.

A de organização municipal deo aos municipios o desenvolvimento o mais claro e correto da sua autonomia, consagrada na nossa Constituição estadual, sem no entretanto, deixar perigar os seus interesses vitaes. É uma lei que se póde considerar justa e bom feita.

Foi prorogada por 10 dias á actual sessão do congresso legislativo, que até o fim do mez deve ultimar as importantes leis organicas que está confeccionando.

ENGENHEIRO FISCAL

Acha-se entre nos, interinamente encarregado do trabalho de fiscalisação das estradas de Nova Cruz e Ceará-mirim, o illustre Dr. Cunha Lima, engenheiro fiscal effectivo da ferro-via Conde d'Eu.

Podemos em conversa apreciar o lucido e forte espirito do distincto profissional, que já tem nome conhecido e respeitado na sua classe.

Nossos cumprimentos

O QUE DEVEMOS FAZER

III

Graças aos louvaveis esforços dos meus distinctos collegas que mais toam trabalho pela organização do Estado, esforços incontestavelmente scios de todo êxito, já foram votadas as leis da organização municipal e da organização judiciaria.

Amplamente discutidas, a segunda principalmente, que foi tão illustrada pelos insignes magistrados que honrão o mandato que receberam, parece-me que essas duas leis estão perfeitamente em condições de concorrer para a organização segura e adiantada do Rio Grande do Norte.

Sejão todas as outras estudadas e discutidas com a proficiencia com que essas o foram, presida á sua confecção tanto patriotismo quanto presido á d'essas, e o Estado terá uma organização sinão perfeita, pelo menos muito democratica e muito adiantada.

Não menos importante do que aquellas, maxime em um sistema republicano, é a lei que actualmente se discute: a lei eleitoral.

Sendo a republica o governo do povo, deve ser uma lei emfaticamente republicana a que regula o modo por que o povo tem de outorgar os seus poderes aos eleitos de sua vontade.

Em todos os paizes que gozão os beneficios mais ou menos amplos de um regimen democratico, a lei eleitoral foi sempre uma das principais preoccupações do legislador, um dos assumptos mais largamente discutidos pelos publicistas.

Estabelecer o suffragio tão amplo quanto possível, cercar o voto de todas as garantias de independencia, evitar a intervenção official, tornar effectiva, real, a representação das minorias nes são os principaes fins de uma lei eleitoral democratica.

Suffragio amplo, já o temos estabelecido pelas constituições Federal e Estadual: todo cidadão maior de 21 annos que souber ler e escrever é alistavel eleitor.

A lei eleitoral que o Congresso discute deve principalmente ter em vista os meios praticos de tornar o eleitor independente a respeito do governo, como em frente das influencias quasi sempre malficas do campanario.

O projecto em discussão, que consagra allás a representação da minoria, prescrevendo que cada eleitor votarã tão somente em duas terças dos deputados que tiver de eleger a sua circumscripção, errou todavia quando estabeleceu a eleição por districtos, tão cheia de inconvenientes, maxime a qui no Estado onde, nos districtos do interior, segue-se hoje quasi a mesma rotina politica dos tempos monarchicos, cheia de disputas e odiosidades e onde por consequencia, o voto poderá ser tudo quanto quizerem, menos a expressão da vontade do eleitor.

Atendendo-se a estes inconvenientes, é que foi apresentada uma emenda assignada por diversos deputados, inclusive o mais humilde, no sentido de continuar a ser adoptado o escrutinio de uma só lista em todo o Estado, systema que, a pesar das censuras que soffreu, foi ainda bastante bom para dar ao Rio Grande do Norte um corpo de representantes com tantos membros patrioticos e illustrados como o actual.

A eleição por districtos, n'um Estado como este, não trará agora a representação da opinião popular, como se pretende e muito menos a representação das minorias.

O que ella ha de trazer, com certeza, é a politica de adela pequena e muitas vezes interesseira; é a pressão da influencia local sobre os eleitores para eleger o seu amigo que pode muito bem não ser o amigo do Estado.

E si, como dizem os defensores da eleição por districto, a eleição por escrutinio de uma só lista favorece a intervenção dos governos e, por consequencia, a destruição da liberdade eleitoral, com maioria de razão e uoilo mais facilitada aquella intervenção poder-se-ha exercer em um pequeno districto.

Por muito prepotentes que sejam os governos que o Rio Grade do Norte venha a ter, por muita pressão que exerção, por muito dinheiro que gastem, por muitos socorros que distribuão, conseguirão talvez dominar um districto eleitoral qualquer e haurir-lhe os seus candidatos, mas ao Estado inteiro não dominarão nunca, nunca lhe imporrão sua vontade.

A eleição por districtos, dizia Gambaella em um celebre discurso na Camara franceza, conduz ao «leio das candidaturas, á criação de uma nova industria de arranjo eleitoral politico-financeiro em muitos d'esses districtos.»

Os chefes locais de prestigio, dispoendo do eleitorado do seu districto, farão eleger sempre o candidato de sua vontade ou de seu interesse: haverá então representantes de individuos, mas nunca representantes de ideias.

Tenhamos em vista estes inconvenientes que mais se avolumão nas pequenas localidades, muitas vezes atrazadas e abaixo do nivel da comprehensão exacta do alcance da vontade do cidadão que vota, ponhamos de parte, ao menos por agora, as questões partidarias ou pessoais, vejamos somente diante de nós a organização do Estado sobre as bases mais proprias a suas condições. Não legislemos para a Republica de Platão e façamos uma boa lei eleitoral tendo em vista que, como diz Saint-Girons, «a questão eleitoral é a mais importante para os paizes democraticos, pois é d'ella que depende a boa organização do parlamento isto é, do primeiro dos poderes.»

18 Maio 1892.

Antonio de Souza.

No paquete Jacuhy chegou do Recife a exm. familia do deputado Dr. Espirito Santo. Cordiaes felicitações ao nosso prestimoso correligionario e dedicado amigo.

Recentemente cazado no estado de Pernambuco, chegou no mesmo vapor, seguindo para a sua residencia do Ceará-mirim, o cidadão Vicente Pereira. Aos jovens noivos mil parabens e sinceros votos de perfeita ventura.

A BELLA ALEGRIA

Cidadãos leitores:

Esta sessão é feita para os senhores acharem graça. Não será nunca nem offensiva nem calumniosa. Casos leves, para rir. Esta alegria, porém, não se traduzirá, nem na gargalhada descomposta dos bécas escusos nem, no sorriso ironico e por vezes mordaz dos scepticos e dos pessimistas. Um justo meio termo, uma hilaridade despretenciosa, decente, burguezia—nem reles, nem fidalga.

Se os amigos não acharem graça nenhuma no que d'aqui se escrever, se estas ligeiras prosas de simples commentarios lhes produzirem a mesma impressão de melancollia que desperta, por exemplo, um encontro cãra a cãra com o cidadão Totonio, sejam francos comigo; irei plantar batatas... E a proposito do supracitado christino, que em tão má hora nós nos lembramos de eleger, hão de concordar que a gente pode soffrer a sua hepatic, ralar a sua despepã, arrastar a pezada cruz de outras mazelas e não ter portanto uma cara de repique; mas tambem andar sempre com ares de enterrã, derramando tristezza em torno de si, pegando a sua macambuzice no proximo é mal feito.

Son novato nisso de escrever p'r as folhas; um pobre plumitivo calouro. Acho bonito o artigo pomposo farfalhado, todo arrojado de louçanias e galas; mas não tenho emboçadura para esses clarins de notas rubras. Itêi soprando modestamente na carriqueira gaita de folle destas pelestias, sem philosophias e sem má-craçãõ. Sem má-craçãõ digo eu porque os taes artigos de fundo, ás vezes, são bastantes desastrosos; sahem couzas de desancar o pessoal; de arrancar pelle e cabelo.

Para longe tristezas: é o meu programma. Este primeiro artigo é de simples apresentaçãõ, confiando eu que ficaremos em breves conhecidos o bons amigos; mas sempre lhes quero contar um caso, um lindo caso, dos mais divertidos. Faço favor de despertar os suspensorios, e desatar as presilhas. Os que forem sanguineos e tiverem jantado de pouco é melhor não lerem; nada de congestões.

E' a historia de um doutor que... Mas o melhor é não adiantar. Vão tendo paciencia; fica para o outro numero. Hoje é só a apresentaçãõ.

Patricio (faço questãõ desta circumstancia: sou autochthono e indigena; nasci em Extremoz; baptizei-me em Goyaninha, casei-me, com uma patricia, em Macãõ, e residio nesta capital.) Patricio, pois, e amigo de fim de carta.

P. S.

Eu ia assignar o meu nome, em obediencia á Carta, mas reflecti que o respeitavel publico não lucraria grande couza em conhecê-lo. Tambem me pareceo pedantesco lançar mão dos pseudonimos classicamente consagrados, como Democrito, Juvenal, Rabelais, Voltaire e outros sujeitos alegres e causticos.

Decidi-me pelas 3 estrelinhas. E' chic e discreto. Até sabbado,

O bacharel francisco amyntas da costa barros, depois de intimação feita pela Thesouraria de Fazenda, restituio a quantia de puzentos e cincoenta mil reis (250.000) que, como juiz apozentado, recebeu cumulativamente com o ordenado de governador

Cincinato Chaves! Este nome que hontem encimava, nestas mesmas columnas, uma noticia de tranquillidade e de conforto, é hoje uma legenda de cemiterio, prezo a um epitaphio. Já não é uma esperança, é uma saudade. A traiçoera molesta, que impolgara o nosso pobre amigo, de tudo zombou; e a tregoa que parecia ter concedido á sua victima, deixando antever um pharol de salvamento, não era mais do que uma derradeira emboscada, para afiar as garras e segurar o bote.

As 7 horas da manhã de 14 do corrente, na cidade da Fortaleza, onde se achava cursando a escola militar, exhalou o extremo suspiro o cadete Cincinato, filho do nosso collega Dr. Ferreira Chaves. Longe da patria, longe da familia, não lhe faltarão entretanto os mais dedicados desvelos: o honrado Alferes Ciceró Monteiro e numerosos collegas seos forão de uma assiduidade fraternal junto ao enfermo, e os cuidados da sciencia lhe forão zelosamente prestados, alem de outros distinctos medicos, pelo illustre Dr. Pedro Borges.— Tudo de balde!

O Dr. Chaves e sua Exm.ª senhora sabem que sentimos e acompanhamos o luto de sua alma; mas não é com as formulas banaes da condolencia que se mitiga em corações paternos a dor da morte de um filho querido. Deixem, pois, correr o pranto, que não palavras, mas somente o tempo o enxugará, transformando n'uma recordaçãõ intima, saudosa e calma o soffrimento agudo e dilacerante do terrivel golpe moral, que acaba de feril-os.

Os alumnos da escola militar do Ceará, logo que se finou o seu magno collega, mandarão solicitar do illustre Dr. Chaves a necessaria permissãõ para prestarem as ultimas honras fúnebres ao inditoso Cincinato.

Seguirão para Macãõ os nossos amigos Francisco Coelho, Francisco de Souza e Manoel Lopes. Boa viagem.

Ainda do Jacuibe veio do Recife com a sua exm.ª, senhora o importante fazendeiro do rico valle do Ceará-mirim T. C. Alexandre Varalla. Cumprimentamol-os.

Telegrammas

RIO 12. Ao Governador—Congresso nacional inaugurou hoje sessões actual legislatura. Foi lida a mensagem do vice-presidente da Republica, quasi se justificavam as medidas adaptadas por motivos dos recentes acontecimentos politicos. Apoz-se a situação financeira do paiz, que é satisfatoria e solicitou-se a decretação das leis organicas e mais providencias necessarias em bem da consolidação das instituições republicanas.—Ministro do Interior.

RIO 16. Governador do Estado—Recomendo providencias no sentido de serem enviados para esta capital no prazo de 30 mezes e mais tardar os objectos procedentes desse Estado e que fopem destinados á exposiçãõ de Chicago, Ministro Agricultora.

ARACAJU 18.—Governador—Hoje ao meio dia foi solemnemente promulgada a Constituição do Estado e eleitos presidente e vicepresidente por unanimidade de votos os cidadãos Dr. José Calazans e Coronel Antonio de Siqueira Horta.—Olynpto Dantas, Marcelino Jorge.

ARACAJU 18.—Governador—Participo-vos que fui hoje eleito Presidente deste Estado por unanimidade de votos da Assembleia constituinte, e tomei posse da administração depois de prestar compromisso legal.—José Calazans.

RIO 15.—Ao Governador do Estado—Envio com urgencia a este ministerio relação de todas as estradas de ferro desse Estado em trapeço em construcção ou concedidas afim de serem lançados na carta que se está organisando com destino a exposiçãõ de Chicago.—Ministro Agricultura.

MINISTERIO DA GUERRA

Sr. governador do Estado do Rio G. do Norte.—Comunico-vos para os fins convenientes, conforme pedistes em telegramma de 2 do corrente, que mandei fornecer pela intendencia da guerra ao corpo da policia deste Estado quatrocentas carabinas a «Comblain» completas e com a respectiva munição embalada, a razão de cem tiros por arma.

Saude e fraternidade.—Francisco A. Moura. RIO, 13.—Em Matto Grosso o povo dominou a revolta, tendo havido combate sangüinolento entre as forças do governo e os revoltosos. Contam-se muitos feridos em ambos os lados, tendo triumphado os adeptos do governo.

RIO, 13.—Dentro em poucos dias partirá para Chicago o marechal José Simeão, que va aguardar a abertura da exposiçãõ.

LONDRES, 13.—Os titulos brazileiros relativos ao emprestimo de 1879 e 1889 subiram tres pontos.

RIO, 16.—Foram eleitos vice-presidente do Senado o Dr. Prudente de Moraes, secretarios João Pedro, Gil, Baiona e Thomaz Cruz; para as comissões da Constituição Felicio dos Santos, Campos Salles e João Machado; de finanças Saldanha Marinho, Monteiro de Barros, Domingos Vicente, Amaro C. Ramiro Barcellos, Cunha Junior, Francisco Machado, e Joaquim Martinho. Os eleitos são todos favoraveis ao governo que tem maioria em ambas as casas do Congresso.

A idea de amnistia aos deportados e presos politicos encontra repulsa da maioria do Congresso.

RIO, 15.—A camara dos deputados tem deixado de funcionar em consequencia de parede da opposiçãõ.

O governo está disposto a propor ao Congresso a mudonça da Capital da Republica para o planato da Formosa, no Estado de Goyaz. Consta que o governo vai reorganisar a guarda nacional.

MANOEL ALVES

Este nosso honrado e excellente amigo acaba de receber mais uma prova de confiança do governo, a quem já estava prestando relevantes serviços na direcção dos correios, sendo chamado agora a superintender o importante trabalho de colonisação no estado. No dia 6 do corrente recebeu o exm. governador o seguinte despacho telegraphico.—Nomei hoje por proposta vosas, Manoel Alves Vieira de Araujo agente de immigraçãõ.—Antão de Faria—M. da Agricultura.

O bacharel amyntas barros já recolheu os vencimentos de juiz apozentado, que recebeu cumulativamente com os de governador; deve agora recolher os 500.000, excesso da ajuda de custo recebida como chefe de policia em 1880.

Entrou no dia 18 no nosso porto, procedente de Macãõ, o rebocador—Macadã da companhia de salinas Mossoró Assu, que veio passar pela vistoria regulamentar. E' um pequeno vapor de ferro, elegante e de muito boa marcha.

COMMANDO DA GUARNIÇÃO EM NATAL, 7 DE MAIO DE 1892

Ordem do Dia n. 36

Publico para conhecimento da guarnição e devidos effectos a seguinte APRESENTAÇÃO

Nesta data se me apresentou o Sr. Tenente Pharmaceutico de 4ª classe, Victor Coelho, mandado servir nesta guarnição por portaria do Ministerio da Guerra de 23 de Janeiro do corrente anno, publicada em ordem do dia do Exercicio n. 295, devendo dito official assumir hoje mesmo o exercicio de seu cargo.—Assignado—Pedro Antonino Nery, tenente coronel.

COMMANDO DA GUARNIÇÃO EM NATAL, 12 DE MAIO DE 1892

Ordem do Dia n. 37

Havendo-se apresentado nesta data os ars. Capitão da 2ª companhia do 34 Batalhão de Infantaria, Alberto Gavião Pereira Pinto e alferes João Brim Pereira Gonçalves, transferido nitidamente para o mesmo Batalhão, assim publico para conhecimento da guarnição e devidos effectos.—Assignado—Pedro Antonino Nery.—Tenente Coronel.

Acha-se de passeio nesta cidade o illustrado Dr. Alcantara Bilhar, distincto advogado cearense, muito conhecido e estimado pelos seos talentos.

CONGRESSO DO ESTADO

Acta de 23 de abril de 1892

A hora regimental, achando-se presentes deputados em numero legal, abre-se a sessão. Expediente:

Paracer da commissãõ de commercio, industrias e obras publicas, indefinido a petição dos cidadãos Carlos Accioli de Azevedo Bastos e dr. José Augusto de Oliveira, sobre a concessãõ da extracção de uma loteria. A imprimir.

O sr. Manoel Augusto, apresenta um requerimento no sentido de serem reformados os arts. 2º e 29 do requerimento interno da casa, que é posto em discussãõ.

Falla contra o Sr. Ferreira Souto, concluindo por apresentar uma emenda, que é apoiada e posta em discussãõ.

O Sr. Manoel Augusto sustenta o seu requerimento e combate a emenda, do sr. Ferreira Souto; e os ars. Luiz Fernandes, Arthur Cavalcante e Medeiros, batem o requerimento do sr. Manoel Augusto.

Foi rejeitado o requerimento e prejudicada a emenda.

Ordem do dia: 3ª discussãõ do projecto n. 5.

Foi approvedo sem discussãõ e mandado a commissãõ de redacção.

O Sr. Hermogenes Tinoco pede para ser dado para a ordem do dia da sessão seguinte, o projecto n. 6.

Ordem do dia seguinte: 1ª discussãõ dos projectos n. 3, 6 e 7.

Levanta-se a sessão. Acta de 25 de abril.

A hora regimental achã-se presentes deputados em numero legal. Abre-se a sessão.

Expediente. Redacção dos projectos numero 2 e 5. Aprovados vão a sancção Governamental.

Paracer da Commissãõ de fazenda sobre a lei n. 2 de 17 de outubro do anno passado. E' considerado objecto de deliberação e vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Manoel Augusto offerece a consideraçãõ da casa um projecto de lei eleitoral, e sendo considerado objecto de deliberação vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Ordem do dia. Entrão successivamente em primeira discussãõ e são approvedos sem debate os projectos n. 3, 6, e 7, que passãõ a 2ª discussãõ.

O sr. Espirito Sauto requer dispensa do intersticio para o projecto n. 3 entrar em discussãõ. E' concedida a dispensa.

Ordem do dia seguinte: Primeira discussãõ do projecto n. 8 o segundo do de n. 3.

No dia 23 não houve sessão e nem expediente.

Acta da reunião de 27. As 12 e meia horas da tarde, não tendo comparecido deputados em numero passa-se o expediente:

E' lido um officio do secretario do Governo remettendo sete officios das Intendencias municipais de Pau dos Ferros, Taipá, Arsia Branca, Acary, S. Miguel de Jucurutu, Curraes Novos, Martins e Flores do Acary, discrevendo os seus limites.

O Sr. presidente declara não haver sessão por falta de numero legal.

Acta de 28.

A hora regimental, achando-se presentes deputados em numero legal. Abre-se a sessão

Expediente: Paracer da Commissãõ da Instrucção Publica, indeferindo a petição de João Gomes Pinheiro da Costa Pinheiro. A imprimir.

O Sr. Manoel Augusto requer dispensa da impressãõ, que lhe é concedida.

Ordem do dia: Entra em 2ª discussãõ o projecto n. 3, sobre organisação municipal.

O sr. Paula Salles offerece á casa um projecto substitutivo, assignado por si e pelos ars. Arthur Lisboa e Augusto Severo.

O sr. Medeiros falla contra o projecto substitutivo, e sustenta o primitivo.

O sr. Hermogenes Tinoco pede a palavra, pela ordem, e requer que o projecto offerecido como emenda vá a commissãõ de municipios para examinal-o, suspendendo-se por hora a discussãõ do projecto primitivo.

Em seguida falla o Sr. Augusto Severo contra as razões apresentadas pelo sr. Medeiros.

O sr. Ferreira Souto, uzando da palavra combate o requerimento do Sr. Hermogenes

Tinoco e offerece por sua vez um requerimento que depois de apoiado é posto em discussãõ. Entram em explicações os ars. Medeiros e Luiz Fernandes. Foi approvedo o requerimento do sr. Ferreira Souto e prejudicado o do Sr. Hermogenes Tinoco.

O sr. Ferreira Souto pede explicações que lhe foram dadas.

Passa-se a 2ª parte da ordem do dia: Entra em primeira discussãõ o projecto n. 8, sobre forças publicas o qual foi approvedo sem debate e passa a 2ª discussãõ, sendo dispensado o intersticio do requerimento do Sr. Augusto Severo para entrar em 2ª discussãõ.

Ordem do dia seguinte: 1ª discussãõ dos projectos n. 6 e 7 e 2º do projecto n. 8.

Levanta-se a sessão.

Um affectuoso aperto de mão ao nosso presadissimo correligionario Major Pinheiro da Camara, que deunos hontem a satisfacção de sua visita. O nosso amigo regressou hontem mesmo para a cidade de Canguaretama, onde reside.

Na ponterrima!...

Para o seguinte numero.

Sobre o prematuro fallecimento do estimado e talentoso jovem urto-rio-grandense, Cincinato Chaves, filho estimadissimo do nosso distinctissimo chefe da redacção, Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, «A Republica» do Estado do Ceará, de 14 do corrente, dá a seguinte noticia, que agradecidos, passamos para o nosso periodico:

Falleceu hoje nesta capital, pelas 7 horas da manhã, o distincto moço Cincinato Barreto Ferreira Chaves, addido á Escola Militar deste Estado.

O desventurado joven viãra de sua terra natal dias antes da revolução de 16 de Fevereiro em que tomou tão importante parte, e aqui succumbio a uma febre que apesar dos esforços e recursos da medicina, tão desveladamente empregados por tres dos nossos mais distinctos facultativos, de tudo zombou, roubando-o tão cedo á patria e á familia.

Era natural do Rio Grande do Norte e filho do distincto democrata, ex-membro da Junta Governativa daquillo Estado dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho.

Sentimentamos, verdadeiramente compungido á sua oxma familia e á Escola Militar—especialmente á colonia Rio Grandense, de qua fazia parte.

No dia 13 do corrente, morreu na cidade da Penha, o innocente João da Cruz, filho do nosso distincto amigo Major A. Pinheiro da Camara. Mais uma esperança que se trnsforma em saudade.

THEOURO DO ESTADO

Demonstraçãõ dos saldos existentes no dia 18 de maio de 1892.

Table with columns: 1891, PARCIAL, TOTAL. Rows include: Em dinheiro, Caixa de deposito por cauçãõ, Em dinheiro, Em apolices, Em lettras, Caixa de diversas origens, Em dinheiro, Em lettras, Caixa geral, Em dinheiro, Caixa de lettras, Em lettras.

JUIZO DOS CASAMENTOS

Audiencia de 12 de corrente, foram lidos os seguintes proclamas:

Estevão José Marinho, com D. Izolima Benavides Seabra de Mello.

Avelino Cardoso de Mello, com Maria Francisca de Azevedo.

Pedro Figueira Galvão, com Maria Manoella da Conceição.

João Xavier Rebouças, com Maria Amelia de Menezes.

2º Proclama—Manoel Luiz de Mello, com Antonia Maria da Conceição.

INSTRUÇÕES AOS EXACTORES DA FAZENDA ESTADUAL

Circular n. 7.—Thesouro do Rio Grande do Norte, 12 de Maio de 1892.—O Inspector do Thesouro do Estado do Rio Grande do Norte, tendo sciencia por informações fidedignas que em diversos districtos e municipios deste Estado se tem praticado e se continua a praticar o abuso de se exportar por terra para fóra do mesmo Estado diversas mercadorias, tais como lã, couros, corrinhos, rapaduras, aguardente, mel e outras, sem que sejam pagos os respectivos direitos, a que estão sujeitas pelo § 10 e 11 do art. 1º do decreto n. 2 de 24 de Dezembro de 1891, que rege o actual exercicio de 1892; da mesma forma que são importadas de outras precedencias dos Estados circumvizinhos, fazendas e outros generos, subtrahindo-se os dos nos ou seus prepostos ao pagamento das taxas devidas pelos §§ 12, 13, 14, 15 e 16 do mesmo art.:—não pode deixar, sem trahir o cumprimento de seu dever, de chamar toda a attençãõ dos exactores da fazenda estadual para factos de tal ordem, que esta Inspectoria muito deplora, esperando que esses mesmos factos pela honra e dignidade de todos nos, não se reproduzirão no districto fiscal de cada um dos ditos senhores agentes, encarregados, como depositarios da confiança do Governo, da nobre e elevada missão de arrecadar os dinheiros publicos.

Na legislação em vigor encontrarão os Srs. administradores e collectores, subordinados a este Thesouro, todos os meios repressivos aos abusos, que porventura ali se deram sobre a especie de que se trata.

O art. 15 do Reg. de 30 de Dezembro de 1876 comtina as seguintes penas, que devem ser impostas pelos chefes das respectivas Estações fiscaes:

§ 1.—As penas das mercadorias: 1.—Multas de 10% a 25% do valor das mercadorias, quando no verificaçãõ d'ellas se conhecer que houve intento de fraudar a fazenda, dando-lhes um valor inferior ao real em 40% pelo minimo.

2.—Penas de importancia igual ao seu valor quando do por elles se privar de se pretender occultar as suas exatões nas collecções.

3.—Penas de perda total d'ellas, quando se vintificarem e volume no volumens seguirão destino para

incobribil-se ao pagamento do imposto.

Art. 1.º - As mercaderias de embarcações ou encarruadas de transportes por terra...

Art. 2.º - Na mesma pena incorrerão as pessoas que em volumes consideráveis...

Art. 3.º - O imposto será pago na Collectoria do municipio exportador...

Art. 4.º - Para a boa fiscalização e cobrança deste imposto poderão os collectores nomear agentes nos pontos limitrophos do Estado...

Art. 5.º - A arrecadação feita pelos Agentes ficará sob a immediata responsabilidade do Collector do respectivo municipio...

Art. 6.º - Para a arrecadação commettida aos Agentes, os Collectores solicitarão do Thesouro os talões de conhecimentos que se fizerem precisos...

Art. 7.º - Os Agentes terão a percentagem de convenienciam com os Collectores, a qual será deduzida das que competem a estes e a seus escravos...

Art. 8.º - A apreensão poderá ser feita pelos agentes da fazenda, autoridades policiaes, commandantes de destacamentos e quaesquer outros cidadãos.

Art. 9.º - O algodoão que for apprehendido pelas autoridades policiaes, commandantes das forças ou particulares, será apresentado immediatamente ao collectador ou ao agente do districto em que tiver lugar a apprehensão...

Art. 10.º - De cada apprehensão lavrar-se-ha um termo que será assignado por duas testemunhas e lançado um livro especial, com declaração dos nomes do dono do algodoão...

Art. 11.º - Se no prazo de 3 dias da data da apprehensão não for satisfeito o pagamento do imposto e da multa, por-se-ha em hasta publica todo o algodoão e do producto da arrematação se deduzirão as importancias do imposto, da multa e de quaesquer outras despesas que accrescerem...

Art. 12.º - Satisfeito o pagamento do imposto e da multa, será o algodoão entregue immediatamente aos seus donos ou conductores.

Art. 13.º - A pessoa que tiver effectuado a apprehensão abonar-se-ha a metade do valor das multas.

Art. 14.º - Ficam igualmente sujeitos a multa de 20\$000 os donos, prepostos, ou mesmo particulares que defraudarem a fazenda, auxiliando a sahida das cargas sem o previo pagamento do imposto...

Art. 15.º - Da imposição da multa cabe recurso voluntario para a Junta de Fazenda no prazo de 30 dias e da decisão desta para o Governador do Estado em igual prazo.

Art. 16.º - Os despachos para pagamento do imposto deverão mencionar o numero de saccos ou cargas, o nome do exportador ou dono do algodoão, o nome do consignatario, a importancia do imposto, o lugar da procedencia e do destino.

Camparam. Joaquim Guilherme de Souza Caldas.

CONSELHO DE COMPRAS CAPITANIA DO PORTO

No dia 23 do corrente encerra-se a inscripção para a concorrência ao fornecimento de generos e outros artigos a Escudo do Aprendizes, Capitania do Porto e navios de guerra quando surtos no porto...

Com vista aos interessados.

João commandante da Escola de monores foi dirigido o seguinte officio.

Quartel General de Marinha. - Em solução a vosso officio datado de 3 de Fevereiro sob n.º 278 communico-vos que em aviso datado de 23 do corrente...

Quanto a deficiencia da diaria de quatrocentos reis, nada ha a providenciar, por quanto destinando-se ella a alimentação e pertencendo essa despesa a verba Eventual, na forma do aviso de 22 de abril de 1835...

Esquadrarias pedir augmento de credito quando esgotadas as quantias respectivas. Para regular semelhante abono neste Estado foi exigida ao respectivo governador uma tabella das distancias a que se refere a circular de 9 de Outubro de 1881...

Francisco José Coelho Netto - Chefe de Estado maior General de Armada.

SOLICITADAS

-MARIO OU CATILINA?- Eis o ponto de interrogação que eu tomo a liberdade de erguer diante do espirito de quem quer que haja tido uma verriua que, sob o pseudonymo - Mario - veiu publicada no Rio Grande do Norte de 14 do passado.

Sou acrimosamente arguido de falta de ex-

ção no cumprimento de certos deveres, por não ter, segundim se afirma, dado deparcia contra o autor de formentação leve na pessoa de João Pequena dos Santos.

O facto é por sua natureza insignificante; mas a pelliçagem villã procurou arguol-o á altura de um verdadeiro escandaloso judicialario.

Quando aqui, em breves palavras, o meu procedimento á respeito, julgo cumprir um duplo dever: primeiro, oppor um desmentido formal e solenne ás alegações d' esse Mario, a quem sobejamente conheço para detestiar; depois, das es ta satisfação á opinião publica, a cujo veredictum jamais recolli submeter os meus actos.

Recebendo, em dias do mes passado, um auto de inquerito policial sobre o facto em questão, n' elles encontrei omisões taes, que julguel do meu dever remettei-os, pelos meios regulares, á autoridade policial para serem sanadadas as alludidas omisões.

A referida autoridade, porém, demorou por alguns dias a devolução dos mesmos autos, não obstante as minhas reiteradas reclamações verbales; de sorte que tive de usar dos meios legais para obtel-os.

Devolvidos os autos, immediatamente apreegntei denuncia contra o indiciado delinquento; e correnço o processo os seus termos regulares.

Ontle, portanto, a falta de cumprimento de deveres?

E se falta houve, porque se não fez effectiva a minha responsabilidade?

Não posso crer que o illustre juiz de direito desta comarca tambem dorma o pesado sonnie do indifferetismo sobre os saçados interesses da justiça; e muito menos que o referido magistrado se conforme com a condicão humilhante de, como o Juis Municipal e o Promotor Publico, limitar-se a perceber os seus vencimentos, sem cumprir com os seus deveres; e en-tro estes está, inegavelmente o de responsabilisar os empregados publicos da sua comarca, por falta de cumprimento de deveres.

Do exposto resulta que não occasionei a demora do processo; empregando, ao contrario, os meios ao meo alcance para o seu regular andamento.

Só posso, portanto, ser censurado por aquelles que, como Mario, teem sede de Justiça.

Aquelle libello, mixto de infamia e de ineptia, é a explosão dos despeitos mal contidos d' aquelles que não admittem que qualquer, nas normas de seu proceder, possa extimir-se de allinhã inspiração; é, por sem duvida, resultado da uma certa rebeldia que me é peculiar e que arma contra mim as iras dos antocrotas de aldeia.

Engolte-se, muito embora, Mario nos pantanos de Minutanes; absorva, a plenos pulmões, os miasmas mephiticos que d' elles se exalão; a mim só me resta o pesar de estar neste momento occupado com as parvoíces de seu genio atrabilario.

Em conclusão, e para justificar a epigraphie, di rei: - Mario, o rude e analphabeto plebeo romano, sentado sobre as ruínas de Carthago, lamentando, como tenor prophetic, os desastres da guerra social, é bello e magestoso, toca ás raízes do sublime, aproxima-se d' um Graccho; - Mario o contemporaneo, boçal articulista, sentado sobre as imaginarias ruínas de Macão, lamentando, em apostrophes truanças, o proximo desmorramento do novo edificio social, é insidioso e execravel, toca ás raízes do ridiculo, torna-se um Catilina abominavel.

Macão, 30 de Maio de 1892, M. X. Cunha Montenegro.

MACÃO

A Intendencia Municipal de Macão, e o falso correspondente da «Curujão»

Atenda o publico - Em artigo, que fizemos publicar em o n.º 159 de 2 de Abril um valente orgão «A Republica», promottemos exhibir á do publico e dos poderes competentes documentos, que provão a existencia do mallo allamente criminoso porque o anterior Conselho de Intendencia Municipal desta Cidade estabanejava os dinheiros publicos sob sua guarda.

-Eis, os documentos:

Cidadão Presidente do Conselho de Intendencia Municipal de Macão.

José Cesario das Chagas residente nesta cidade, para fins convenientes, pressisa que, por vosso respeitavel despacho, mantel-se pelo respectivo Secretario certiffic: -1.º se o conselho Municipal, em sessão ordinaria d de 21 de Dezembro de 1890 decretou uma gratificação de 200\$000, excludivo o ordenado a que tem direito, ao então Secretario da mesma Intendencia, o cidadão Emygdio Biserra da Costa Avelino, e o titulo de que.

2.º Quaes os Intendentes, que servirão na referida sessão.

3.º Finalmente se fez affectiva a entrega d' aquella importancia, bem como se consta do respectivo balancete. -Nestes termos. -E. R. M. Macão 5 de Maio de 1892.

Como requer. -Macão 5 de Maio de 1892. -F. Gomes.

Antonio de Moura Barreto, Secretario da Intendencia Municipal desta cidade de Macão por nomeação legal. & c.

Em cumprimento do despacho retro e a vista dos respectivos livros certiffico:

1.º Que o Conselho de Intendencia Municipal desta cidade, em Sessão ordinaria de 24 de Dezembro de 1890 mandou entregar ao Cidadão Emygdio Biserra da Costa Avelino em Secretario da mesma Intendencia, á quantia de duzentos mil reis (200\$000), excludivo o ordenado a que tinha direito, o titulo de remuneração de seus bons servicos.

2.º Que servirão na referida sessão os Intendentes -Eufrazio Alves d'Oliveira, como presidente, Alfredo Fernandes de Moura e Manoel Suzano d'Araujo.

3.º Finalmente que foi effectivamente entregue esta importancia ao referido ex Secretario, pelo então Procurador -Francisco Honorio Canulo, como consta o respectivo balancete.

E para constar passo a presente, e aos proprios livros meo reporto edou fé.

Cidadão de Macão 5 de Maio de 1892. O secretario da Intendencia. Antonio de Moura Barreto.

Cidadão Presidente do Conselho de Intendencia Municipal de Macão. José Cesario das Chagas, residente nesta cidade necessita, para fins convenientes, que por vosso respeitavel despacho, mantel-se certiffic: 1.º Se em sessão extraordinaria de 14 de Dezembro de 1891 este conselho decretou uma gra-

uficação de 50.000 mil reis, no ex-Fiscal, e o cidadão Genulino da Costa Barbalho, e o titulo de que.

2.º Quaes os Intendentes que servirão na referida sessão.

3.º Finalmente se effectivamente foi entregue aquella importancia ao dito ex-Fiscal, bem como se consta esta verba de despza do respectivo balancete. -Nestes termos. -E. R. M. Macão 5 de Maio de 1892.

Como requer. -Macão 5 de Maio de 1892. -F. Gomes.

Antonio de Moura Barreto, Secretario da Intendencia Municipal da cidade de Macão, por nomeação legal. & c.

Certiffico em cumprimento do despacho retro que revendo os livros das actas e balancetes desta Intendencia, dos mesmos consta:

1.º Que na sessão extraordinaria de 14 do Dezembro de 1891, o conselho de Intendencia Municipal desta cidade, mandou entregar: Em Fiscal Genulino da Costa Barbalho, a quantia de cinquenta mil reis (50\$000), como remuneração e remuneração precuaria de seus bons servicos, prestados a aquella caracior e até aquella data.

2.º Que servirão na referida sessão os Intendentes -Eufrazio Alves d'Oliveira, como presidente Manoel Suzano d'Araujo e Jose Lopes do Rego.

3.º Finalmente que foi effectivamente entregue dita importancia ao referido Fiscal Genulino da Costa Barbalho, como consta do respectivo balancete.

E para constar passo a presente, extralida dos proprios livros e dou fé.

O secretario da Intendencia. Antonio de Moura Barreto.

E assim que costumamos provar os factos que articulamos e não montindo cynicamente, como fazem os testas do ferro do desmoralizado chefe Sebastianista, nesta cidade.

E agora voltom a cargo, se são capazes l.... Macão 7 de Maio de 1892.

DECLARAÇÃO

Manda-me o dever de republicano, que eu não fique calado a respeito dos cazos politicos de minha terra, principalmente no actual momento em que cada um deve ser franco e sincero.

Assim, eu venho dizer ao partido, por mim e pelos amigos que me ouvem, no municipio de Macão, que sou solidario com a politica que está fazendo o eminente chefe do partido republicano -Dr. Pedro Velho, assim como, que estou de accordo com a apresentação da candidatura do cidadão Augusto Severo d'A. Maranhão, a uma cadeira no Congresso Federal, na vaga deixada pelo Dr. Pedro Velho.

Natal, 14 de Maio de 92. Francisco Antonio da S. Coelho

O ANNIVERSARIO NATALICIO DO TENENTE CORONEL PEDRO A. NERY

Não passou desapercobido á elite da sociedade natalense o quadragésimo oitavo anno da gloriosa e honesta existencia do bravo e distincto Commandante desta guarnição e do 34 Batalhão de Infantaria.

Logo as 5 horas da manhã do auspicioso dia, foi o honrado cavalheiro despertado e saudado em casa de sua residencia pela distincta officialidade do batalhão sob seu commando, corpo sanitario, officiaes da armada e amigos particulares acompanhados da banda de musica militar que executou o hymno da Republica a que se seguiu uma salva de 21 tiros e diversas gyrandolas de foguetes. Grande realce deo a esta esplendida alvorada a graciosa ornamentação da rua, toda cheia de cestões e arcos todos embandeirados e notadamente a fachada da casa onde mora o illustre Tenente Coronel Nery, a qual primava de gosto, toda cheia de flores e garlandetes.

As 8 horas da manhã teve lugar na Matriz uma missa officianda o Reverendo Padre Assis onde com pareceram algumas familias e os officiaes do exercito e armada e amigos particulares do distincto Commandante.

Ao meio dia uma outra salva e gyrandolas de foguetes annunciaram os cumprimentos officiaes.

Os distinctos officiaes do 31, o corpo sanitario e os officiaes da armada, encorpoados apresentarão ao digno soldado e amavel cidadão as suas saudações, pela voz do illustre e conspicioo chefe do serviço sanitario, o talentoso Major Dr. José Lopes, o qual em vibrante e eloquente discurso salientou as nobres qualidades que exornão o caracter do Tenente Coronel Nery, na dupla qualidade de cidadão e de soldado.

O illustre e distincto Tenente Coronel Nery respondeu, cheio de emoção e em phrases eloquentes e sentidas ao discurso, que lhe foi feito.

As 7 horas da noite as corporações a que nos vimos referindo, reunidas em frente ao Quartel do 34, que se conservou expeditadamente illuminado e, precedidas da musica do batalhão dirigiram-se á casa do Tenente Coronel a quem foram feitos diversos e valiosos presentes.

Por parte dos officiaes do 34 batalhão, da armada e corpo sanitario uma rica escrivaniha de prata lavrada e marquetada, com incrustações de ouro acompanhada de caneta e penna de igual metal acondicionado tudo em delicada e beu. trabalhada caixa de couro da Russia e mais pece-nez e cordão de ouro sendo o orgão dos offiantes ainda o illustre Dr. José Lopes.

Os aprendizes marinheiros offercerão-lhe uma linda pasta para papels, de subido valor, orando então o seu bravo e distincto commandante e Capitão do porto o 1.º Tenente Jeronymo de Lamara.

Os inferiores e cadetes do batalhão fizeram a seu commandante a offerta de uma abotadura completa de ouro e pedras finas; orou por esta occasião o sargento brigada João Lins de Carvalho.

A todos agradeceu em longo e apreciavel allocução o sympathico amigo a quem esto redacção.

A illustrada relação d' A Republica fez-se representar pelo Sr. Augusto Severo, que offerrou ao digno commandante um delicado mimó.

Seguin se como humano remate a todas estas manifestações de apreço ao intemerato militar, uma bellissima corde, que prolongou-se até tres horas da madrugada por entre a mais captivante cordialidade e em mais fino trato que a todos dispensavão o distincto Tenente Coronel Nery e suas gentis filhinas.

Festa verdadeiramente digna do festejado, que é

credor de todas as honranças da sociedade rio-grandense do norte pelas suas qualidades publicas e particulares, tal o dia 19 de corrente.

AO PUBLICO

Veio pela ultima vez á imprensa, para republica sobre o protesto que firmei n' A Republica, relativo á existencia do supposto debito, pelo qual se me quer fazer responsável, perante a firma deonoraria de Paula, Eloy & C.

O erro typographico: corrigido por meo irmão -João Varolla -no penultimo numero do referido jornal, deu' caso ao contra-protesto que alli fez inserir o syndico da respectiva massa -cidadão que M. P. P., a quem me cabe agradecer aqui as expressões honrosas com que se dignou de distinguir-me.

Mas, por isso mesmo que não pretendo voltar a imprensa, tenho necessidade de explicar mais detidamente os factos, afim se passa, seguro, ejuziar a respeito, e não continuee illudido o cidadão Pacheco.

Salvo, como ficou, o engano de datas, é certo e concludente que recebi a 26 de outubro de 1891 a quantia de 300:000, paga, como liquidadas ficaram outras transações, quatro mezes e alguns dias depois, isto é, a 3 de março de 1892, quando recebi um saldo de 633:120 rs. constante da conta em meo poder, da mesma data (3 de março de 1892), firmada por Paula, Eloy & C. e onde lê-se ipis e orbis et circulis (columna das transações de 1891):

«Dinheiro por João Victoriano F. Nobre conforme recibo, valor 20 de outubro -300\$000!»

Ultimadas ficaram, pois, desde então, minhas relações commerciaes com aquelles senhores, e quando euago annos depois, isto é, a 27 de fevereiro de 1892, eu continuava a pensar, como penso, nada dever-lhes, recebo nova conta, tambem em meo poder: colranho a mesma quantia, fornecida em outubro de 1891 e paga em março de 1892.

Hoje continuo a cobrar-me, pois bem. Convido o cidadão Pacheco a apresentar-me seus documentos; si estes convencerem-me de que sou devedor á massa cedida de Paula Eloy & C. garanto effectuar prompto pagamento de quanto estiver a dever, si, pelo contrario, ditos documentos não conseguirem gerar em meo espirito essa mesma convicção, tomem as providencias que melhor lhes aprover.

E agora ajuse o publico.

Angelo Varolla San'tago

A classe estudantesca Norte Rio Grandense, convida aos parentes e amigos do finado Cincinnato Barreto Ferreira Chaves, a assistir uma missa que terá logar na matriz d' esta Capital pelas 6 horas da manhã do dia 23 do corrente.

Natal, 20 de Maio de 1892.

CONVITE AOS OPERARIOS

Para o fim de se assentarem as bases da orga nização do partido operario neste Estado, e de se tratar do interesses da classe, co-vido a todos os operarios da capital a se reunirem, domingo 29 do corrente, na casa da Escola Publica da Ribeira, ás 11 e meia da manhã.

Natal, 16 de Maio de 1892

Joaquim Manoel de S. Filho.

EDITAL

FORNECIMENTO DE ARTIGOS DE EXPEDIENTE

Em additamento ao edital d'esta Thesouraria de 6 do corrente mez, declara-se que o expediente de que n'elle se trata, destinado ao 34. Batalhão de Infantaria no semestre de Julho a Dezembro proximo vindouro, compór-se-ha dos seguintes artigos:

- Barbante grosso (novelos) 1
Colhetas de pregar papel (caixas) 1
Cinetas de pão 1
Canivetes 1
Gomma Arabica (grammas) 1
Lapis pretos, de Faber 1
Lapis de cores, de Faber 1
Lapis de bor, sua vq 1
Papel Fiume para caderno (resmas) 1
Papel Fiume liso (cadernos) 1
Papel Virgi; partado 1
Papel imperial 1
Papel pardo para embrulho 1
Papel mata borrão (filhas) 1
Pennas Mallat (caixas) 1
Raspadeiras de cabo de osso 1
Tinta preta inglesa (garrafas) 1
Sobre-cartas grandes para officios 1
Sobre-cartas para officios 1
Obreias grandes para sellos (maços) 1
Papel para cartas officiaes e sobre-cartas (caixas) 1
Pastas grandes 1
Regua de o, m 80 1
Regua de o, m 60 1

Thezouraria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte, 16 de Maio de 1892.

O Inspector, José Zacharias V. de Mello.

Ultima Hora

Abaixo os grevistas. Acabamos de ler o seguinte telegramma: Rio 20 - Dr. Pedro Velho, Governador do Estado do Rio Grande do Norte. Feita eleição meza; Presidente Bernartino; vice-presidentes João Lopes e Viotti; Secretarios Azeredo, Alahyde, Paula, Guimarães e Avelar.

Bernartino de Campos, presidente da Camara.

A REPUBLICA

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO

Redactores—Chaves Filho, Antonio de Souza e Augusto Maranhão

ASSIGNATURAS

Por anno 50000
No avulso do dia 100
Do dia anterior 200

PAGAMENTOS ADIANTADOS

PUBLICAÇÃO SEMANAL

TIRAGEM 1200 EXEMPLARES

ESCRITORIO E TYPOGRAPHIA

2—Rua Senador José Bonifácio—2
As publicações serão feitas a 80 réis por
linha, e annuncios por ajuste.

PARTE OFFICIAL

LEI Nº 5 DE 24 DE MAIO DE 1892

Estabelece a divisão municipal do Estado
O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Fago saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a lei seguinte:

TITULO I

Do municipio e sua constituição

- Art. 1º O territorio do Estado continuará dividido em municipios.
- Art. 2º Cada municipio, como base da organização politica e administrativa do Estado, representará, além da unidade territorial, uma collectividade politica, formada por interesses communs e relações naturaes de caracter local com poder, direitos e deveres proprios.
- Art. 3º O poder municipal terá sua sede nas cidades e villas mais importantes dos municipios.
- Art. 4º O territorio dos municipios poderá ser dividido em districtos fiscaes, attenta a sua extensão, população e importancia economica.
- Art. 5º E' da privativa competencia do poder municipal a criação dos districtos em cada municipio.
- Art. 6º Ao poder municipal pertence o governo interno, administrativo e economico dos municipios, sem participação de poder estranho ou subordinado a outros poderes, salvo as restricções impostas pelo bem publico, previstas e autorizadas pela Constituição e leis do Estado.
- Art. 7º Estende-se a acção do poder municipal:
 - a) A todos os bens do patrimonio dos municipios, inclusive os que forem destinados somente ao uso e gozo commum dos municipios; aos rendimentos e as rendas publicas municipais;
 - b) As despezas locais a cargos dos municipios e aos meios de occorrel-as;
 - c) As obras, os trabalhos e serviços de utilidade commum municipal;
 - d) Aos estabelecimentos fundados ou sustentados pelos municipios e destinados a utilidade commum dos municipios;
 - e) A policia municipal e aos serviços que com ella entenderem.
- Art. 8º A policia municipal incumbê velar pela execução das leis municipais e garantir, nos limites de sua esphera de acção, a segurança, tranquillidade, saúde e commodidade dos habitantes do municipio.
- Art. 9º Ao poder municipal, como organ immediato dos municipios, assiste o direito de representar aos outros poderes sobre assumptos que não forem de interesse propriamente local e bem assim contra quaisquer abusos e illegalidades das autoridades e agentes dos mesmos poderes.
- Art. 10 São inalienaveis os bens que, não sendo do patrimonio de um municipio, forem destinados ao uso e gozo publico de seus habitantes.

TITULO II

CAPITULO I

Das intendencias municipais

- Art. 11 Haverá em cada municipio um conselho deliberativo denominado—Intendencia Municipal, composto de nove Intendentes na capital do Estado e de sete nos demais municipios. A este conselho, incumbido dos interesses economicos e da policia das respectivas circumscripções, compete o exercicio do poder municipal.
- Art. 12 Os intendentes serão eleitos por suffragio directo e por escrutinio de lista, votando cada eleitor em dous terços do numero dos que devem ser eleitos.
- Art. 13 A eleição será feita de trez em trez annos, no dia 15 de Novembro e pelo processo que a lei eleitoral determinar.
- Art. 14 A Intendencia novamente eleita será empessada no 1º de Janeiro do anno seguinte ao de sua eleição e em sua primeira sessão elegerá seu presidente e vice-presidente.
- Art. 15 A Intendencia que houver terminado seu mandato, por occasião de dar posse e passar a administração a quem tem de succeder, apresentará um relatório da gestão dos negocios municipais durante o triennio findo.
- Art. 16 São gratuitas as funções dos Intendentes, os quaes servirão por tres annos, podendo, ser reeleitos.
- Art. 17 São elegiveis para o cargo de Intendentes os cidadãos alistados eleitores que residirem no municipio, pelo menos dous annos antes da eleição.
- § Unico. Os estrangeiros alistados eleitores no municipio podem tambem ser eleitos Intendentes, si nelle já residirem nunca menos de quatro annos.
- Art. 18 Nas faltas e nos impedimentos temporarios dos Intendentes, serão chamados a

servir os supplentes respectivos pela ordem da maior votação; dando-se, porém, uma ou mais vagas por fallecimento, renuncia, mudança do domicilio, ou outra qualquer causa permanente, proceder-se-ha a nova eleição para seu preenchimento.

Art. 19 As Intendencias não poderão deliberar validamente sem que esteja presente em sessão a maioria de seus membros, considerados taes os supplentes em legítimo exercicio; poderão, porém, reunir-se em minoria, no periodo legal de suas sessões, para o fim de providenciar sobre o comparecimento de supplentes em numero igual ao dos intendentes effectivos impedidos.

Art. 20 As Intendencias reunir-se-hão, em sessões ordinarias, em periodos e dias determinados nos respectivos regimentos, independentemente de convocação, funcionando o tempo necessario para a solução das questões que tenham de resolver, e extraordinariamente quando convocadas pelos presidentes.

§ Unico. Nos casos de reunião extraordinaria só poderão as Intendencias deliberar sobre os assumptos que houverem motivado a convocação, salvo si na occasião sobrevier algum que reclame immediata providencia.

Art. 21 As Intendencias elegerão seus presidentes e vice-presidentes em sua primeira reunião, verificando a validade da eleição de seus membros, com recurso para o Superior Tribunal de Justiça do Estado e regulará sua policia e economia interna pela forma que decretarem os seus regimentos, devendo suas sessões ser sempre publicas, salvo deliberação em contrario tomada por dous terços dos Intendentes presentes.

Art. 22 E' licito ao Intendente resignar o mandato em qualquer tempo do triennio.

Art. 23 Não poderão servir conjuntamente no mesmo conselho ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos e cunhados durante o cunhado, tio e sobrinho, nem socios de uma mesma firma commercial competentemente legalizada.

Destes ficará sendo membro do conselho o mais votado, e sendo igual a votação, o mais velho em idade. A eleição do outro cidadão eleito se reputará nulla, e proceder-se-ha a nova.

Art. 24 Perde-se o lugar de Intendente:

- 1º Por sentença criminal e por declaração judicial de falencia;
- 2º Pela perda de qualidade de cidadão brasileiro;
- 3º Pela acceptação de cargo ou emprego que a lei tenha declarado incompativel com o de membro da Intendencia;
- 4º Por incapacidade physica ou moral superveniente, reconhecida tal por dous terços e mais um da totalidade dos membros da Intendencia;
- 5º Pela perda do domicilio no municipio, approvada pela maioria do numero antecedente;
- 6º Por falta de comparecimento as sessões ordinarias seguidas durante seis mezes, sem causa justificada a juizo de dous terços da totalidade dos membros da Intendencia.

Art. 25 As Intendencias deliberarão e resolverão por meio de leis: posturas, regulamentos e instruções sobre todos os assumptos da administração, economia e policia municipal, como:

- a) Criação de districtos;
- b) Receita e despesa municipal;
- c) Contribuição, impostos, systema de arrecadação e fiscalisação;
- d) Applicação dos rendimentos e rendas municipais;
- e) Operações de credito para fins de utilidade municipal;
- f) Remissão, desconto ou concessão de moratoria da divida activa municipal;
- g) Aquisição, reintegração, alienação, permuta, locação aforamento e outros contractos de bens proprios do municipio, nos termos da constituição do Estado;
- h) Aceitação de doação, heranças, legados e fiduciários;
- i) Desapropriação por utilidade publica municipal, mediante indenisação, de accordo com os casos o pela forma determinada pelas leis do Estado;
- j) Favores para introdução de melhoramentos do caracter municipal;
- k) Acordo com os outros municipios, mediante approvação do Congresso do Estado, sobre negocios do interesse e utilidade commum;
- l) Azilos, hospitaes e outros institutos de caridade;
- m) Escolas de instrução primaria e profissional, bibliothecas e museos;
- n) Criação, suppressão, modo de provimento e tudo o mais que for concernente a cargos e empregos publicos municipais;
- o) Em geral, sobre as obras e serviços de utilidade commum municipal, como: estradas, ruas, praças, jardins, logradouros, espectáculos e jogos publicos, mercado, abastecimento d'agua, serviço de asseio, irrigação, extincção de incendios, lavanderias publicas, aterro e d'aterro, desocumamento de pantanos, pontes, vehiculos de condução, illuminação, hygiene e salubridade publicas, embelezamento e regularidade das povoações, cemiterios, matadouros, esgotos, arborisação, e conservação de matas.

Art. 26 A receita e despesa municipais serão fixadas em orçamentos annuaes, que apresentem em forma clara e circunstanciada todo o

calculo da receita e a descripção das despezas com serviços e as obras autorizadas. (Cont.)

ADMINISTRAÇÃO DO CIDADÃO DR. PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO G. DO NORTE

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE MAIO DE 1892.

Officio:

Ao Commandante do corpo de Policia—Mandando apresentar ao dr. chefe de policia duas praças, afim de escoltarem até a cidade do Recife o preso de justiça José Alves de Freitas.

EXPEDIENTE DO DIA 14

Officios:

Ao inspector da thesouraria de Fazenda—Communicando haver o Bacharel Ananias Paranhos de Araújo reassumido, no dia 7 do corrente, o exercicio do cargo de Juiz Municipal do termo de Ant'Anna do Mattos, que o tinha deixado por se achar no gozo de licença.

Communicando haver o Bacharel Francisco de Salles Meira e Sá completado no dia 8 do corrente o quadriennio no cargo de Juiz Municipal do termo do Ceará mirim.

Ao Inspector do Thesouro do Estado—Mandando habilitar a Mesa de rendas estaduais da cidade de Mossoró com a quantia de 6\$000 para pagamento dos medicamentos fornecidos pelo Pharmaceutico José Gomes Monteiro para o tratamento de dois presos de justiça recolhido á cadeia daquela cidade.

Mandando pagar ao negociante Manoel Joaquim da Costa Pinheiro a quantia de 137\$970 reis, prove-niente de artigos de expediente que forneceu á Secretaria do Governo, durante o mez de Abril ultimo.

—A Intendencia municipal de Macaó—Communicando que será brevemente uma realidade o estabelecimento d'uma estação telegraphica na florescente e laboriosa cidade de Macaú.

—Ao Secretario dos Negocios do exterior do Estado de S. Paulo—Agradecendo a remessa de um exemplar da mensagem dirigida pelo Vice-presidente daquele Estado ao respectivo Congresso, em data de 7 deste mez, dia de sua installação.

—Ao Director da Repartição de Estatistica do Estado de S. Paulo—Agradecendo a remessa que fez d'um livro de registro de terras da freguezia de S. João Baptista da cidade do Assú deste Estado.

—Ao Secretario do Congresso Legislativo do Estado do Paraná—Agradecendo a remessa de um exemplar da Constituição politica daquele Estado, promulgada no dia 7 de Abril ultimo.

—Ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul—Accusando o recebimento da circular n. 1756 de 18 de abril findo a que acompanhava dous exemplares impressos do decreto n. 24 de 29 de Março ultimo, que promulgou provisoriamente a constituição politica daquelle Estado.

EXPEDIENTE DO DIA 18

Officios:
Ao governador do Estado do Ceará—Participando haver expedido, nesta data, ordens ao agente da companhia Pernambucana afim de ter passagem até aquelle Estado o chefe de secção da secretaria do Interior do mesmo Estado, Antonio Bezerra de Menezes; conforme sua requisição em officio n. 403 de 18 de Março ultimo.

DESPACHOS

Dia 17

João Baptista de Salles—Ao Inspector do Thesouro do Estado para pagar em termos.

Horacio Pegado—Como requer. J. J. Belchr, «capitão do Lugar Noruega»—Atlantico—Como requer.

Vicente Lucio de Almeida, Capitão do «Lugar Portuguez» Hercilia—Como requer.

Dia 19

Joaquim José de Carvalho Pinheiro.—Informe o Inspector do Thesouro do Estado.

M. O. Pinheiro & C.—Ao Inspector do Thesouro do Estado para mandar pagar, em termos.

Dia 14

Maria Irinca da Costa Pinheiro—Como requer.

Bacharel João Dionizio Filgueira—Como requer.

Dia 16

Odilon de Amorim Garcia—Ao inspector do thesouro do Estado para mandar pagar, em termos.

EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE POLICIA

Natal, 11 de Abril de 1892

Ao Illustre Cidadão Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, M. D. Governador d'este Estado.

Participo-vos que, de minha ordem, foi hontem recolhido á cadeia desta Cidade o réo Pedro Alves Cabral, remittido pelo Delegado de Policia do termo de Macaúba.

Por acto de hoje foi demittido Firmine do Rego Leite do cargo de Subdelegado de policia do districto de Pao dos Ferros e nomeado, para substituil-o, o cidadão Raymundo Moreira de Almeida.—Saude e Fraternidade.—Braz de Andrade Mello, —Chefe de Policia.

ACTOS OFFICIAES

Dia 11 do Maio

Por acto desta data foi determinado ao commandante do corpo de policia que fizesse transcar a ordem do dia n. 5 de 16 de dezembro de 1889, na parte relativa á reprovação do procedimento do cidadão Basilio Soares da Camara Pinto Filho quando 1º sargento daquelle corpo.

Dia 23

Por acto desta data foi aberto um credito supplementar á verba do § 12 art. 2º do Dec. n.º 2 de 24 de Dezembro de 91 na importancia de 11,207\$188 rs. para occorrer as despezas de dietas aos doentes pobres recolhidos ao Hospital de caridade, até o fim do actual exercicio, por ter sido insufficiente o credito de 5:900\$000 rs, consignado na referida verba.

Na mesma data abriu-se outro credito supplementar á verba «Instrução Publica» da quantia de 355\$950 rs. para occorrer as despezas d'agua, asseio e expellente do Atheneo, até o fim do actual exercicio, visto ter sido insufficiente o credito de 120\$300 rs. consignado no § 11 art. 2º do Dec. n.º 2 de 24 de Dezembro do anno passado.

ILEGÍVEL

PÁGINA MANCHADA

A REPUBLICA

N.º 22 de Maio de 1891.

O ultimo numero do O Povo...

Não os fazemos todos, como deveriamos talvez...

Ha, porém, dois pontos que não deixaremos passar sem immediato protesto.

O primeiro é aquelle em que se diz, no editorial, que o Exm. Governador...

E inteiramente falsa a arguição em todas as suas partes.

O Exm. Governador não fez absolutamente questão da candidatura...

Os que escrevem o O Povo sabem perfeitamente que o Exm. Governador...

Quando nos chefiava na redacção, era muitissimo natural e legitimo...

Depois é preciso que O Povo faça mais justiça aos nossos sentimentos...

Occupamos um posto de honra que temos sabido manter na devida altura.

O Povo pode ficar certo de que não receberemos ordens. Nem o honrado Governador...

Solidarios com o nosso passado, que vem do mais ferreo ostracismo...

Quanto á falta de precia audiencia das influencias locais...

Quizeramos que os collegas do O Povo nos apontassem uma só eleição...

Só assim teria razão de ser essa tempestade em copo d'agua...

Liquidando o ponto, asseguramos que a candidatura do nosso illustre collega...

Foi em virtude desse facto que publicamos a declaração...

O segundo ponto, que reclama reparo e provoca solenne protesto...

O Dr. Dantas deve saber como se passaram os factos...

Nem um dos companheiros do Dr. Nascimento lhe mereceu essa linha.

Hoje até collega de S. S. que só por intermedio de terceiro...

O Dr. Dantas foi injusto, principalmente devendo estar convencido...

Quanto ao mais que se lê no editorial e carta, de que nos occupamos...

A Republica não agrediu, não desconsiderou um só amigo...

Não levantamos questões, nem potentias, não perturbamos a placidez...

(Do O Fíguro do 1.º de Maio.)

30 DE ABRIL

O anniversario natalicio do Sr. marechal Floriano Peixoto...

Desde pela manhã começaram a affluir ao palacio Itamaraty...

A intendencia fez-se representar pelo seu presidente e varios membros...

A tarde S. Ex. assistiu á inauguração da machina marechal Floriano Peixoto...

Do volte ao Itamaraty, uma comissao de coligação...

Não vale, certo, a gloria fugidia. Mais que a lembrança que a não é mais cara.

Alto vizir pensava, e todo o dia A ruda flauta, que um pastor tocara.

Assim, tambem, da pequenina terra Ein que, uns estes, para ser tão grande!

Distes-lhe tanta gloria, tanto brilho, Que ella, por nossos corações, se expande,

Recebeu tambem S. Ex. uma comissao do Centro Operario Radical...

A todas as pessoas e corporações respondeu S. Ex. com o alto criterio...

A' noite, tendo-se reunido no Itamaraty muitas familias...

A 19 e meia queimou-se na Praça da Proclamação da Republica...

A descripção do festival do teatro S. Pedro de Alcantara...

O bacharel francisco amyriás da costa barros, depois de intimação feita pela Thesouraria de Fazenda...

1.º DE MAIO

Com este titulo o partido operario da capital federal publicou um jornal...

Atendendo ao primoroso trabalho artistico da publicação, o 1.º de Maio...

E' signatorio de varios artigos o nosso patriota Luiz de França e Silva...

Agradecemos a fineza do exemplar que recebemos.

OS CRISTINOS A BOLOS

Vai um grunir hydrophobo na poçilga. Falta de razão, falta de razão!

O ultimo numero do Aracatyense salta probo da inactividade e impopularidade...

São os derradeiros arranços, aquella gente não tem a fibra tonica da resistencia...

Estão a dar o cacau! Ultimamente alimentario, lá por coizas...

Aprezentão-se como os verdadeiros representantes do povo...

Que adversarios! Nem vale a pena demontil-os, não se sentem; já a lá lá lambendo a mão...

E' ter o couro grosso! Miserinhos, doísteis ante o olhar compassivo...

Ora os carist nos do Aracaty senhores da opinião popular...

Sim! abstenção proposital, por que essa fabrica toda esta fora da legalidade...

Assim fallou Zezinho, pigarreou de orgulho

o satisfeito, exultando de memorias de suor e algumas lagrimas...

Pela verdade e pela historia—2.º artigo de Curujão...

O cidadão que bota a quella letra, em nome da verdade e da historia...

Vejo só isso! Não é para se mandar um diabo desses ás favas...

O terceiro artigo espremido dá este sico: o governador gosta de bajulações...

Muito zangados com a Republica porque lhes tem desstripado implacavelmente as mazelas...

Em uma local sobre habeas-corpus são os christinos photographados em toda hediondez...

As Ultimas Noticias são um alforço de pátas, já todas desmentidas...

Reposta: O Rio Grande do Norte, papel, teve o des-pudor...

O boletim era falso, falsissimo, feito somente no intuito de aterrar os tímidos...

Agora penetremos nas aguas furtadas, vulgar publicações solicitadas...

Não comparece; parece que tinguiu. Fizeste bem, amigo...

O 4.º TENENTE APHRODISIO BARROS E O DR. ANTONIO D'AVILA CAVALCANTE

Dous illustres rio-granlenses, filhos do seu proprio estorço...

O acaso os reuniu a bordo do Soliões e no tragico fim d'aquelle encorçado...

Compungidos noticiamos o prematuro passamento dos nossos infelizes co-estadanos...

Nelles perdeu a patria dous valentes e honrados colaboradores...

lha sobram honrar b. como em toda sua vida, carra, felizmente...

Ad illustres familias dos finados as nossas condolencias:

Em S. José de Mipibá falleceu, no dia 24 do corrente...

GUERRA AO PRIVILEGIO

O bello do Congresso do Simão não teve mãos a medir...

O escandalo, neste assumpto, como em muitos outros...

Houve até quem se lembrasse de requerer privilegio para vender leite...

Por traz de cada requereur estava um syndicato, de que, segundo se dizia...

Tudo debalde o bello do Congresso não se moveu senão para obedecer ás ordens...

Felizmente, o patriótico movimento de 28 de Novembro trouxe...

Isto era bastante para que todos se convencessem desde logo...

Mas ou porque pensassem que os tempos de hoje são simples...

A honrada comissao de commercio e industria fulminou o pedido...

Já vê o povo que o partido republicano ha de manter os seus compromissos...

Em conclusão: o unico privilegio que foi requerido perante o actual...

Congratulemos-nos com os nossos honrados amigos, dignos representantes...

Ficou-se, depois de uma longa vida de honradz e de trabalho...

Tinha 73 annos, o até o momento em que a morte o veio empolgar...

Nunca o aban louou aquella sã e robusta juventude d'alma...

O venerando a cáção tambou como um roble saecular...

A casa de Quintal era a hospitalidade mesma; ninguém tinha fome...

CINCINNATO CHAVES

A Republica do Estado do Ceará de 11 do corrente...

Effectuando-se sabado o enterramento do alumno da Escola Militar...

Sobre seu tumulo foram collocadas tres cordas sendo uma por parte...

Accompañou o prestite funebre a banda de musica do 11.º Batalhão...

EM PLENA REPUBLICA

Digam o que quizerem: o regimen republicano se consolida...

De norte a sul da União nota-se que é o mesmo, por toda a parte...

Ha um des jo sincero, uma tendencia irresistivel de completar...

Os Estados, confiados em geral, em a sua totalidade...

De norte a sul da União nota-se que é o mesmo, por toda a parte...

Ha um des jo sincero, uma tendencia irresistivel de completar...

Os Estados, confiados em geral, em a sua totalidade...

De norte a sul da União nota-se que é o mesmo, por toda a parte...

Ha um des jo sincero, uma tendencia irresistivel de completar...

Os Estados, confiados em geral, em a sua totalidade...

De norte a sul da União nota-se que é o mesmo, por toda a parte...

Ha um des jo sincero, uma tendencia irresistivel de completar...

Os Estados, confiados em geral, em a sua totalidade...

De norte a sul da União nota-se que é o mesmo, por toda a parte...

Ha um des jo sincero, uma tendencia irresistivel de completar...

Os Estados, confiados em geral, em a sua totalidade...

De norte a sul da União nota-se que é o mesmo, por toda a parte...

ras dos poderosos do dia, os Estados dizem, atravessam dias tranquilos e felizes, atravessam dias tranquilos e felizes, atravessam dias tranquilos e felizes...

Si a questão de forma de governo não é mais uma questão de estetica do que de ethica politica, como considerava, com evidente infelicidade, um dos nossos mais profundos espiritos, alias espirito eminentemente liberal, sinceramente democrata; si o melhor systema de governo é aquelle em que se assigura a maior somma de liberdades reaes, effectivas, ao cidadão, caso em que se acha o regimen republicano, o unico compativel com o conceito da soberania, com a dignidade do povo, torna-se manifesto, diante dos factos, que são precisamente taes as condições do paiz, como dos Estados, onde o primeiro cuidado do governo tem sido consagrar o maximo respeito a liberdade em todas as suas grandes e bellas manifestações.

Temos disto uma prova eloquente, um exemplo decisivo no pleito eleitoral de 22 do corrente.

Depois do advento da republica se ha feito, sem contestação, eleições em que a vontade do povo se tem livremente manifestado.

Não tivemos, porem, ainda uma só que fosse tão livre, tão eminentemente popular, como a que se procedeo naquella dia.

O eleitorado republicano, sempre sincero, sempre devotado a causa do bem, comparcece espontaneamente, patrioticamente, cheio de fé e entusiasmo, e o resultado do pleito foi a exposição genuina de sua vontade.

Nada de pressão official, de movimento de força, de cabalas e de todos esses outros aprestos de que ordinariamente se lança nos chamados discussões populares.

O que houve foi simples, espontaneo, patriótico pronunciamento da opinião, que, assim como sagra os heróes, fulmina tambem os que, sem ponderosos motivos, della se divorciam, abandonando as causas boas e justas, de que foram enérgicos propugnadores.

Se nós, deixemos nos passar este movimento de legitimo orgulho, se o partido republicano deste Estado não tivesse tantos outros titulos de benemerencia para impor-se ao respeito e, se quizerem, ao desespero dos adversarios, bastar-lhe-ia para confundir-os a liberdade, a honestidade, a pureza do pleito eleitoral de 22 do corrente.

Esplendido o nosso triumpho, esplendido.

E' assim que se funda a liberdade, é assim que se consolida a república.

E faz-se mister destes nobres exemplos de abnegação e patriotismo, de coragem civil e entusiasmo, para que, uma vez por todas, firme-se a convicção de que nos achamos em novos tempos, precursores de novos destinos.

O bacharel amyntas barros já aposentado, que recebeu cumulativamente com os de governador; deve agora receber os 300000, excessos da ajuda de custo recebida como chefe de policia em 1886.

ELEIÇÃO FEDERAL RESULTADO CONHECIDO. Table with columns for MUNICIPIOS and CANDIDATOS, listing various municipalities and their respective candidates and vote counts.

Telegrammas

Do Jornal do Recife. RIO DE JANEIRO, 18 DE MAIO DE 1892. Consta que será nomeado administrador da Repetição dos Correios da Parahyba José da Cruz Gouveia. Foi nomeado commandante da Escola de A-

prendiza Maranhão no Estado do Maranhão a 1 tenente Raymundo de Ferraz Valla, actual commandante do batalhão Guarani. Ant-hontem e Dr. Amaro Cavalcante, senador pelo Rio-Grande do Norte, apresentou no Senado uma indicação no sentido de serem convidados a tomar parte nos senados do Senado preses e deputados.

O Senador Campos Salles requereu hontem o adiamento dessa indicação qm da ser ouvida a comissão de poderes, sendo o requerimento approved por 20 votos da maioria contra 14 da opposição.

Rio de Janeiro, 18. Na camera dos Deputados procedeu-se a eleição da mesa, sendo eleitos: Presidente, Sr. Heraridly de Campos, governista, deputado por S. Paulo, por 65 votos contra 43; Primeiro Vice-Presidente, o Sr. João Lopes Ferreira Filho, governista, deputado pelo Ceará, por 61 votos contra 42; Segundo Vice-Presidente, o Sr. Policarpo Rodrigues Viotti, governista, deputado por Minas Geraes, por 64 votos contra 43; Primeiro Secretario, o Sr. Antonio Francisco de Azevedo, governista, deputado por Mato Grosso, por 62 votos contra 43.

Accentua-se, por parte da maioria, a repulsa das idéias de amnistia aos deportados e presos políticos, e de eleição para presidente da Republica.

RIO 20. No Senado o Sr. Theodoro Souto apresentou hoje um projecto de amnistia aos presos e desterrados politicos.

O Sr. Amaro Cavalcante requereu que fosse dispensada a impressão desse projecto, que entrará amanhã em discussão.

Na Camera dos Deputados foi eleito segundo secretario o sr. Antonio Borges de Athayde Junior, deputado pelo Espirito Santo. Tambem foram eleitos as comissões, sendo tanto estas como aquella favoráveis ao governo.

RIO 21. — Telegrammas aqui recebidos de Assumpção (Paraguay) dizem que alli chegará, vindo do Corumbá, a canhoneira 'Luizfadora', sendo portadora de officios dos revoltosos em Mato-Grosso ao Ministro do Exterior da Republica do Paraguay.

Este e o Ministro do Brazil em Assumpção foram a bordo.

O commandante da referida canhoneira rendeu-se, dizendo que voltava a Corumbá em auxilio de sua familia, que alli se achava exposta ás vinganças do coronel Barbosa.

Dizem que a canhoneira Taquary impedirá a volta da 'Luizfadora'.

LONDRES, 21. — Continua aqui e em Paris a alta dos titulos de emprestimos brasileiros.

RIO 21. — No Senado entrou em primeira discussão o projecto de lei de amnistia aos presos e desterrados politicos, e approved unanimemente, foi mandado a comissão de legislação.

O encouraçado Solimões acha-se encalhado no Cabo Polonia, a 61 milhas do norte de Montevidéo.

RIO, 21. — Em viagem para Montevidéo nau fragou o encouraçado Solimões.

Consta que pereceram muitos homens da tripulação.

A noticia não está ainda propalada.

RIO 22. — No naufragio do encouraçado Solimões pereceram o commandante capitão de mar e guerra Fernando Xavier de Castro, o immediato capitão de fragata Francisco Flaviano de Cantalice, primeiros-tenentes Alfredo Fernandes Barros e Alfredo Monteiro Peixoto, e o medico Dr. Antonio Jorge de Avila Cavalcanti, cirurgião de 4.º classe.

Da tripulação pereceram 125 pessoas, salvando-se a penas 5 marinheiros.

O navio ficou totalmente perdido, nada sendo possivel salvar.

Logo que aqui chegou a noticia do sinistro foram immediatamente dadas as providencias, por telegramma para Montevidéo afim de sahirem todos os rebocadores disponiveis para o lugar do sinistro coadjuvando socorros.

Esta lamentavel occorrenca causou aqui geral consternação.

RIO 23. — O Ministro da Marinha recebeu telegramma de Montevidéo dizendo que os Marinheiros salvos do Solimões contam que o navio batendo nas pedras, ha 4 dias as 8 horas da noite, abriu agua.

Esses marinheiros são os que o commandante do Solimões mandou a terra pedir socorro.

O 2.º tenente Caminha, que era official do mesmo navio, ficou doente em S. Catharina.

LONDRES, 19. — Sabiram aqui os titulos: a 73 os relativos ao emprestimo de 1879, e a 51 os relativos ao emprestimo de 1839.

PROROGAÇÃO

O Congresso do Estado, acaba de votar a prorrogação de seus trabalhos legislativos por dez dias mais, no levantado intuito de emulcuar a discussão e votação dos projectos de lei, que restam, referentes a organização definitiva da patria rio-granlense.

Os illustres congressistas, ninguém poderá contestar, muito tem trabalhado, e muito se esboçaram no periodo ordinario de suas sessões pelo magno desideratum desse problema.

Com effeito, foram votadas varias leis organicas, que já se acham sancionadas, e sinão trazem o cunho da maior perfeição, garantem por sem duvida, as publicas liberdades e os direitos do cidadão em sua mais vasta concepção, vasadas como foram, nos moldes aperfeiçoados da democracia, firmando dest'arte a prosperidade de todo, pelo engrandecimento da patria.

Empunados sempre no tora-io luminoso da discussão, orientados de um patriotismo sadio, os illustres congressistas procuraram elucidar as illustres questões a tela da controversia, e não é de errar, que no curto periodo da prorrogação que se acha votada, possam desmentir tão nobre procedimento ou deixar de cumprir dignamente a ingente tarefa, que lhes está confiada.

O congresso, todos sabem, iniciou os seus trabalhos a 19 de Fevereiro, e nesse pequeno decurso de tempo, procederam os seus dignos membros com maior isenção a revisão de nossa Carta Constitucional, disputaram e votaram a lei de responsabilidade do primeiro magistrado do Estado, bem como, as leis municipal,

instrução, corpo de fazenda, força publica, eleitoral, judiciaria e pollicia, dependendo as duas ultimas da terceira discussão, na forma do regimento. Resta apenas a lei de moedas, que, bem elaborada segundo nos ensina, descrevendo lucidamente as posições estaduais das municipalidades por uma systematização simples e facil, de terminará de vez, nos termos do Decreto federal, a nossa autonomia no lago da federação, isto é, a nossa autonomia de Estado organizado e independente.

E' de espantar, pois, que os illustres congressistas, trilhando a senda brilhante até hoje percorrida, atiraram ao grande escopo que os dirige actualmente, e assim possam, como dignos representantes do Estado, bem merecer as ruidosas manifestações de um povo livre na patria federada!

São estes, pelo menos, os nossos votos.

EMBARQUE

No domingo, 22 do corrente mez, embarcou no paquete Alagôas com destino a Capital Federal onde vai servir na escola de tiro do Exército, o alferes do 31 Batalhão de Infantaria João Bruno Pereira Gonçalves.

Ao seu embarque compareceram diversos companheiros e amigos que seguidos da banda de musica militar o acompanharam em escaletas até proximo a barra.

Desejamos-lhe excellente viagem.

Na tarde de 25 realisou o brioso e disciplinado batalhão 31, na praça André d'Albuquerque, uma serie de brillantes manobras e exercicios guerreiros, sob as ordens do seo digno commandante Te. Col. Pedro Nery. Faz realmente gosto a população e honra sobre maneira a distincta officialidade ver o modo perfeito, correcto, justo porque se move aquella columna de homons armados, como se uma corrente electrica mareasse com instantanea precizão os movimentos de todos.

O Ministro de Marinha expedio ao Capitão do Porto o seguinte aviso:

Com as successivas baixas concedidas ultimamente, por conclusão de tempo de serviço, ás praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, sendo deficitente o numero das que existem para completar as lotações dos nossos navios de Guerra, recomendo-vos que evideis todos os esforços, no intuito de obter voluntarios para o dito serviço com as vantagens conferidas no § 2.º art. 2.º, que deveis publicar em editaes, do Dec. n.º 40 de 2 de Fevereiro do corrente anno.

O Governo espera de vosso zelo e dedicação mais esse serviço prestado a Republica e á nossa Armada. — (Assignado) Custodio José de Mello.

OS CHRISTINOS

Encore et toujours. Não ha goito sendo andar a gente limpa sempre ás voltas com a matilha christinea.

O mister nada tem de atrahente. O leitor bem comprehende a natural repugnancia com que enfrentamos essa malta, que quanto mais apalha mais grita.

Mas ha necessidade de fustigar esses almocrees jornalisticos, politicos do ganho, que semanalmente azoizam o publico, mentindo e calumniando.

Já o temos feito por vezes, mas é preciso repetir o sempre. O jesu ta é sagaz e facilmente se insinua no espirito dos fracos. E o redactor chefe do Corujão é membro proeminente da Companhia e o publico legente de Estado não se compõe somente dos fortes.

O nosso proposito é salientar hoje uma face nova que os christinos estão ahí a revelar.

Faz-nos nova e um modo de dizer, porque não ha mais allucinação nem ruindade que elles tragam incubada.

A novidade da coisa, portanto, não está na coisa mesma, porque esta é velhissima; está, sim, quanto ao tempo e n que ella se produz.

Os christinos tem um gosto excessivo, um entusiasmo louco por teer encomios a tudo e a todos.

Não ha, como elles, quem tenha tão desenvolvida a bossa da bnjação.

Escrevem uma bandeira, cheia de adjectivos rutilantes, e dizem aachos e vaidosos: «somos uns desgraçados quando damos para elogiar um sujeito.» Não está, porém, nisto a elegia do officio.

Aquelle que hontem lhes foi victima do inconso, sol-o-ha hoje, do mesmo modo, do desaforo. E vice-versa: descompoem e caluniam hoje para amanhã fazerem estoirar um seu numero de bombas economicas, fazendo de um pizqueu um gigante, de um covarde um heroe, de um demónio um santo.

E' a toada constante. Quem mereco dolles o desaforo do elogio, prepare-se que no dia seguinte merecerá o elogio do desaforo.

Uma miseria, como veem, que põe a descoberto a falta de sinceridade desse pessoal que ninguém quer.

Veja-se os ultimos numeros do Corujão, «Graças á coragem de um, graças a independencia de outro, diz o jornal-co das pilulas e cataplasmas, as coisas se fão mais fñas...»

Mas, esses em quem os christinos reconhecem hoje coragem e independencia, sinceridade e isenção, são aquelles mesmos que, ha bem pouco tempo, sendo injustamente agredidos (a verdade antes de tudo) pelo mesmo jornal-co, os mimosearam com os epithetos de gente intriguente, muito baixa, muito vil, desprezadas e despreciosas.

Temos, portanto, os christinos, os celhos debochados da policia mercantil e fornecedora, na phrase do Dr. Januacio Nobrega, fazendo a confissão de suas proprias qualidades.

Oh! bello pessoal, nós vos saulamos!

QUESTÃO DE HABEAS-CORPUS

Só depois de composto o presente numero do nosso periodico tivemos conhecimento da integra do despacho que concedo habeas-corpus ao bacharel Justiniano de Hollanda.

No proximo numero trataremos do assumpto sob o ponto de vista exclusivamente juridico, externando com franqueza e isenção o nosso parecer.

DR. PHILIPPE GUERRA

Este nosse distincto co-religionario e pre-

zado amigo - eguiu no exterior de hontem para o norte, com destino a municipio de Caraubas, lugar de sua residencia.

O illustre Dr. Guerra é digno membro do Congresso Legislativo do Estado, onde tem revelado grande competencia de par com a maior integridade de caracter.

Desejamos-lhe boa viagem.

Commando da Guarnição - Secretaria - Natal, 20 do Maio de 1892.

ORDEN DO DIA N.º 38

Para conhecimento de Guarnição e devidos effectos, trancrevo o seguinte:

INDULTO

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, naobdo da autorização que lhe confere o art. 48 n.º 6 da constituição, resolve indultar as praças do Exército do crime de primeira e segunda deserção que commetteram, devendo ellas apresentar-se ás respectivas autoridades dentro do prazo de dois meses, contados de publicação do presente decreto, em cada uma das comarcas da Republica, abrangendo tambem este indulto aquellas praças que se acharem sentenciadas ou por sentenciar pelo referido crime de deserção.

O General de Brigada - Francisco Antonio de Moura, Ministro do Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 16 de Abril de 1892.

4.ª da Republica. — Floriano Peixoto, Francisco Antonio de Moura. — Assignado Pedro A. Nery. — Tenente Coronel.

Commando da Guarnição - Secretaria - Natal, 21 de Maio de Maio de 1892.

ORDEN DO DIA N.º 39

Por portaria do Ministro da guerra de 15 de Fevereiro do corrente anno, obteve permissão para residir neste estado o Sr. Capellão Capitão reformado do Exército, Padre Francisco Capellão reformado da Costa, como se vê do titulo que me foi apresentado nesta data pelo mesmo Sr. Capellão; o que faço publico para conhecimento da guarnição e devidos effectos - Assignado Pedro Antonio Nery - Tenente Coronel Commandante.

Commando da Guarnição. — Natal, 26 de Maio de 1892.

ORDEN DO DIA N.º 40

É pungido da mais aguda dor que trancrevo para conhecimento da guarnição, o seguinte:

TELEGRAMMA

Natal, 26 de Maio de 92.

Procedente do Rio - Sr. Commandante Guarnição. — Sob a do... impressão do infauso acontecimento que tao cruelmente ferio o coração da Patria, o naufragio do importantissimo vaso de guerra - Solimões. — O Sr. Marechal Vice-Presidente da Republica e seo governo em homenagem aos nossos bravos irmãos, que succubiram nessa terrivel catastrofe, resolveram tomar luto por 8 dias, e coavidando-vos e a todos os officios e praças dessa guarnição a se manhal-os nesta demonstração de pesar, determina que durante igual tempo se conserve arvorada e a meia hste nos edificios militares a bandeira nacional e faça-se o serviço da guarnição com as armas em funeral - Ministro da Guerra - Assignado - Pedro Antonio Nery - Tenente Coronel.

PELA CONSTITUIÇÃO

III

(Continuação do numero 102)

Sirio, 5. — Em viagem para Ouro Preto acabo de ler vosso manifesto á nação, e lamentando que os factos nelle compendiados com verdade e clareza vos compellessem a violentar os vossos nobilissimos sentimentos de cordura para com o congresso; posso assegurar-vos, da par com a affeição sincera que vos dedico, todo meu pequo-no valimento junto do estado que governo, para que vossa promessa de ordem respeito a todos os direitos e sustentação da republica, tenha leal execução no estado de Minas-Geraes, que vos deulja immortalizado na historia por actos de benemerencia e patriotismo. Das urnas livres nunca vos hão de sair dissabores - Cesarrio Azeim, presidente do estado de Minas.

E diga-se depois disto que os governadores des estados nem adheriram, nem apoiaram, nem collaboraram para o attentado de 3 de novembro, e deveu ser reintegrados por entre os destros das revoluções que os depuzeram em nome do principio constitucional!

IV

A maioria dos governadores, como se poderá verificar dos telegrammas publicados, prescluiu de conhecer as razões justificativas do golpe de estado apontando e offerecendo ao governo collaboração leal e concurso dedicado; não adular portanto que, consciencias hypothecadas servilmente á força, continuassem na passividade a que se condemnaram, a servir machinalmente aos interesses do poder central, affugando a sua intelligencia até a um plebiscito tapoleonico, e que assim, depois de conhecerem o manifesto do 3 de novembro, vendessem mais ferventes homenagens ao poder dictatorial que se inaugurava pela segunda vez no Brazil!

Não fora a sombra da dictadura que elles naceram, viveram, e crearam e até... fructificaram?

Pois não lhes abriu o novo periodo uma era de prosperidades invejáveis a troco da apolo com que o fortalecessem?

Erão coherentes os governadores, e os telegrammas enviados ao senhor do Brazil deviam assegurar-lhe a boa escolha que fizera para suas feitorias dos capitães-mores, distinctos quando menos, pela sua escrupulosa obediencia. Não se pôde esperar portanto nenhuma disparidade entre as manifestações do adheso trazi-

Das pelo telegrapho depois que nos estados che-
gou e manifestou da 2 de novembro, o que nos
dispensaria lutas de reditaoes. Isto poro e
um processo, supportemos o nojo da pressa.

Recife, 6.—Reina aqui completa paz. O ma-
nifesto do generalissimo, hoje publicado, cau-
sou aqui a melhor impressao.—O governador,
Jose Antonio Correia da Silva.

Recife, 6.—Reina aqui completa paz neste es-
tado. O manifesto do presidente da republica
foi bem recebido pela populacao.—Gabriel Fer-
reira, governador do Piahy.

Maranhão, 7.—No meu e am nome do povo ma-
ranhense esudo a V. Ex. e ao patrioteo gabinete
que dirige os destinos da Republica Brasileira.
O manifesto que dirigistes a nação, e a que dei
imediatamente publicidade, foi aqui recebido
com a mais viva satisfacao, por estar nella con-
substanciadas as causas que vos levaram a dis-
solvavel o congresso como medida unica e capaz
de salvacao publica; e ordem e tranquillidade
continua inalterada, confiando o povo na sabo-
doria do Inlyto chefe do estado.—Peizoto, vice-
governador.

Aracaju, 6.—Vossa mensagem foi aqui rece-
bida com sincero enthusiasmo, não ha brasilei-
ro patriota que não vos proclame benemerito
pelo eminente servico que prestastes á nação es-
magando a anarchia. Os bons brasileiros estão
ao vosso lado. Em nome dos sergipanos vos
saúdo.—O governador, Vicente L. Oliveira Ribei-
ro.

Fortaleza, 6.—Continúa sem alteracao a or-
dem publica. A imprensa, com excepção do
Libertador, que recebe inconvenientemente a
noticia da dissolucao, tem-se portado bem. A-
cabo de ler o manifesto; vou mandar publicar-o
e é digno de applausos. Felicitacoes ao Exm. ge-
neralissimo e ao governo.—General Clarindo de
Queiroz.

S. Paulo, 5.—Continúa a reinar aqui perfeita
tranquillidade. O manifesto do generalissimo foi
publicado nos jornas da tarde e tem merecido
geraes applausos.—A. Braziliense, presidente do
estado.

Curitiba, 5.—Transmitti para todo estado a
noticia da dissolucao do congresso nacional, que
tem sido bem acolhida. Acabo de receber o
manifesto do generalissimo presidente da repub-
lica, a que trato de dar publicidade immediata
e que revela seus patrioticos e elevados intuitos.
Fiz distribuir hoje o decreto de dissolucao em
sua integra. Reina a mais completa paz em todo
o estado, a vida commercial continua inalterada.
Todos se julgam garantidos e confiam no crite-
rio do governo e do seu interesse pela manuten-
cao da ordem publica. Vos communicarei diaria-
mente o que occorrer.—J. J. Silveira da Motta,
presidente do estado.

Distrito, 7.—Vossa mensagem foi bem acceita
pela populacao do estado; congratulo-me com-
vusco pela resolucao que tomaste decretando a
dissolucao do congresso, com o fim de salvar
a nação de crises politicas iminentes; aqui reina
a paz e a tranquillidade.—Gustavo Richard, vi-
ce-governador.

Victoria, 12.—Applaudimos o vosso manifes-
to, a dissolucao do congresso nacional e os actos
do governo, a bem da sustentacao da forma re-
publicana, da ordem e da tran-
quillidade publica, felleme inalterada neste es-
tado, que confia plenamente em vosso reconhe-
cido patriotismo.

Contal com o vosso apoio.—Horta de Araujo,
presidente da assembleia.—Joaquim C. de Lyrio,
1.º secretario.—Jose de Almeida Fundão.

Aos governadores acompanharam os congres-
sistas; ligados pelos mais estreitos laços de so-
lidariedade na plano combinado de defraudar a
nação no seu direito legitimo de escolher repre-
sentantes, os congressistas não podiam se-
parar-se dos governadores, a cujo—sopro—sur-
tiram do nada, senão da vasa revolucionaria
de 15 de novembro. Ah! vai o rosario de moções
approvedas.

Recife, 5.—A camara dos deputados do esta-
do de Pernambuco, compenetrada dos altos sen-
timentos do patriotismo e coragem civica que
determinaram a energica moção da dissolucao
do congresso federal, decretada por V. Ex. a 3
do corrente, e convencida de que aquella
corporacao, dominada, como se achava, de pa-
sões politicas, estava incompatibilizada para se-
vir de animo calmo, a causa sagrada da patria
brasileira, congratula-se com V. Ex.—Jose Ma-
ria de Albuquerque Mello, presidente.—Antonio
Esteves de Oliveira, 1.º secretario.—Arthur Hen-
rique de Albuquerque Mello, 2.º secretario.

Recife, 5.—Temos a honra de communicar a
V. Ex. que o senado deste estado, em sessao de
hoje, resolveu por unanimidade de votos con-
gratular-se com V. Ex. pelo acto que praticou,
aconselhado pelas circumstancias graves do
paiz, dissolvendo o congresso nacional, acto a
que o mesmo senado presta inteira e franca
adhesão.—Jose Sotomayor de Souza, presidente.—
G. de Drummond, 1.º secretario.—Dr. P. Pita-
ngu, 2.º secretario.

Aracaju, 14.—Em nome da assembleia legis-
lativa deste estado applaudimos o vosso acto
de dissolucao do congresso nacional o assegu-
ramos a nossa adhesão ao vosso governo, con-
siderado na manuticao da ordem e do progresso
do paiz.—Dr. Joviano Joaquim de Carvalho,
presidente.—Jose de Barros Accioli de Menezes,
1.º secretario.—João Gomes Barreto, 2.º secre-
tario.

MOVIMENTO DO PORTO DE 22 A
DO CORRENTE

Paquete Nacional Lloyd Brasileiro Alagdas
procedente dos portos do Norte, com desti-
no aos do Sul.
Dia 24
Hyate Nacional Corroio do Natal, proce-
dente de Muria.

Paquete Nacional Lloyd Brasileiro, Espiri-
to Santo procedente dos portos do Sul, com
destino aos do Norte.—Hyate (Bom Jesus, se-
guinte para Pernambuco.

O Congresso Legislativo do Estado votou em
sessão de hontem uma moção de profundo pe-
zar pelo naufragio do encouraçado «Solimões.»
A falta de espaço deixamos de da-la em sua
integra, o que faremos no numero seguinte.

SOLICITADAS

UMA LAGRIMA

Por telegramma sabe-se que pareceo no
naufragio do Encouraçado «Solimões» o 1.º
tenente Afrodizio Fernandes Barros.

O 1.º Tenente Afrodizio, natural deste Es-
tado, nasceu a 14 de Março de 1859, assentou
praça a 2 de Março de 1876, sendo promovido
a Guarda Marinha a 29 de Novembro de 1878
2.º Tenente a 22 de Janeiro de 1881 e a 1.º Ten-
nente a 22 de Setembro de 1887.

Exerceu diversos cargos na Marinha, taes
como commandante do Patacho Guararapes
imadialo e official de cruzadores e Encora-
çados.

Commandou a Escola do Aprendizes Mari-
nheiros de Pernambuco e Rio Grande do Nor-
te, sendo neste Estado tambem capitão do Por-
to.

O finado deixou viuva e uma filha de menor
idade.

A sua inconsolavel mãe e dos seus extremos
irmãos, nossas condolencias.

A Escola de Aprendizes deste Estado suspen-
deu as aulas por tres dias, cerrando as portas
do estabelecimento, e o seu pessoal, bem co-
mo da capitania do porto tomou lucto por
oito dias e mandão rezar uma missa no 7 dia
do seu passamento.

DECLARAÇÃO

Nós abaixo assignados, viemos
declarar, por nós e por nossos ami-
gos politicos deste municipio, que
a candidatura do cidadão Augusto
Severo de Albuquerque Maranhão,
foi apresentada de accordo e com a-
poio nosso.

Villa de Santo Antonio, 12 de
Maio de 1892.

Rodopiano Fernandes de Azevedo.
Enés Augusto de Oliveira Mendes
Manoel Remigio de Araujo
Cecilio Correia de Oliveira Andrade

AFRODIZIO FERNANDES BARROS

D. Maria Joaquina Fernandes Bar-
ros, D. Irineia de Oliveira Fernandes
Barros (ausente.) D. Evangelina de
Barros Jorge Monteiro, Paulilio Fer-
nandes Barros (ausente.) Alipio Fer-
nandes Barros, Francisco Barros, Fe-
lix Jayme Fernandes Barros (ausente.)
José Fernandes Barros e João Olym-
pio de Oliveira Mendes, mãe, mulher,
irmãos e cunhado do finado Afrodizio
Fernandes Barros, convidão os paren-
tes e amigos do mesino finado para as-
sistirem, na segunda feira, 30 do cor-
rente, pelas 5 horas da manhã, a mis-
sa que, por sua alma, mandão resar
na Igreja do Rosario.

Natal, 25 de Maio de 1892.

Francisco Victor da Fonseca e Silva, não
podendo, pela presteza de sua viagem, despe-
dir-se pessoalmente de todos os seus parentes e
amigos, pede-lhes desculpa de o fazer por este
meio, e offerece-lhes seus servicos na Capital
Federal, para onde segue.
Natal, 21 de Maio de 1892.

MENTIRA

Zé christino é mentiroso
Xico prto tambem mente.
Querem viver illudindo
Mas nisso não seconsente.

Bem que a cabra era Balthem
Quando berrou disse: mente
E o Xico preto que é cabra
Mentindo vive—e não sente.

Qu' elle é despuorado
E desprezível tambem
Ja o disse um deputado,
E elle vergonha não tem

Se tens obt Zé, em poder
Um titulo não assignado
A publico vem com a historia
Queremos o caso contado.

O nome do cavalheiro
Que collabora a imprensa
Queremos tambem publicado
E se não tomas embira.
Em teu escriptorio não vames
Para vér o titulo fallado
Por garantias não termos
De estares desinfectado.

Verdade

EDITAES

PROROGAÇÃO AO PRASO MAR-
CADO AOS BANCOS SOBRE
NOTAS DO THESOURO

De ordem do Sr. Inspector d'es-
ta Thesouraria se faz publico para
conhecimento de todos que a Junta
administrativa da caixa de Amorti-
sação, resolveo, em sessão de 9 do
corrente mez, prorogar até 31 de
Dezembro do corrente anno o pra-
so marcado aos Bancos emissores
para o recebimento das notas do
Thesouro que lhes foram cedidas e
por elles emitidas.

Dessas notas tem curso em toda
a União as que levarem em chan-
cella a assignatura do Thesoureiro
d'aquella Repartição Antonio Ar-
naldo Vieira da Costa, e tem cur-
so limitadon as respectivas circuns-
cripções as que não levarem essa
assignatura.

As circunscripções são hoje as
seguintes:—

Banco da Republica dos Estados
Unidos do Brazil, comprehendendo
a do Emissor do Sul hoje a seo cur-
so: Capital Federal, Minas, Espiri-
to Santo, Rio G. do Sul e Matto
Grosso.

Banco Emissor da Bahia:—Ba-
hia, Sergypc e Alagóas.

Banco Emissor de Pernambuco:—
Pernambuco, Parahyba, Rio G. do
Norte e Ceará.

Banco Emissor do Norte:—Pa-
rá, Amazonas, Maranhão e Piaui-
hy.

Secretaria da Thesouraria de Fa-
zenda do Estado do Rio G. do Nor-
te, 21 do Maio de 1892.

O Secretario da Junta,
Fernando Cerqueira Carvalho.

Pela inspectoria da Alfandega se faz publico,
para conhecimento dos interessados que con-
forme telegramma hontem recebido do Exm.
Sr. Ministro da Fazenda, a arrecadação do
imposto de consumo de fumo deve comegar
em 1.º de julho proximo vindouro, de confor-
midade com o novo regulamento de 17 do
corrente mez, publicado no «Diario Official»
de 20.

Alfandega do Estado do Rio Grande do Nor-
te, 23 de maio de 1892.

O Inspector,
Germano Antonio Machado

ALISTAMENTO PARA A MARINHA

Auctorizado pelo Sr. Contra Almirante Mi-
nistro da Marinha, em aviso de 2 do corren-
te mez, faço sciente a todos os interessados
que nesta repartição ou na Escola de Apre-
ndizes Marinheiros, contracto voluntarios para
o servico da armada nacional mediante as
vantagens conferidas no § 2.º art. 2.º do Dec.
n.º 10 de 2 de fevereiro deste anno que abai-
xo segue.

LEI N.º 40 DE 2 DE FEVEREIRO DE 1892

Art. 2.º § 2.º Abonar mensalmente aos que se
engajarem, depois de promulgada a presente
Lei, para marinheiros o fuzileiros navaes,
mais um quarto do soldo que ora percebem
estas classes devendo o engajamento ser pe-
lo menos, por oito annos, dos quaes em tempo
de paz, seis no servico activo e dous na re-
serva, e, em tempo de guerra, pelo menos em
quanto esta durar.

Capitania do Porto, em 20 de Maio de 1892.

Jeronymo de Lamare
1.º Tenente Capitão do Porto.

THESOURARIA DE FAZENDA

SUBSTITUÇÃO DE NOTAS
Para conhecimento de todos, faz-
se publico que as notas do Governo
da 5.ª estampa em substituição e as
dos Bancos sem, ou com desconto,
são as seguintes. —

As Notas do Governo: 100\$000 a
500\$000 da 5.ª estampa e quaesquer
séries são trocadas n'esta Thesoura-
ria sem desconto, até 30 de Junho
proximo futuro.

As notas de 200\$000 da 6.ª estam-
pa perderão o valor total em 1.º de
Abril de 1892.

As notas de 1\$000 e 50\$000 da
5.ª estampa do Thesouro Nacional
são trocadas na mesma Thesouraria
de accordo com a tabella abaixo:

Table with columns for denominations (50,000, 10,000, 5,000, 1,000) and months (April to December) for the years 1892 and 1893.

As notas de 50\$000, verdes, série
A B C do Banco do Brazil, estão
sendo trocadas pelo Banco com o
desconto de 4 % até 30 de Junho,
de Julho a Setembro terão o des-
conto de 6 % de Outubro a Dezem-
bro o de 8 %. Em Janeiro de 1893
terão o desconto de 10 % e d'ahi
por diante perdem 5 % mensamen-
te até extinguir-se seu valor total.

Todas as notas do Thesouro de
qualquer estampa, carimbadas pe-
los Bancos emissores, são trocadas
nos respectivos Bancos ou suas
agencias até 30 de Junho proximo
futuro.

As notas do Banco União de S.
Paulo, de 100\$000 e 500\$000 da 1.ª
série, 1.ª estampa, são trocadas sem
desconto até o dia 30 de Junho.

Secretaria da Thesouraria de Fa-
zenda do Estado do Rio G. do Nor-
te, 21 de Maio de 1892.

O Secretario da Junta,
Fernando Cerqueira Carvalho.

Tendo sido mal interpretados pe-
los proprietarios das embarcações do
trafego do Porto o art. 76 do Regu-
lamento desta repartição, faço publi-
co o Aviso abaixo transcripto:

N.º 2877, 3.ª secção—Ministerio
dos Negocios da Marinha—Rio de
Janeiro, 20 de Dezembro de 1890.

A parte final do art. 76 do regu-
lamento de 19 de Maio de 1846, não
é antagonica á declaracao escripta
nas licenças concedidas ás embarca-
ções do trafego do Porto, porquanto
são dadas em Janeiro e vigorão so-
mente até Dezembro.

Podem ser solicitadas e expedidas
em qualquer mez, mas findão sem-
pre no ultimo dia do anno,

Capitania do Porto do Estado do
Rio Grande do Norte em 4 de Maio
de 1892.

Jeronymo de Lamare 1.º Tenen-
te Capitão do Porto.

ANNUNCIOS

LEILÃO DOS SALVADOS
DA BARCA AUSTRIACA
PHISON

Tendo sido adiado por ordem dos
Committentes o leilão dos salvados
da Barca Austriaca Phison, annun-
ciado para o dia 16 do corrente
mez e seguintes, terá logar o pri-
meiro leilão segunda-feira 30 do di-
to mez em continuacao, a porta da
Alfandega, constante de diversos mo-
veis estufados, louças, ferragens, e
outros muitos artigos.

Agencia de Leilão do Natal, 21
de Maio de 1892.

O Agente,
Manoel Joaquim de Amorim Garcia.

MOEDAS DE PRATA

Continúa a comprar com 10 e 20 a/o de
agio.—M. O. Pinheiro & C. — Rua do Commer-
cio n.º 85.

MOVIMENTO DO PORTO DE 13 A
DO CORRENTE

Entrada dos portos do Norte o paquete S.
Salvador, da Companhia Lloyd Brasileiro, e
seguinte para os portos do sul.

Hyate Nacional Bom Jesus, procedente do
Muria.

Vapor Nacional Jacuhype, procedente de
Pernambuco.

Vapor nacional Jacuhype com destino ao
Ceara.

Vapor Nacional Manaus, procedente dos
portos do sul, com destino aos do Norte.